



LEILA SANTANA DA SILVA

Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário

SÃO PAULO

2017

LEILA SANTANA DA SILVA

Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

SÃO PAULO

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, Leila Santana da.

S586 Do acampamento da seca ao programa camponês : atuais contribuições do MPA no processo político-social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário / Leila Santana da Silva. – São Paulo, 2017.
174 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Movimentos sociais rurais – Brasil, Nordeste. 4. Camponeses – Brasil, Nordeste. I. Título.

CDD 301.3509813

LEILA SANTANA DA SILVA

Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

BANCA EXAMINADORA

Dra. Janaína Francisca de Souza Campos Vinha (Universidade Estadual Paulista)

Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Dr. Nelson Rodrigo Pedon (Instituto Federal de São Paulo)

São Paulo, 07 de março de 2017

Aos camponeses e camponesas que se mantêm na terra e tiram dela a sua sobrevivência, força e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pela dedicação e pelo respeito incondicional aos caminhos em que resolvi trilhar e por ter estimulado, de forma cotidiana, a educação/formação em todas as suas frentes como instrumento necessário às classes subalternizadas na busca de sua liberdade e emancipação.

À Leomárcio, pelo grande companheiro que é e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) por compartilhar de suas experiências de luta, assim como por me permitir contribuir com tais lutas na construção de uma sociedade, verdadeiramente, igualitária para todos/as mulheres, homens e jovens do campo e da cidade e por me provocar a estudar para agir. Em especial gostaria de agradecer aos/as companheiros/as do MPA Brasil e do MPA da Região Nordeste que contribuíram, direta ou indiretamente, com este trabalho, a exemplo de Marli, Leomárcio, Anderson, Mara, Denilva, Adenilson, Saiane, Vagno e Diacísio (Bahia), Vera (Alagoas), Jozelita e Kaká (Pernambuco), Eulapaula, Maria, Zé Santana (Ceará), Rafaela, Elielma, Inês, Haroldo e Rodjane (Sergipe), Francisca, Ângela e Elisangela (Paraíba), Maria Kaze, Sônia e Afonso (Piauí), Marcelo, Débora Varolli e Frei Sérgio (Rio Grande do Sul), Rose e Raul (Espírito Santo), Marciano (Santa Catarina), Isabel Ramalho, Leila Denise, Luis e Odair (Rondônia) e Valter (Paraná). É muita gente!

Tenho de agradecer também a Cidinha da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Bahia, Marta e Fernanda Rodrigues do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Vale do São Francisco, Iara Fraga do INEGRA, Fátima da Pastoral da Juventude Rural (PJR), Eusébio da CPT do Piauí e à Rita Zanotto (MST) pelos momentos de partilha e reflexão.

Vale registrar a importância das educadoras Janaína Tude Sevá, Ana Maria Motta Ribeiro, aproximação que iniciou em Goiás Velho na UFG via companheira Érika Macedo. Além disto registrar a importância das companheiras Guiomar Inez Germani, Janaina Vinha (orientadora do mestrado) e Silvana Lima na provocação e estímulo à formação intelectual dos/as militantes camponeses/as e por me mostrar caminhos e instrumentos para tal. À todas elas agradeço à contribuição e solidariedade direta com subsídios teóricos para o estudo da Região Nordeste à luz da questão agrária em diálogo com a dinâmica do MPA.

Agradeço a todos/as os/as educadores/as e aos/as companheiros/as que conheci através da UNESP e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e que tornaram o Mestrado um espaço de riqueza teórica e de grande diversidade de experiências, a exemplo de Rosana, Simone, Djacira, Edna e Nalva (MST), Paulo Alentejano e à toda Turma Manuela Saenz da qual faço parte com maior carinho.

À Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) deixo meu respeito e admiração, por ter sido um espaço fortemente político – pedagógico durante o mestrado e pela firmeza em continuar todos os dias avançando, insistentemente, mesmo em tempos de golpe e invasões em sua sede, na contribuição à educação e formação de toda a classe trabalhadora por entender que educar é emancipatório!

Somos movimento camponês, brasileiro somos construtores do projeto popular
nosso semear mostra ao mundo inteiro companheira, companheiro é preciso
caminhar

Respeitando a terra plantando soberania contra o sistema segue firme em mutirão
não será em vão nossa rebeldia nascerá um novo dia fruto da revolução

No horizonte a vitória da aliança libertária alimenta a nossa luta camponesa e
operária

Nossa afirmação nosso plano camponês somos esse grito por justiça social arrancar
o mal escrever de vez a história que se fez a luta é internacional

Homens e mulheres a colher um tempo novo novas gerações o cultivo da igualdade
com diversidade entendendo o todo segue em frente nosso povo passo a passo a
liberdade

No horizonte a vitória da aliança libertária alimenta a nossa luta camponesa e
operário

(Hino do MPA construído coletivamente e cantado, pela primeira vez,
nacionalmente, no I Congresso Nacional do MPA, ocorrido entre os dias 12 a 16 de
Outubro de 2015 em São Bernardo do Campo/SP)

RESUMO

A análise será composta de dois momentos: um primeiro teórico de compreensão do Nordeste e, num segundo momento, de olhar nossas práticas enquanto Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) assumindo nosso papel na construção do contra hegemonia no campo em processo de construção. O Nordeste concentra grande parte do campesinato brasileiro ao mesmo tempo que é alvo de inúmeras disputas territoriais do agronegócio e outros empreendimentos sobre as terras camponesas, gerando, muitas vezes, uma sobreposição de conflitos em seus territórios. Neste contexto agrário, a pesquisa visa compreender a contribuição atual do MPA no processo de reinvenção político – social do Nordeste e de seu campesinato. A intenção da pesquisa é provocar elementos para reflexão rompendo, ideologicamente, com um ciclo vicioso de subalternização, preconceitos, empobrecimentos e desprezo nacional de onde foi alvo por muitos anos o Nordeste, especialmente, a partir da lógica do “combate à seca”. Esta pesquisa será mais uma contribuição ao desafio de reafirmar o papel do MPA enquanto sujeito político que resiste ao modelo hegemônico no campo e nos permitirá se desafiar a conhecer mais a fundo o Nordeste e seu papel no cenário nacional. Pretende-se analisar algumas referências que venham a contribuir na compreensão do nordeste no cenário nacional, o surgimento das elites agrárias nesta região e suas influências na conjuntura atual, assim como a resistência camponesa projetada neste enfrentamento. O Método adotado será o materialismo histórico dialético que permitirá o esclarecimento e não o ofuscamento da relação fenômeno e essência, sem perder de vista a totalidade do ser social. Como procedimentos metodológicos foi realizado levantamento de dados, pesquisas de campo com entrevistas semiestruturadas abertas com lideranças dos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, assim como organização, sistematização e análise dos dados. Como resultado deste trabalho, tem-se a sistematização da trajetória do MPA Brasil e na Região Nordeste, assim como o levantamento das contribuições do MPA no campo prático e teórico-ideológico para o campesinato brasileiro.

Palavras-chave: Nordeste. Campesinato. Elites Agrárias. Resistência Camponesa. Movimento dos Pequenos Agricultores.

ABSTRACT

The analysis will be composed of two moments: a first theorist of understanding of the Northeast and, secondly, of looking at our practices as the Small Farmers Movement (MPA), assuming our role in the construction of counter hegemony in the field under construction. The Northeast concentrates a large part of the Brazilian peasantry at the same time as it is the target of numerous agribusiness territorial disputes and other developments on peasant lands, often creating an overlapping of conflicts in their territories. In this agrarian context, the research aims to understand the current contribution of the MPA in the process of social - political reinvention of the Northeast and its peasantry. The intention of the research is to provoke elements for reflection, ideologically breaking with a vicious cycle of subalternization, prejudices, impoverishment and national contempt of where the Northeast has been target for many years, especially, from the logic of "combating drought". This research will further contribute to the challenge of reaffirming the role of the MPA as a political subject that resists the hegemonic model in the field and will allow us to challenge ourselves to know more about the Northeast and its role in the national scenario. It is intended to analyze some references that contribute to the understanding of the northeast in the national scenario, the emergence of agrarian elites in this region and their influence in the current conjuncture, as well as the peasant resistance projected in this confrontation. The adopted method will be the dialectical historical materialism that will allow enlightenment and not the glare of the relation phenomenon and essence, without losing sight of the totality of the social being. Methodological procedures included data collection, field surveys with open semi-structured interviews with leaders from the states of Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí and Rio Grande do Norte, as well as organization, systematization and data analysis. As a result of this work, we have systematized the trajectory of the MPA Brazil and the Northeast Region, as well as the survey of the MPA's contributions in the practical and theoretical-ideological field for the Brazilian peasantry.

Keywords: Northeast. Peasantry. Agricultural elites. Peasant resistance. Small Farmers Movement.

RESUMEN

El análisis consistirá en dos etapas: una primera comprensión teórica del Nordeste y, en segundo lugar, mirar nuestras prácticas como el Movimiento de los Pequeños Agricultores (MPA) asumiendo nuestro papel en la construcción de contra-hegemonía en el campo en construcción. El noreste se concentra la mayor parte de los campesinos de Brasil, mientras que el blanco de numerosas disputas territoriales de la agroalimentación y otras empresas en las tierras campesinas, generando a menudo se superponen los conflictos en sus territorios. En este contexto agrícola, la investigación pretende comprender la contribución actual de la MPA en el proceso de reinención política - Noreste social y su campesinado. El propósito de la encuesta es motivo de pensamiento de ruptura, ideológicamente, con un ciclo vicioso de subordinación, el prejuicio, el empobrecimiento y el desprecio nacional que era el objetivo durante muchos años el noreste, sobre todo a partir de la lógica de "alivio de la sequía". Esta investigación será una contribución al reto de reafirmar el papel de la MPA como sujeto político que resiste el modelo hegemónico en el campo y se desafió a conocer más profundamente el noreste y su papel en la escena nacional. Nos proponemos analizar algunas referencias que pueden ayudar en la comprensión del noreste en la escena nacional, el surgimiento de élites agrarias en esta región y su influencia en la situación actual, así como la resistencia campesina diseñado en esta confrontación. El método adoptado es el materialismo histórico dialéctico, que permitan aclarar y no resplandor relación fenómeno y la esencia, sin perder de vista la totalidad del ser social. Como procedimientos metodológicos se llevó a cabo la recopilación de datos, la investigación de campo con entrevistas abiertas semiestructuradas con los líderes de los estados de Bahía, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí y Rio Grande do Norte, así como la organización, sistematización y análisis de datos. Como resultado de este trabajo es sistematizar la trayectoria del MPA Brasil y en el noreste, así como el levantamiento de las contribuciones de MPA en el campo práctico y teórico e ideológico al campesinado brasileño.

Palabras clave: Noreste. Campesinato. Élites agrícolas. Resistencia campesina. Movimiento de los Pequeños Agricultores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Agricultura camponesa versus Agronegócio.....	21
Figura 2 –	Vítimas (assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de mortes) dos anos de 1986 a 2006.....	23
Figura 3 –	Matopiba proposta de Delimitação territorial.....	70
Figura 4 –	Acampamento da Seca, MPA Rio Grande do Sul, 1996.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini 1992-1998-2003 e evolução 1992-2003.....	26
Tabela 2 – Empresas estrangeiras que adquirem terras no Brasil.....	62
Tabela 3 – Áreas ocupadas pelas Terras indígenas no MATOPIBA, por microrregião...	72
Tabela 4 – Áreas ocupadas pelos Quilombolas no MATOPIBA, por microrregião.....	73
Tabela 5 – Área ocupada pelos Assentamentos da Reforma Agrária no MATOPIBA, por microrregião (2014).....	73
Tabela 6 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado da Bahia.....	77
Tabela 7 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado do Maranhão.....	78
Tabela 8 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado do Piauí.....	79
Tabela 9 – Visão sistêmica do Plano Camponês.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia
CE/89	Constituição do Estado da Bahia
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GEOGRAFAR	O Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TERRITORIAL	Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
SAB	Semiárido Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CLASSE CAMPONESA EM PROCESSOS DE LUTA E REAFIRMAÇÃO DE CLASSE: CAMINHANDO NA ROÇA NA DEMARCAÇÃO DO LUGAR DE FALA.....	20
2.1	Breves reflexões sobre a conjuntura político - agrária do Nordeste, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os modelos em disputa.....	20
2.2	O que é Campesinato e como entendê-lo no Nordeste?: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Campesinato enquanto classe social: caminhada, construção e bases teóricas.....	32
3	NORDESTE BRASILEIRO, QUESTÃO AGRÁRIA E A SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS: UM OLHAR SOBRE REGIÃO, PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL..	40
3.1	Concepção de Região, Planejamento e “Desenvolvimento” para a Região Nordeste: resgatando elementos do processo histórico.....	40
3.2	A construção do “subdesenvolvimento”, regulação e controle político – legal do território: levantando as bases históricas da relação de poder e subalternização imposta à Região Nordeste.....	48
3.3	Questão agrária, presença camponesa e Regionalismo entre os anos 1945 a 1970 e pós década de 1970: a construção do “desenvolvimento” e influências no olhar sobre o Nordeste.....	51
4	“TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL”, ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS E O ENFRENTAMENTO ÀS MULTINACIONAIS: PERSPECTIVAS DENTRO DO NORDESTE.....	55
4.1	“Territorialização do capital”: levantamento da Estrangeirização das terras e o enfrentamento às multinacionais no Nordeste.....	55
4.2	Estrangeirização das terras: olhares sobre o Matopiba.....	69
5	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) E AS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO POLÍTICO – SOCIAL DO CAMPESINATO NO NORDESTE.....	81
5.1	Surgimento do MPA no cenário político e olhares sobre a história dos/as pequenos/as gigantes: Do Acampamento da Seca e a luta contra o	81

	endividamento dos/as camponeses/as à contribuição do MPA na criação do PRONAF.....	
5.2	Construindo a gênese do MPA no Nordeste.....	88
5.3	Alguns destaques ao MPA na Região Nordeste.....	96
5.4	MPA e a construção do Programa Camponês e Plano Camponês: caminhos táticos e estratégicos.....	97
5.5	Plano e Programa Camponês na Região Nordeste.....	105
5.6	Sementes crioulas: semeando soberania.....	107
5.7	Produção de alimentos saudáveis: papel da agricultura camponesa na construção da Soberania Alimentar.....	108
5.8	Paradigma da Alimergia.....	111
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1.....	124
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2.....	125
	ANEXO A - PROGRAMA CAMPONÊS: ARTICULANDO PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL COM MERCADO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS.....	127
	ANEXO B - CRONOLOGIA DAS LUTAS DO SURGIMENTO DO MPA – DE 1996 A 1998.....	160
	ANEXO C - SISTEMATIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS CONQUISTAS DO MPA NOS PRIMEIROS ANOS.....	165
	ANEXO D - PROJETO BÁSICO DE INVESTIMENTO.....	174

1 INTRODUÇÃO

*A terra é desmedida e com certeza é comum
precisa ser dividida um tanto pra cada um.
(Patativa do Assaré)*

Na atualidade, o Nordeste é alvo de inúmeras disputas territoriais do agronegócio (articulada enquanto classe para se impor no Nordeste) e outros empreendimentos sobre as terras camponesas, gerando, muitas vezes, uma sobreposição de conflitos em seus territórios. Por sobreposição de conflitos nos territórios entenda-se um mesmo território camponês sendo alvo de vários interesses do capital, a exemplo de um dado território das comunidades camponesas de Fundo de Pasto¹ que vivem no sertão da Bahia que em alguns municípios são atacados pelos interesses da indústria da mineração e, ao mesmo tempo, pelas ameaças das empresas de energia eólica e agronegócio. Outro exemplo são os Territórios Pesqueiros (pesca artesanal), que garantem cerca de 70% do pescado produzido no país, mas por outro lado, tem sido atacado tanto por interesses dos empresários, latifundiários quanto do Governo, a partir da expansão do agro e hidronegócio. O processo é de intensa e complexa conflitualidade.

Como traz Fernandes a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e território heterogêneos gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e deferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2009, p. 203).

Neste contexto e, diante dos desafios para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Nordeste, este trabalho vem compreendendo mais a fundo, a partir do necessário resgate do processo histórico e dos elementos da conjuntura atual, como o Nordeste tornou-se

¹ As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto são formações socioeconômicas que configuram um modelo singular de posse e uso da terra no semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum que se realiza como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, a agricultura de subsistência representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca.

também espaço de interesses da disputa nacional do capital e, simultaneamente, levantar como se desenvolveram as elites agrárias, como tem se dado a resistência camponesa (mais precisamente, a partir, da formação das classes sociais no campo nordestino) e a territorialização do capital e os conflitos inerentes. Ainda, cabe refletir a lógica de desenvolvimento regional/territorial construída nesta região diante dos conflitos do passado e das disputas articuladas do capital hoje.

A intencionalidade é olhar para o campo num Nordeste contemporâneo, assim como olhar para o MPA, sem perder de vista os elementos do processo teórico histórico para compreensão do passado que impactam a vida no campo e suas disputas no atual momento. Ao mesmo tempo, temos o MPA dentro da Região Nordeste enquanto centralidade escalar da pesquisa, evidenciando os espaços de lutas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, enquanto objetivo geral, tendo a Região Nordeste como contexto forte e pano de fundo das correlações de forças do passado e atuais que por aqui não se despiram de práticas elitistas coronelistas e que, nesta conjuntura, mudam as formas de enfrentamento agregando novos sujeitos a partir do capital internacional.

É importante reafirmar que o objetivo deste trabalho é compreender a contribuição atual do MPA no processo de reinvenção político – social do Nordeste e do campesinato e, neste processo, resgatar o contexto de enfrentamento no campo e a história do MPA na Região Nordeste, assim como os passos dados e as vitórias obtidas que beneficiaram direta ou indiretamente o campesinato.

Como objetivos específicos pretende-se compreender como, no processo histórico, a lógica de planejamento e o discurso do subdesenvolvimento se constituem na região, assim como adentrar o entendimento de como se desenvolveram as elites agrárias e a resistência camponesa desde então. Depois, vindo para contemporaneidade, dimensionar/compreender o papel do MPA no processo de reinvenção político – social do Nordeste e de seu campesinato contemporâneo.

A pesquisa vem sendo elaborada na intencionalidade de mostrar como o MPA constrói a partir dos processos de enfrentamentos e resistência a superação do modelo do capital imposto aos camponeses/as. Também é tarefa da pesquisa provocar elementos que visem desconstruir, ideologicamente, o olhar hegemonicamente construído sobre o Nordeste sobre os/as camponeses/as e que provocou um ciclo vicioso de subalternização, preconceitos, expropriação, empobrecimentos e desprezo nacional por muitos anos, especialmente, a partir da lógica do “combate à seca”. Esta pesquisa será mais uma contribuição ao desafio de reafirmar papel do MPA enquanto sujeitos políticos que resistem ao modelo hegemônico no

campo e nos caberá o desafio de conhecer mais a fundo o Nordeste e seu papel no cenário nacional. Por isto, pretende-se analisar algumas referências que venham a contribuir na compreensão do Nordeste no cenário nacional e o surgimento das elites agrárias nesta região e suas influências na conjuntura atual.

Assim, o foco é o Nordeste como problema social na cena política nacional, ou seja, é tentar tratar da conjuntura de - dentro das lutas sociais no campo que eclodem do Nordeste - resistência à penetração do capitalismo no campo e que é portadora do processo de fechamento das terras e da expropriação do/a trabalhador/a de seus meios de trabalho tornando-o "livre" para vender sua força de trabalho de forma precarizada no Sul/Sudeste como base essencial para alavancar o processo de industrialização no Brasil. Tudo isto às expensas do empobrecimento do Nordeste e exploração de mão de obra desqualificada e barata, tendo em contrapartida o acordo das elites agrárias nordestinas contra o desenvolvimento da própria região em benefício próprio, através do aparelhamento do Estado brasileiro.

Para dar conta dos desafios do estudo da região e chegar nos processos de lutas e disputas territoriais atuais, este estudo será composto a partir de várias dimensões de pesquisa que vão dos levantamentos teóricos (a partir das referências indicadas como subsídio) e jornalísticos, assim como análise da realidade, das sínteses trazidas do processo de orientação, documentos e entrevistas com militantes do MPA que estão na região nordeste e, também, pessoas de referências de outros movimentos sociais e organizações populares.

Quanto ao método adotado, a partir desta estrutura e do âmbito de atuação do MPA no Nordeste e da disputa do capital pelos territórios camponeses, o trabalho tem a intenção de estabelecer uma relação dialógica com esta realidade estudada. Desta forma, a pesquisa será desenvolvida a partir do método materialista histórico dialético. Este método, durante a pesquisa proposta, contribuiu na “[...] análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é [...]. Uma das características do método dialético é a contextualização do problema a ser pesquisado [...]. As sínteses são constituídas numa relação de tensão, porque a realidade contém contradições. Assim, a totalidade, a historicidade e a contradição são as categorias metodológicas mais importantes na Dialética” (WACHOWICZ, 2001).

Para Marx, e, olhando também para o método a ser utilizado e o objeto da pesquisa proposto, pode-se dizer que o “objeto da pesquisa (no caso dele, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir [...] independe da consciência do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 21-22). Atentando-se para método, o “ideal

não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (NETTO, 2011, p. 21), diz Marx quando faz uma reflexão sobre o método materialista histórico dialético.

O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2011, p. 53).

Utiliza-se, no processo de pesquisa, as fontes bibliográficas, jornalísticas, documentares e das experiências vividas e relatadas por algumas lideranças dos Estados do Nordeste onde atua o MPA, na intenção de fazer um resgate do processo histórico vivido. Aliado a estes termos, também foi empregado, como instrumento de coleta de informações, o uso de entrevistas a partir do questionário semiestruturado com militantes dos Estados.

Diante das reflexões acima, pode-se então classificar a presente pesquisa, quanto à forma da abordagem do problema, em qualitativa. A qualitativa foi utilizada devido às suas características de investigação exploratória e descritiva, constituindo-se na abordagem adequada, já que permitiu o aprofundamento necessário na busca do conhecimento no que se refere à presença do MPA na Região Nordeste e sua contribuição política e prática ao campesinato.

O uso da abordagem qualitativa tem a intenção buscar compreender e a ajudar a interpretar determinados comportamentos, opinião e expectativas dos/as indivíduos que são alvo da pesquisa. Tem caráter exploratória, portanto não tem o intuito de obter números como resultado, mas foi um instrumento importante para indicar-nos um caminho mais claro para a tomada de decisão sobre a questão problema desta dissertação, inclusive, para perseguir o necessário objetivo geral do presente trabalho.

A partir disto, foi utilizado um questionário semiestruturado aberto e, assim, foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas com 18 (dezoito) militantes camponeses/as atuais e de longa trajetória no MPA dos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul. Além disto, dados foram coletados e tabulados a partir de sites e banco de dados, que aqui foram utilizados diretamente ou como subsídio para a reflexão.

Dos bancos de dados utilizados, um deles foi o Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA), em especial a categoria Estrangeirização de terras. O Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) é um projeto de extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)/UNESP. Este espaço é onde se

elabora e executa diversas linhas e projetos de pesquisa. Neste banco utilizaremos dos dados referentes à Estrangeirização das Terras.

De forma geral, os procedimentos metodológicos do DATALUTA constituem-se em atividades de levantamento de dados, organização, confrontação, sistematização e análise (DATALUTA, 2014, p. 9). Em específico no que se refere a Estrangeirização das Terras Os dados da categoria estrangeirização de terras, apresentados pela primeira vez no ano de 2014, são referentes a compra, arrendamento e ou direito de superfície de terras por estrangeiros. As fontes dos dados são secundárias, pesquisadas em jornais, revistas, artigos e outros periódicos em geral, as fontes primárias são pesquisadas nos relatórios disponibilizados pelas próprias empresas. Foram levantadas pela Rede DATALUTA as empresas estrangeiras e as empresas brasileiras com presença de capitais estrangeiros. Os dados selecionados estão organizados por: razão social; empresas relacionadas; origem do capital e commodities representados em um quadro (DATALUTA, 2014, p. 9).

Os dados estão organizados em gráficos e mapas, onde destacamos a participação de empresas e commodities na territorialização por meio da compra, arrendamento e ou direito de superfície de terras por estrangeiros. Esta forma de organização dos dados nos permite, pela primeira vez, uma visão geral do processo de estrangeirização de terras no Brasil (DATALUTA, 2014, p. 10).

A partir desta perspectiva, no primeiro capítulo traz a conjuntura político – agrária do Nordeste e como o MPA coloca-se dentro dos modelos em disputa para o campo. Ao mesmo tempo, traz a reflexão em torno da compreensão do campesinato, inclusive, trazendo as contribuições do MPA no resgate do tema campesinato articulado a reafirmação da classe camponesa. Já o segundo capítulo trabalha a concepção de região, planejamento e questão agrária à luz da trajetória e transformações sociopolíticas da Região Nordeste.

O terceiro capítulo, sinaliza os interesses estrangeiros sobre o território, em especial, o nordestino à luz, inclusive, da apropriação das terras por estrangeiros a partir do MATOPIBA e as consequências no agravamento da territorialização do capital. Por fim, o quarto capítulo, historiciza o MPA no Nordeste e os elementos que o MPA vem dispendo como contribuição deste Movimento à classe trabalhadora que é o Plano e o Programa Camponês. Aliado a isto levanta-se temas estratégicos que são parte desta construção do projeto político estratégico que o MPA dá como contribuição à classe trabalhadora a partir da perspectiva do campesinato.

2 CLASSE CAMPONESA EM PROCESSOS DE LUTA E REAFIRMAÇÃO DE CLASSE: CAMINHANDO NA ROÇA NA DEMARCAÇÃO DO LUGAR DE FALA

Entendendo que não há neutralidade na ciência e diante da necessidade de abrir a reflexão em torno do espaço de lutas em que se insere este trabalho, este primeiro capítulo vem como parte da necessidade de demarcar o lugar de fala de onde parte a educanda. Assim, neste capítulo, a intencionalidade é trazer provocações iniciais sobre a conjuntura política agrária atual e a percepção dos modelos agrícolas em disputa no campo para introdução à reflexão e situar o/a leitor/a sobre os processos em disputa que, inicialmente, serão aqui tratados.

Em seguida, neste mesmo capítulo, propõe-se trazer elementos em torno do conceito de Campesinato do qual o MPA tem se dedicado a refletir no processo de afirmação da classe, trazendo aqui as reflexões da caminhada e algumas bases teóricas em processo de estudo e reafirmação.

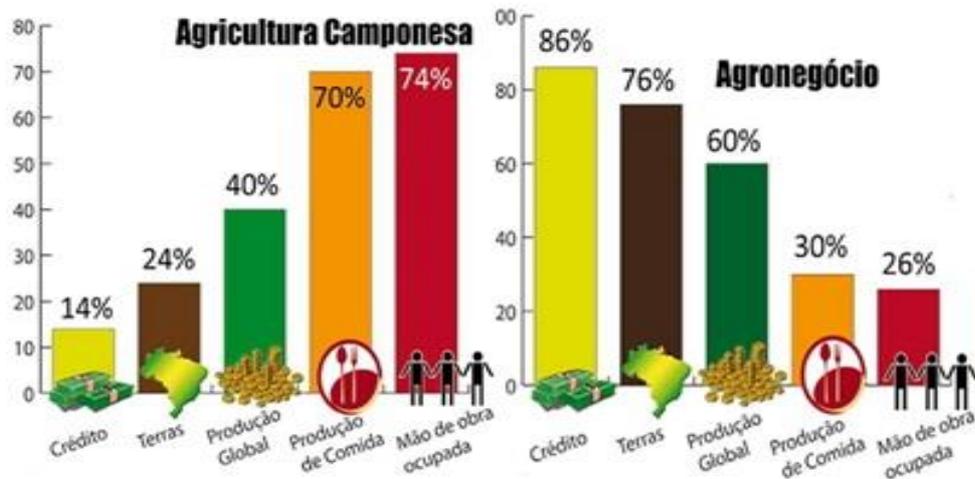
2.1 Breves reflexões sobre a conjuntura político - agrária do Nordeste, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os modelos em disputa

[...] quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que um produto traz consigo ao povo latino-americano que, com seu sacrifício, o cria (GALEANO, 1977, p. 73).

Olhando para o contexto do campo brasileiro, o Censo Agropecuário do IBGE de 2006² nos traz, a partir dos seus dados, evidentes modelos de desenvolvimentos antagônicos e as consequências econômicas destes dois modelos. A partir desta pesquisa, o MPA, partindo de suas análises e reflexões, demonstra que os/as camponeses/as acessam 14% dos créditos e possuem 24% das terras, mas respondem por 40% do PIB agrícola, 70% da produção de alimentos gerando 74% dos empregos no campo, sendo que de outro lado, o Agronegócio/Multinacionais de commodities (com suas grandes propriedades) tem acesso a 86% dos créditos e 76% das terras, respondendo por 60% do PIB agrícola e gerando apenas 26% dos empregos no campo, como demonstra gráfico abaixo.

² O IBGE junto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (Ministério atualmente extinto pelo ilegítimo Governo Temer), contribuiu para a elaboração deste Censo, utilizando-se de uma grade de variáveis que possibilitou, pela primeira vez, inserir a categoria de estabelecimentos familiares em seus levantamentos. Como traz Wanderley, a definição dessa categoria é também orientada por pressupostos teóricos e condicionamentos operacionais: ela se baseou nas concepções adotadas pela Lei da Agricultura Familiar que estabelece que esse tipo de produtor

Figura 1 – Agricultura camponesa versus Agronegócio



Fonte: Dados do IBGE, 2006 organizados pelo MST 2012. Disponível em: <<http://www.redesans.com.br/estudo-unesp-destaca-valor-da-reforma-agraria-no-desenvolvimento>>.

Para compreender melhor a dimensão destes modelos em disputa, Fernandes (2014) afirma que existem conjuntos de teorias que procuram explicar os modelos de desenvolvimento da agricultura camponesa e da agricultura capitalista (agronegócio), suas relações de subordinação e resistência. Neste contexto, nosso papel dentro da pesquisa é mostrar estas contradições teóricas e as *intencionalidades* que estão expostas no campo, especialmente, dentro do que se construiu, planejou e vem se desenvolvendo sobre o nordeste brasileiro e a lógica de planejamento estatal construído para esta região enquanto desenvolvimento provocador de um suposto crescimento econômico e político.

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo. (FERNANDES, 2005, p. 7)

Como continua Fernandes (2005), diante dos modelos em disputa no campo expostos no gráfico acima, reavivamos a reflexão da disputa das ideias entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário, onde o Paradigma da Questão Agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos/as camponeses/as.

Este paradigma entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008). Assim, o paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: A *Proletarista* que tem como ênfase as relações capitais trabalho e a *Campesinista* que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Por outro lado, o Paradigma do Capitalismo Agrário, traz que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor/a de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (ABRAMOVAY, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. (FERNANDES, 2013, p. 11). Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Grande parte do campesinato concentra-se no Nordeste brasileiro³, assim como também os processos de resistência contra as investidas do capital, já que esta região tem sido alvo de inúmeras disputas territoriais entre o agronegócio e outros empreendimentos e o campesinato, gerando, em vários casos, uma sobreposição de conflitos em seus territórios. Segundo o Censo Agropecuário de 2006:

A Região Nordeste continha metade do total dos estabelecimentos familiares (2.187.295) e 35,3% da área total deles. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total. [...]. As Unidades da Federação com maior número de estabelecimentos familiares foram Bahia (665.831, ou 15,2% do total), Minas Gerais (437.415, ou 10,0% do total), Rio Grande do Sul (378.546, ou 8,7% do total) e Ceará (341.510, ou 7,8% do total). (FRANÇA, 2009, p. 19)

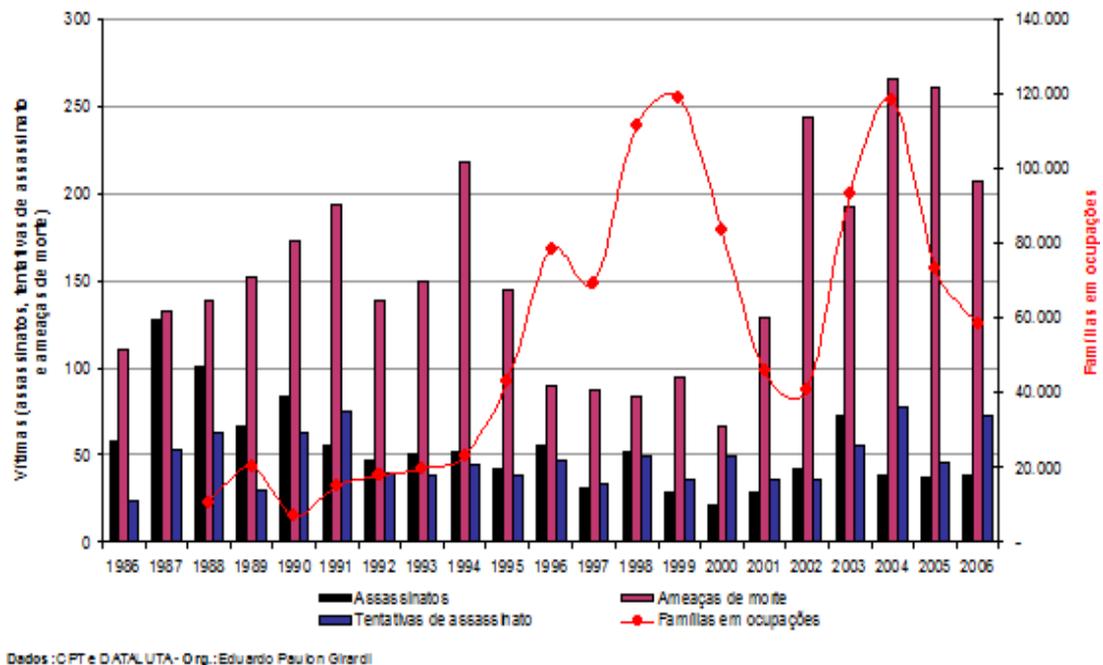
³ Como traz Bernardo Mançano Fernandes, em seu texto *Delimitação conceitual de campesinato*, “a delimitação conceitual de campesinato é um exercício político”. O MPA vem reafirmando o debate sobre o campesinato, assim como recuperando a memória da presença camponesa através de estudos e reflexões, com o apoio de acadêmicos e Universidades brasileiras. Como traz Fernandes, “desde o século XIX, surgiram diversas teorias a respeito da existência e das perspectivas do campesinato no capitalismo. O desenvolvimento dessas teorias por meio de pesquisas e debates políticos acirrados constituiu três distintos modelos de interpretação (e, também, de perspectivas para o campesinato) do campesinato ou paradigmas [...]: O paradigma do fim do campesinato compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do fim do fim do campesinato entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da metamorfose do campesinato acredita na sua mudança em agricultor familiar”. De forma ampla, podemos dizer que campesinato é um modo de ser, viver e produzir no campo e estes são diversos, já que existe no campo uma grande diversidade de camponeses/as que são, vivem e produzem de forma diversificada.

Como traz Fernandes (2004), o desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os (FERNANDES, 2004, p. 9).

Uma das faces desta relação de conflitualidade, fruto das disputas territoriais no âmbito nacional, em muitos casos, também, tem gerado processos de violência no campo, a exemplo dos assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses/as, como nos traz o gráfico com dados dos anos de 1986 a 2006 do Atlas da Questão Agrária Brasileira⁴:

Figura 2 – Vítimas (assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de mortes) dos anos de 1986 a 2006



Fonte: DATALUTA (2014).

⁴ O Atlas da Questão Agrária Brasileira faz parte da tese de doutorado em Geografia intitulada "Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira". Esta tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente e contou com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O Atlas é resultado da aplicação prática de nossas proposições sobre a Cartografia Geográfica Crítica no estudo da questão agrária no Brasil.

Para construir a reflexão proposta e dar conta dos objetivos aqui sinalizados vários/as autores/as serão utilizados e descobertos durante o curso da pesquisa e do mestrado – que poderão ser utilizados de forma direta ou indireta -, mas de imediato tomaremos estudos de Bernardo Mançano Fernandes para a compreensão dos conflitos e disputas territoriais, movimentos sociais camponeses como já referenciado.

Voltando ao Nordeste, esta é uma região rica em elementos culturais, naturais e de povo, especialmente, quando falamos na qualidade de vida no campo e a vasta presença de homens e mulheres que escolheram o campo para viver e produzir. Importante lembrar que junto com outros/as camponeses/as de outras regiões, os/as camponeses/as são responsáveis por mais de 70% da alimentação saudável que chega às mesas do país segundo Censo Agropecuário de 2006. Mesmo com várias contradições aqui postas, a exemplo da concentração fundiária, conflitos territoriais, grilagem de terras e etc. o Nordeste consegue projetar-se ao dos/as camponeses/as, através das lutas, processos de avanço da consciência e, mais específico, na produção de alimentos saudáveis.

Mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. Essa também é a realidade das outras regiões, o que nos leva a reconhecer a importância estratégica da agricultura camponesa para o desenvolvimento do Brasil. (FERNANDES, 2012b, p. 220).

Como traz Fernandes (2012a), a região nordeste tem aspectos na sua questão agrária que se mostra necessário salientar para compreensão de sua composição. Existe, nesta região, uma falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato, especialmente por que nesta localidade, segundo o Censo do IBGE abriga-se 50% dos/as camponeses/as brasileiros/as. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo o bolsa família. Ainda, parte desses/as camponeses/as migram para a região concentrada para trabalhar no corte da cana, e nas colheitas de laranja e café. A fruticultura irrigada (agronegócio) atua bastante “angariando” trabalhadores/as para o assalariamento rural no Nordeste. Segundo Fernandes (2012b, p. 220), “a ação do agronegócio na região é – também – a produção de commodities para exportação”.

Há uma saída/migração, devido à pluriatividade imposta pelo capitalismo e pela expropriação das terras dos/as camponeses/as, assim tem muitos anos que esta prática sempre fez parte de sua realidade, inclusive, para os/as que permaneceram com suas terras (a exemplo dos/as Pequenos/as Agricultores/as). A pluriatividade foi um dos instrumentos de garantia do

sustento e da permanência da terra em suas mãos produzindo, mesmo que seja o mínimo para consumo interno da família.

O avanço capital é facilmente detectada na região nordeste: “a região Nordeste é marcadamente uma região agrícola agroexportadora, em que o “coronelismo” sempre se beneficiou dessa condição. A exclusão dos agricultores e famílias da região Nordeste fica ainda pior com a expropriação causada pela expansão da soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Ainda o processo recente de estrangeirização da terra por empresas e governos da China e países árabes tem criado novos elementos da questão agrária” (FERNANDES, 2012b, p. 220).

Soma-se a estes fatos a grave concentração fundiária existente no Brasil. No país, o grau de concentração de terras está praticamente inalterado desde os anos de 1985, lembrando que neste ano dá-se início o processo de redemocratização no Brasil. Conforme traz o 10º Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini⁵ registra 0,854 pontos (lembrando que entre os anos de 1995-1996: 0,856 pontos e em 1985: 0,857 pontos).

Após um recálculo do Instituto, o mesmo informou em 2009 que o índice de Gini brasileiro atingia 0,872 pontos, representando um crescimento de 1,9% na média nacional. Olhando para o Nordeste a realidade não é diferente, pois nesta região a concentração traz problemas imediatos a exemplo da desigualdade que vem acompanhada do processo de modernização produtiva e a inserção no mercado a partir das commodities agrícolas. Quanto ao índice de Gini, percebe-se o cenário na tabela 1.

Por isso, reconstituir historicamente a “Questão do Nordeste” é um elemento fundante e crucial para a compreensão da relação entre o processo de modernização e industrialização, intimamente associados ao êxodo rural (mão de obra desqualificada e barata para a indústria) e a participação do Nordeste nesta lógica de progresso para a consolidação da indústria. O deslocamento de capital gerado no Nordeste com a importação de matérias-primas foi transferido desta região para o Sudeste, gerando o “subdesenvolvimento” planejado do Nordeste.

O apoio da burguesia rural nordestina foi decisivo nesta dinâmica, a qual concordou com o “empobrecimento” crônico e planejado de sua própria região em troca de favores especiais do Governo para a elite local, denominada por Oliveira de “*Lumpen Burguesia*”. A

⁵ Indicador da desigualdade no campo, mostrando a concentração ou não da terra. Ou seja, quanto mais perto essa medida está do número 1, maior é a concentração na estrutura fundiária.

elite passou a ser beneficiada por processos de enriquecimento, através da intermediação corrupta de verbas públicas e do domínio de aparelhos dentro do Estado relacionados à produção de café, açúcar e etc.

Tabela 1 – Índice de Gini 1992-1998-2003 e evolução 1992-2003

UF	GINI 1992	GINI 1998	GINI 2003	Evolução 1992-2003
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazonas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,57	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondônia	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,591	-0,273
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607	-0,018
Sergipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
Brasil	0,826	0,838	0,816	-0,010

Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira. DATALUTA – Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA. Cálculo: Eduardo Paulon Girardi. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm>

Este processo de reconstituição histórica do Nordeste permitirá compreender alguns elementos presentes na conjuntura atual e que muitas vezes nos debatemos em incompreensões, sobretudo no que diz respeito a organização política e a autonomia econômica dos/as camponeses/as. É preciso romper com a farsa político-ideológica imposta que oculta o enriquecimento particular das elites que se reproduzem politicamente ao adotar a bandeira de “salvação do Nordeste”, quando, na verdade, os interesses particulares abalaram significativamente a situação da sua própria região. Para tanto, o discurso aparentemente defensor e salvador foi amplamente difundido, sendo a “indústria da seca” parte dessa estratégia.

A lógica construída pelas elites agrárias concebe o Nordeste como região de enriquecimento particular, locupletando-se da miséria que se transforma em barganha política

e constituindo uma clientela que reproduz a elite rural nordestina no poder. Como exemplo, podemos mencionar as ações da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, a qual representa a intervenção autoritária nas decisões do Estado até hoje.

Na região nordeste atual, a reinvenção tem acontecido na intencionalidade de eliminar as desigualdades regionais construídas ideologicamente e, nesta perspectiva, alterar não só os discursos hegemônicos sobre o Nordeste e seu povo, que se traduz historicamente nas falas da região como espaço do atrasado, analfabeta, seca, pobre e com pouca consciência/discernimento político, como observamos durante a última campanha eleitoral se repetir na mídia hegemônica e virtual.

Na busca da desmistificação do olhar ideológico e hegemonicamente construídos, a reinvenção política, social e econômica do Nordeste vem sendo provocada, pelos/as trabalhadores/as, especialmente, os organizados em movimentos/organizações camponesas, já que estes/as tem tido o papel de sinalizar este processo e o MPA se coloca neste desafio. Assim o papel desta pesquisa, a partir do enfoque geográfico (conflitualidade na região e disputas territoriais) é superar, inicialmente no campo ideológico, as desigualdades regionais e descaracterização do Nordeste enquanto região problema.

Importante reafirmar que neste processo a elite, em especial, a elite agrária também muda de perfil e adquire novas facetas, como sinaliza-se no início, saindo da pejorativa caracterização de coronel/latifundiário do passado para empresários do campo/agronegócio pós anos 1980, mais forte na década de 1990 até os dias de hoje, como estratégia de aceitabilidade política e social de sua presença, mas que mantem velhas práticas aliada a uma tecnologia excludente e ação desterritorializante.

Neste contexto, é importante caracterizar o agronegócio e como ele tem se territorializado no Brasil, em especial, a partir da formação do patronato rural, mas olhando os aspectos gerais. Esta breve caracterização para a Região Nordeste é necessária, principalmente, pelo número de camponeses/as que nesta existe e a dimensão do enfrentamento que o agronegócio traz e, também, por ter clareza que o sistema agrícola do agronegócio é diferente prática agrícola campesina.

No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências (FERNANDES, 2009, p. 49).

Mas, de fato, como caracterizamos a reconfiguração do latifundiário em agronegócio? Em linhas gerais, diante do estigma negativo criado pelo latifúndio a partir das ações dos seus

representantes, assim estes se recriam a partir das novas facetas e dimensões do capital no campo e da modernização da agricultura diante do modelo hegemônico. Fernandes (2009, p. 48) traz que a primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg em 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia.

Compreendemos que essa condição confere as transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo. O capital controla todos os sistemas do complexo (FERNANDES, 2009, p. 48) e tenta utilizar o campesinato no sistema agrícola. Ou seja, há uma negação ideológica do campesinato pelo agronegócio.

A caminhada de auto-organização do agronegócio tem sido a partir de vários instrumentos nacionais durante a história que vão desde a criação da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), da Sociedade Rural Brasileira (SRB), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e, por último, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)⁶ no cenário nacional. Tais forças tem fortalecido as elites agronegocistas locais, em especial, sua força política dentro do Nordeste.

Olhando para esta força hegemônica conservadora no campo e da forte presença camponesa no nordeste aliado aos desafios postos, o MPA vê a Região Nordeste como área estratégica de intervenção política junto ao campesinato. Por isso, necessitamos conhecer a

⁶ SNA fundada em janeiro de 1887. A mais antiga organização do agronegócio. Surge para enfrentar a hegemonia dos cafeicultores paulistas, sendo esta organização definida como “reação ruralista”; SRB surge em 1919 para contrapor à hegemonia construída pela SNA para disputar com ela o monopólio até meados da década de 1980; A UDR surge diante do contexto de surgimento dos movimentos sociais, em especial, do MST e de vários outros setores que colocavam em cheque para a sociedade o contexto da grave concentração fundiária causada pelo agronegócio e seus prepostos. Deste espaço a truculência foi sempre marca registrada; A OCB surge em 1969 com a formação a partir de proprietários e empresários rurais ligados às atividades agrícolas altamente e que buscavam melhores condições de exportação para seus produtos. Surge da unificação da Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) com a União Nacional de Cooperativas (Unasco) pelo Ministério da Agricultura; A ABAG surge em 1993 e vem para trazer à tona a noção de agronegócio; e, por último, a sigla CNA, originalmente, diz respeito ao nome da entidade em sua fundação legal em 1964, quando se chamava Confederação Nacional da Agricultura. Em 2001, ao completar 50 anos, a entidade alterou seu nome para Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, mas preservando a sigla. é a principal entidade sindical representante do patronato rural brasileiro. Ela é composta pelas federações de agricultura, sediadas em cada estado brasileiro, sendo que cada uma delas é composta por sindicatos de base municipal. A sua fundação se deu após a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214, de 2 de março de 1963), promulgado durante o governo João Goulart, e se orientou pelas normas gerais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRUNO; LACERDA; CARNEIRO, 2012, p.524. In.: ANDRADE,2013, p. 28).

referida região e suas correlações de forças. Neste sentido, a investigação sobre a territorialização das elites agrárias (agronegócio) que causam expropriação e desterritorialização dos/as camponeses/as até o presente e as potencialidades atuais da região é parte necessária.

O MPA, na reafirmação do campesinato enquanto classe, tem se desafiado a estudar coletivamente a dinâmica sócio histórica e espacial do campesinato, compreendendo como se formou seus atuais territórios. Aliado a isto, tem como projeto político para o campo o *Plano Camponês*⁷ e, no ano de 2015, construiu enquanto instrumento para política pública o *Programa Camponês*, na intencionalidade de dar passos concretos na reinvenção política, social e econômica do campesinato, em especial, o do Nordeste brasileiro. O Programa vem sendo dialogado com os Estados do Ceará, Sergipe, Piauí e Bahia, inicialmente.

Os estudos sobre as movimentações que constituíram as classes dominantes regionais, especialmente, as de origem oligárquica ou coronelista, não aprofundam a compreensão do processo político brasileiro, principalmente na fase em que o sistema capitalista de produção predomina no Brasil. Utilizaremos de outra referência para a compreensão do Nordeste, sua conformação enquanto região, planejamento e a construção do subdesenvolvimento: Francisco de Oliveira, especialmente, sua obra *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes*, na intencionalidade de conhecer o que foi produzido teoricamente sobre o “Nordeste”, o surgimento da classe burguesa (elite agrária) na região e onde/como emergem as forças populares camponesas nesta região, com destaque para a presença de uma elite em construção e seus vínculos com a intervenção planejada do Estado.

O autor “procura explicitar como as “oligarquias” ligadas ao açúcar e as atividades do gado-algodão se reproduz numa época em que é inegável a expansão do modo de produção capitalista de produção” (MARTINS, 1985, p. 102). Neste contexto, o mesmo também traz a ideia de planejamento como intervenção planejada no Nordeste, e analisa o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo Estado foi “capturado pela oligarquia agrária algodoeiro – pecuária, que submetia as classes dominantes açucareiras” (MARTINS, 1985, p. 103).

Neste estudo será importante destacar o papel do mercado interno na definição do processo de acumulação capitalista, que se desenrola a nível regional e inter-regional,

⁷ O Plano Camponês é um projeto político para o campo, que vem como provocação do MPA, que visa a melhoria da qualidade de vida no campo, baseados nas mudanças das relações de gênero, no fomento à educação camponesa, ao estímulo à agricultura camponesa, lazer, esporte e saúde para as populações campesinas. No Nordeste, este plano nos provoca a caminhar na busca da reinvenção, especialmente, quando reconstrói ideologicamente, o verdadeiro papel do Nordeste e os desafios políticos e econômicos e suas reais potencialidades no cenário nacional.

sobretudo numa região como o Nordeste, como traz Martins (1985). Em suma, é necessário conhecer os aspectos básicos do crescimento econômico da atividade açucareira e algodoeiro-pecuária nordestina para, conseqüentemente, ter condições de compreender a apreensão teórica do movimento constitutivo das novas classes sociais, do poder burguês, dos ordenamentos do aparelho estatal, na natureza das lutas sociais. Ou seja,

A partir da reflexão sobre o processo constitutivo da economia de mercado, internamente, podemos melhor entender como se formam as classes dominantes a nível de Nordeste e qual a natureza e as motivações das tentativas de planejamento estatal promovidas na região. O problema que nos parece primordial é o de determinar, primeiramente, no interior de cada unidade político – administrativa da federação, em dada conjuntura, o nível histórico de desenvolvimento das forças materiais e sociais de produção. Isto é, para se conhecer os reflexos que as transformações históricas da infra- estrutura produzem no plano da superestrutura – tanto no que se relaciona com a organização do aparelho estatal, como no da conformação do poder burguês -, é preciso que se perceba como os grupos participam da constituição do aparato político – jurídico e exercem seu poder no interior desse corpo de dominação materializado (MARTINS, 1985, p. 105).

Pensando na ação planejada do Estado, trazida por Francisco de Oliveira, que construiu uma conjuntura ideológica de combate às secas no semiárido, será necessário compreender às influências deste elemento na compreensão da formação da região Nordeste, especialmente, como a lógica do combate à seca foi construída na consciência regional.

No caso do Nordeste, a institucionalização da região deu-se por uma elaboração regionalista preexistente projetada no evento das secas e na ideia de uma natureza árida (colocada como sujeito) que conformava o espaço social de uma população miserável (objeto da natureza). A representação sobre o Nordeste erigiu-se a partir de uma verdadeira “civilização da seca” (BARROS, 2014, p. 1).

Quanto ao campesinato, este “tem resistido e sobrevivido aos diversos sistemas político-econômicos: escravocrata, feudalismo, capitalismo, socialismo, contudo ainda não conseguiu construir sua própria condição de autonomia na convivência e contestação com outras relações sociais” (FERNANDES, 2014, p. 3), por isto a importância de observar o camponês dentro do território, já que este “é a condição de existência do campesinato”. Assim, neste estudo pretende-se, ao lado do estudo sobre a concepção de região (no caso do Nordeste), ressignificar a importância dos territórios camponeses, sobretudo, trazendo para a contemporaneidade do MPA.

Por último, nos utilizaremos também da contribuição de Horácio Martins de Carvalho por trazer reflexões contemporâneas sobre o papel do MPA como sujeito político e, especialmente, pela sua contribuição junto ao Movimento no resgate teórico-acadêmico da reflexão em torno do campesinato e, principalmente, do campesinato enquanto classe social,

constituindo-se aqui um diálogo teórico com outros processos de reinvenção do campesinato dentro do Nordeste.

Os/as camponeses/as, em todos os tempos e nos mais distintos contextos econômicos e sociais, sempre resistiram socialmente à exploração e às mais distintas formas de opressão. Revoltas camponesas, participação relevante em revoluções sociais, resistência social localizada de grupos de camponeses, de famílias isoladas respondendo ao ultraje da violação de seus espaços de produção e de viver e de seus saberes, tem sido uma prática social constante, poderíamos dizer desde sempre, na história das histórias camponesas. Mas é na formação econômica e social sob a dominação do modo de produção capitalista que o camponês está seriamente ameaçado de desagregação social e de desaparecimento (CARVALHO, 2012). Para Horácio Martins, o camponês ou camponesa

[...] é aquele que tem acesso aos Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc., cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviços temporário e/ou prestar serviços para terceiros e a centralidade da reprodução social está na família. O que caracteriza uma família camponesa é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola (CARVALHO 2005, p. 170).

Ploeg (2008) considera que

A condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia [...] para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente. As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra.

Por isto, reafirma-se a necessidade de articular Nordeste, Campesinato e Questão agrária como eixos que devam dialogar em cada tempo histórico (passado e presente), porquê estes três eixos são interligados dentro do contexto do trabalho e estão sendo analisados dentro da estrutura da sociedade em que se inserem e reproduzem-se - que no trabalho em questão tem como cenário político a Região Nordeste, em especial, pois estes fatores interferem diretamente na vida social, na forma de produzir, nas relações de poder político e disputa territorial contemporânea. Assim, cada autor/a adotado, terá sua contribuição nesta perspectiva.

Por fim, enquanto processo atual, mais precisamente a partir de 2016, nos chega o contexto do Golpe no Brasil que instaura um Estado de exceção com manobras jurídicas e

legislativas para a retirada dos/as direitos dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade. Neste cenário, o Nordeste e os/as camponeses/as tem sido uma das regiões e sujeitos mais afetados, já que nos últimos anos foram alvo evidentes de políticas públicas específicas que permitiram a distribuição de renda e uma melhor qualidade de vida no campo. Neste momento, a Região e o campesinato encontram-se ameaçados pelo retrocesso de retirada dos direitos dos/as camponeses/as seja pelo tema da Previdência Social que afetará vários aspectos da vida social e econômica, pelos cortes promovidos no Bolsa Família e/ou pelo enxugamento das políticas de acesso à terra e à água⁸ tão necessárias ao Nordeste e à autonomia política do povo que nele reside, principalmente, no Semiárido. É neste contexto agrário e político que o MPA reflete e faz luta.

2.2 O que é Campesinato e como entendê-lo no Nordeste?: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Campesinato enquanto classe social: caminhada, construção e bases teóricas

“De fato faz sentido perguntar se naquela época (século XVI) não seria preferível morrer do que levar a vida de camponês” (JACOB, 2003).

Para localizar o lugar do rural/agrário e a relação de modernização/agricultura/política, se faz necessário, inicialmente, dizer do quanto que a construção jurídico-político por parte do Estado brasileiro - com mãos e projetos burgueses -, coibiu e inibiu a organização do povo do campo, especialmente, alimentando a invisibilidade do termo e do “campesinato”, enquanto categoria histórica de luta, na intencionalidade de justificar que não existe mais campesinato no Brasil e desarticular as lutas no campo. No Brasil, está invisibilidade tem diversos fatores.

Como traz Maria Nazareth, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura, e o meio rural foi definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e

⁸ Superando o discurso nos últimos anos mais de 1,2 milhão de cisternas de água para consumo e produção foram construídas, tendo como protagonista as organizações populares, em especial, a partir da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Em período de Golpe e de forte estiagem no Nordeste, em Novembro de 2016, Michel Temer informa o corte no orçamento do Exército, que executava o Programa Operação Carro Pipa, na distribuição de água para as comunidades do Nordeste, em especial, nas comunidades camponesas. Está Operação atendia, aproximadamente, 4 (quatro) milhões de nordestinos/as e abastecia 79 mil cisternas no campo. Como traz a ASA BRASIL, o atendimento é feito a partir de um pedido da Defesa Civil, avaliado pelo Exército. Caso a solicitação seja aprovada, a unidade militar contrata um carro-pipa para atender a comunidade. A água deve vir de um manancial açude ou poço na região com potabilidade comprovada por laudo.

homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Sem contar que nem mesmo a modernização chegou a todos, foi seletiva espacialmente e socialmente. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras (WANDERLEY, 2003).

Com diversas formas de organização social durante a história, constata-se que a presença camponesa sempre foi existente, sendo que os processos de perseguição fizeram parte da vida camponesa. Tais perseguições tiveram várias facetas, desde as perseguições de caráter político e social, ideológico e religioso, além das centradas em diversas formas de exploração econômica, como traz Carvalho (2012). Mas, mesmo com reações vindas a partir do campo e seus/as sujeitos/as, o autor também destaca que nas formas econômicas e sociais hegemônicas pelo modo de produção capitalista tem predominado o desprezo e a discriminação social com relação aos camponeses.

Essa discriminação social contra os/as camponeses/as tem fundamentos econômicos e ideológicos, inclusive religiosos, - como já ditos – e que atravessam os séculos, ao menos desde os fins da Idade Média (séculos XIV e XV) na Europa (CARVALHO, 2012, p. 9):

Essa hostilidade ao camponês nada tinha a ver com o fato de ele ser ou não um homem livre. O número de camponeses livres e de servos presos à terra manteve-se equilibrado durante bastante tempo. **A perseguição contra os camponeses só começou quando os proprietários fundiários seculares --- aos quais imediatamente se veio juntar a Igreja, que era na verdade a grande proprietária de terra --- perceberam que a odiada agricultura era afinal uma ótima fonte de rendimento.** A partir desse momento os camponeses livres começaram a ser expropriados [...]. Quando os latifundiários se aperceberam de que a terra rendia mais na sua mão do que na posse dos pequenos proprietários, o destino destes últimos ficou traçado [...]. O camponês livre passa então a ser perseguido de todas as maneiras imagináveis, pela perversão da lei, da violência, por meio de documentos forjados, pela força das armas (JACOB, 2003, grifos nossos).

O campesinato tem dado passos no enfrentamento a esta construção hegemônica sobre ele, construção esta que tem sido sustentada com bases no ideário de subalternização e que, no caso do Brasil, com traz Carvalho, se somam aos processos de preconceito cristalizado na subjetividade das classes dominantes pelos resquícios ativos da mentalidade escravista e racista (negro e índio), reforçada pelo desprezo dos trabalhadores manuais e pobres (CARVALHO, 2012).

A partir das interpretações marxistas e clássicas sobre campesinato e o estudo da questão agrária, Marques (2002, p. 4) afirma que:

[...] apoiando-se em Lênin, consideravam que este segmento social estava fadado à extinção e que daria lugar a uma realidade polarizada entre trabalhadores assalariados e capitalistas, pequenos e grandes. [...], inspirando-se na ideia de acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, afirmavam a permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista.

Por este contexto, durante muito tempo o estudo e olhar sobre o campesinato foi, intencionalmente, sufocado pelo discurso dominante das épocas, já que falar de campesinato, inicialmente, é trazer à tona a memória das lutas e processos de reação, rebeldia e levantes dos/as camponeses/as vividos durante a história. Assim o MPA tem se desafiado, enquanto movimento camponês nacional, a resgatar esta memória camponesa, o estudo sobre o campesinato enquanto classe social em processo de organização, assim como compreender quem é este campesinato e onde está na atualidade, como base de reflexão necessária para organização da diversidade do campesinato enquanto classe camponesa, sendo esta parte considerável da classe trabalhadora.

No Brasil, a partir do Decreto nº. 1.946, de 28/06/96, provocado por um contexto de endividamento do/as camponeses/as e o não acesso a políticas públicas de fomento à produção camponesa, deu-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), suficiente para um dado momento histórico, mas que se mostrou ao longo do tempo insuficiente e provocador de uma concepção elitista de agricultura.

O PRONAF nos chega na década de 1990, dentro daquele momento histórico, como consequência de um processo de luta construído pelos/as pequenos/as agricultores/as por financiamento aos camponeses/as, como por exemplo a luta e resistência do Acampamento da Seca construída em 1996 no Rio Grande do Sul onde o MPA teve seu processo de organização fomentado, como trataremos mais à frente. Mas, mesmo tendo este caráter de conquista, nos últimos anos o PRONAF foi apropriado pela lógica do capital e, por consequência, apropriado pela política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) fundado em bases que provocam a mutação do/a camponês/a em um agricultor/a empreendedor/a, ou seja, um/a “pequeno empresário”.

O estímulo a este é feito para que este utilize sua propriedade para dar lucro e ser integrado às cadeias produtivas, com empresas industriais e exportadoras, ou seja, fazer parte do Agronegócio, tornando-se um produtor especializado em um ou dois produtos para o Mercado. A partir da implantação do PRONAF e sobre a fundamentação teórico-metodológica construída em torno da categoria agricultura familiar, Delma Pessanha afirma que:

Se no campo político sua eficácia foi patente, correspondendo a expectativas socialmente construídas, no campo acadêmico essa unanimidade foi conceitualmente esterilizante. A despeito de os segmentos que ela engloba não serem homogêneos, o ponto de vista dos atores foi secundarizado frente ao formalismo classificador, desconsiderando sua diferenciação nas diversas situações. [...]. Por todas essas considerações, não reconheço o termo agricultura familiar como conceito teórico. Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-la se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria (NEVES, 2002, p. 136-137).

Várias compreensões são construídas em torno de alguns significados, assim campesinato para o senso comum assumiu um duplo sentido, onde por um lado, corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra ‘camponês’ carregava um forte conteúdo político, pois ele era frequentemente associado ao movimento camponês, que foi duramente perseguido como subversivo pelos governos militares que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985 (WANDERLEY, 2011, p. 95).

Por outro lado, como traz Maria Nazareth Baudel, mais recentemente, os agricultores familiares são percebidos, por alguns, como integrantes das principais culturas agropecuárias do país, inclusive das grandes cadeias produtivas globalizadas. Nesse caso, eles são incluídos na categoria genérica do “agronegócio”, juntamente com os grandes proprietários e empresários do setor agrícolas do país (WANDERLEY, 2011, p. 95). A partir deste contexto, fica evidente a disputa política e ideológica em torno dos significados atribuídos às categorias “agricultura familiar”, “campesinato” e “agronegócio”. Assim, faremos uso da categoria e conceito de campesinato como categoria identificadora dos/as camponeses/as.

Voltando a dialogar sobre o conceito de campesinato e localizá-lo na realidade, Shanin (2005, p. 1) traz que

Nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é sistematicamente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambas têm pouca utilidade.

Assim, na conceituação e compreensão da diversidade camponesa e do campesinato, será necessário ter um olhar amplo, no caso desta análise, será utilizado o subsídio teórico de algumas referências e, também, a construção coletiva de alguns/algumas camponeses/as que

tem se desafiado a resgatar os processos de lutas e reflexões teóricas sobre o campesinato, a partir do MPA.

Shanin (2005, p. 1) afirma que o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não - apenas - camponesa e/ou extra historicidade. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla.

O campesinato é um conceito que não perpassa apenas no campo ideológico, mas que expressa e se materializa na prática, e que ajuda a compreender a realidade agrária brasileira. O conceito camponês, além de seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo. Aqui serão tratados e entendidos como classe social pela sua capacidade de criação e recriação (FÉLIX, 2013). Partindo da construção coletiva de um conceito atual fruto de debates realizados junto aos intelectuais e os movimentos camponeses, podemos afirmar que, segundo Carvalho (2005), os/as camponeses/as são:

Aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da exploração rural – extrativista, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas [...]. O Campesinato enquanto unidade na diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista [...]. Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os foreiros que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país. E os novos camponeses resultantes de assentamentos de reforma agrária (CARVALHO, 2005, p. 170-172).

Há uma variedade de formas de viver, ser e construir em sociedade baseada da diversidade do campesinato, onde vários elementos o caracterizam, em especial os/as que possuem distintas culturas, diversas religiosidades, valores ético-morais e sociais, assim como inúmeras identidades e formas de socialização, produção e formas de se relacionar com os

instrumentos de poder. Sendo assim, ao tratar de refletir esta classe, será necessário analisá-la a partir da complexidade que o conceito e a realidade o abarcam. Como traz o militante ML,

O pressuposto para formação da classe trabalhadora é sua existência real, econômica e demográfica. Todavia é na luta política que as classes se afirmam enquanto tal. Os camponeses/as não existem fora das suas lutas. (ML, 2016).

Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine (OLIVEIRA, 1986, p. 16).

Outro autor importante para o estudo do campesinato é o Alexandre Chayanov (1985), um dos pensadores responsáveis pela elaboração da proposta teórica de compreensão dos processos inseridos no modo de produção familiar, realizado no âmbito da escola de Organização e Produção, pensamento com grande força política e que no seu tempo mostrou as potencialidades do campesinato da Rússia. Como traz Félix (2013), a grande contribuição deste autor vem pelo estudo da forma de organização econômica e social das unidades camponesas, procurando identificar as formas diversas pela qual a unidade camponesa conseguia atingir o equilíbrio interno, se baseando em teorias que contribuíssem para entender o equilíbrio entre a força de trabalho e o consumo familiar.

É importante registrar que o referido autor além de não realizar uma leitura marxista da realidade, via também o campesinato como modo de produção e aqui se faz uma das críticas da educanda, já que a mesma compreende o campesinato enquanto classe social e reafirma a necessidade da leitura marxista neste processo.

Seguindo nas reflexões, em outros países, sobretudo da Europa, em dado momento histórico - paralelamente a todas as repercussões sobre o trabalho no campo que advieram do desenvolvimento da industrialização e surgimento do proletariado urbano – se manteve uma estrutura agrária que garantiu espaço de reprodução econômica e social para os trabalhadores do campo. Vide o exemplo da França que embora, não deixe hoje de vivenciar as contradições entre o modelo produtivista da agroindústria e o da produção familiar (sustentável), permitiu o desenvolvimento de uma classe camponesa baseado na pequena propriedade e diversificação da produção com alto valor agregado.

No Brasil, no entanto, a chamada modernização da agricultura privilegiou um modelo arcaico e excludente oriundo da transição do modelo colonial para o republicano, que politicamente manteve a propriedade da terra altamente concentrada (latifúndio) em mãos de

uma classe política dominante, na medida em que definiu a compra como único meio de acesso à terra (Lei de Terras de 1850).

Este modelo, que guardou os resquícios do modelo escravista colonial – sendo por muitos estudiosos confundido como reminiscências feudais ou semif feudais – foram bem aproveitadas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mantendo uma classe camponesa responsável pelo seu próprio sustento, e muitas vezes dotadas de certo grau de autonomia dada a posse da terra, porém, altamente dependente da grande propriedade, beneficiada pelo baixíssimo custo da mão-de-obra a viabilizar os empreendimentos agrícolas de uma elite rural detentora dos recursos produtivos e poder político, ou seja, econômica e politicamente dominante.

Assim, foi possível o desenvolvimento de uma economia industrial, a partir dos anos 1930, com a garantia de mão-de-obra farta e barata nos centros urbanos, remanescente da população escravizada pela empresa colonial à qual foi negado acesso à terra. Garantido por uma economia agrária que suportava os custos da acumulação do capital industrial a partir da expropriação do produto excedente de uma classe camponesa não necessariamente submetida à relação capital-trabalho própria do sistema capitalista. Caracterizando o que alguns estudiosos da questão agrária no Brasil definiram como uma “criativa” forma de acumulação primitiva, estrutural para atual modernização conservadora vivenciada pelo setor agrícola do país.

O processo de modernização da agricultura, portanto, não poderia se dar sem a participação do Estado, que por meio de modificações na sua própria estrutura e marcos legais, tenta implementar mudanças ou mesmo suplantam as formas de produção tradicionais a partir da intensificação do uso de insumos industriais. A edição de normas como os Estatutos da Terra e do Trabalhador, estabelecendo novos conceitos e categorias, criaram um arcabouço jurídico, técnico e de direcionamento de políticas públicas, que permitiu a reprodução de um padrão de viabilidade econômica que subverteu a dinâmica da produção no campo à lógica da industrialização, coma extensão da fronteira agrícola e conseqüente pressão sobre o camponês excluído deste processo, além da possibilidade de inserção do capital financeiro na forma de organização e determinação da acumulação capitalista na agricultura brasileira.

A modernização capitalista da agricultura, ao tempo em que impede o andamento de qualquer proposta de reforma agrária e comanda um processo de expulsão dos/as trabalhadores/as rurais das suas antigas posses, consolida o modelo da grande propriedade agroindustrial através de benefícios fiscais e creditícios, exponencialmente, maiores do que os destinados à propriedade familiar. Como resultado, temos uma massa de trabalhadores/as

despossuídos/as que integram uma reserva de mão-de-obra para a agroindústria, a superexploração do trabalho no meio rural e a exploração da agricultura familiar, ainda que não na relação direta da venda da força de trabalho, mas nas relações comerciais submetidas à empresa capitalista rural.

Há, contudo, um outro movimento da classe camponesa, que se dá através da luta pela terra, com a ocupação de terras devolutas, griladas e latifúndios improdutivos, contrapondo ao modelo produtivista monocultor do capital e outras formas de relação com a terra e fatores produtivos (reafirmando a necessidade de soberania alimentar e a agroecologia, por exemplo), calcadas no modelo da agricultura camponesa, ambientalmente sustentável e majoritariamente responsável pela produção de alimentos saudáveis no país e para o povo.

Paralela à luta pela terra dos/as despossuídos/as está a luta de outros/as camponeses/as, a exemplo dos/as pequenos/as agricultores/as e das comunidades tradicionais/povos originários que detendo meios de produção tentam a sobrevivência da “empresa rural familiar”, na medida em que a agroindústria busca captar também a exploração do seu trabalho através da relação monetária de compra e venda do seu produto enquanto mercadoria. Tais lutas significam, por fim, a manutenção de noções ligadas ao conceito de território, que abrange também o significado das relações sociais, culturais e laços de proximidade e parentesco que norteiam um conceito próprio de desenvolvimento àqueles que se contrapõem à lógica capitalista, agregando valores ambientais, de qualidade do produto, soberania alimentar e dignificação do trabalho.

O campesinato deve ser analisado a partir do contexto histórico em que está inserido e da estrutura de sociedade em que se reproduzem. Esses fatores interferem nas formas de produção e na vida social. Dessa maneira, não se pode perder de vista que os sujeitos aqui tratados estão vinculados ao desenvolvimento desigual e combinado do capital; ao desenvolvimento ampliado de reprodução do capital; as políticas de colonização. Esse sujeito não é estranho/desconhecido ao capital, mas necessário para a sua reprodução (FÉLIX, 2013). Nesta perspectiva, o MPA avança na organização da classe camponesa entendendo que a sua diversidade identitária, política, social, ancestral e étnico-racial são elementos estruturantes para resistência camponesa, sua existência e instrumento nuclear para superação do sistema dentro de um processo organizativo maior e dialógico.

3 NORDESTE BRASILEIRO, QUESTÃO AGRÁRIA E A SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS: UM OLHAR SOBRE REGIÃO, PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diante da situação político-agrário do Nordeste, dos modelos agrícolas e das correlações de força e poder ainda existentes, este capítulo de contextualização teórica e histórica se faz necessário, já que este passado na região ainda influencia o presente e, por consequência, alimenta a construção de políticas, delinea enfrentamentos e as relações de poder eufemizadas estrategicamente no Nordeste contemporâneo. Neste processo, levantaremos a concepção de Região e os modelos de planejamento por ele direcionados e impostos tendo como cenário a questão agrária estabelecida, a presença camponesa, o regionalismo e o controle político-legal sobre o território.

3.1 Concepção de Região, Planejamento e “Desenvolvimento” para a Região Nordeste: resgatando elementos do processo histórico

Referenciando-se em Milton Santos (2003), por muito tempo a região foi vista como espaço de identidade. Ele traz que o desenvolvimento da história foi lento, por muito tempo permitindo que a região fosse vista assim. Essa identidade regional, que se modificava a passos vagarosos, trazia o enorme peso do passado, das tradições. Os objetos que representavam uma região, que nela se consolidavam, forneciam a impressão de algo praticamente contido em si. As regiões, que se formavam a partir da solidariedade orgânica entre os povos e seus territórios, produziam identidades consistentes ao longo do tempo e limites espaciais coesos entre elas. A solidariedade era fruto de uma organização local, econômica, social, política e cultural que satisfazia as necessidades de cada região. A diferença entre as regiões se dava pelas peculiaridades das relações internas entre os homens e a natureza, sem a presença, necessariamente, de mediação externa.

Brito (2008) traz que nas regiões subdesenvolvidas, os espaços eram, sobretudo, históricos, onde o peso do passado influenciava bastante a configuração da paisagem. As relações econômicas e culturais se mantinham internamente estáveis, fato que levou especialistas a afirmar a coerência interna das regiões, deixando encobertas as relações externas que influenciavam a conformação regional.

Na verdade, as regiões dos países subdesenvolvidos eram transformadas e organizadas de acordo com interesses externos. Esses interesses, porém, nem sempre atingiam as regiões

da mesma maneira, pois dependiam das especificidades locais que eram importantes para a reprodução do capital. As forças de modernização, vindas do exterior, eram seletivas em suas formas e ações, não atingiam todo o espaço num mesmo período de tempo, formando uma história espacial seletiva (SANTOS, 1979).

Neste estudo será importante, a partir do olhar geográfico, compreender o conceito de região enquanto categoria de análise da geografia. Milton Santos (1993) em sua obra *A Urbanização Brasileira*, expõe que a região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional. Afirma, também o referido professor em outra obra, que:

O impacto da modernização nos espaços derivados é de fundamental importância para a compreensão da região. Esses espaços derivados, como afirma Milton Santos, dependem de determinações externas e, também, de suas histórias internas. Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjunção de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro encontra-se nos países-polos e de forças internas já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações para cada lugar (SANTOS, 1979, p. 25).

Continuando, Santos (1979) diz que a internacionalização do capital, em seu novo período técnico científico, mostrou a debilidade do antigo conceito de região. A aceleração da acumulação de capital tornou mais seletivas suas ações no espaço. O edifício regional estável e coeso dá lugar à instabilidade e às frequentes mudanças em sua forma e seu conteúdo. As relações internas estão mais condicionadas pelas demandas externas, o que não elimina a região, mas gera mudanças em seu conteúdo. “Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 1997, p. 197).

Assim, a região se definiria como o resultado de possibilidades nela presentes, geradas pelo capital fixo e pelas relações políticas, sociais e culturais. Os fixos, resultados de uma razão técnica, jamais deixam de ter um conteúdo político. Refletir sobre a região, portanto, envolve a compreensão das relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos num determinado espaço, interagindo entre si (SANTOS, 1985).

Entretanto, as regiões comportam formas e conteúdos distintos no processo contraditório do capitalismo. O modo de produção não garante a homogeneidade das regiões. Ao contrário, ele instiga as diferenças como forma de produzir, em cada lugar, algum tipo de vantagem comparativa para a acumulação de capital. Quanto mais influências externas os lugares sofrerem, mais eles se tornarão singulares, únicos. Assim, a região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma 79 mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1988, p. 47).

Atualmente a Região Nordeste é constituída a partir dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e se configurou em função de suas diferentes características físicas, econômicas e sociais. A região é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata (um agrupamento e segmentação que tem como base o meio ambiente), tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano ao longo de suas zonas geográficas. Foi criada a partir de uma concepção mais tradicional sobre região Nordeste, que a observava como algo “dado” ou relativamente natural, fruto de uma determinada ocupação humana sobre uma parcela do nosso espaço geográfico.

Oliveira (1985, p. 27) diz que a região pode ser entendida sob “qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas”, sendo que o entendimento mais consolidado é a partir do viés “geográfico no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica *baseada* num certo espaço característico”.

Partindo de uma concepção/perspectiva materialista e olhando para o processo histórico, o mesmo autor vê o Nordeste brasileiro tendo como base a divisão inter-regional do trabalho, partindo do todo – olhando para o espaço brasileiro – e não da região em si, de suas (pretensas) características inerentes, como naquela primeira concepção tradicional. No estudo do referido autor, a industrialização do país teria promovido uma (nova) divisão territorial do trabalho, ou seja, na verdade promoveu a construção de um espaço geográfico nacional integrado, e nesse processo a região Nordeste teria ficado com o papel de uma zona periférica destinada a fornecer matérias primas e mão-de-obra barata para o Sudeste, mais precisamente, para o Centro-sul do país. Na sua elaboração teórica, Oliveira (1981), privilegiará um conceito de região que se:

Fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. (OLIVEIRA, 1981, p. 15-16). Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de reposição [...]. (OLIVEIRA, 1981, p. 26-29).

Assim, conclui o mesmo que:

Desse ponto de vista, podem e existem “regiões” em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma *tendência* para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões”, no sentido proposto por esta

investigação. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...] o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional norte-americano (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

O referido autor contribuirá, nesta perspectiva, ao estudar a região, por direcionar sua análise para a economia e para a dinâmica espacial do Nordeste, abordando com maior afinco a relação entre a paisagem e a questão agrária. Os elementos principais das análises deste autor são a mudança, a dinâmica do social na sua permanente reconstrução do espaço. O espaço para Francisco de Oliveira – como para os marxistas em geral – é o econômico (produção em sua localização, trocas, reprodução e fluxos de capitais, mercadorias e mão-de-obra) e nunca uma relação qualquer entre a sociedade e a natureza original. É a partir desta construção conceitual que compreenderemos a categoria Região, que nos dará suporte durante este estudo, em especial, na compreensão do “desenvolvimento” regional e as forças do capital aqui constituídas.

Dando continuidade, percebe-se, neste processo, que a lógica de “desenvolvimento” construída para a Região Nordeste sempre dialogou com um planejamento que esteve distante das classes subalternizadas, onde o papel fundamental deste foi o de ser explorado às expensas do acúmulo de riqueza e poder da burguesia local - num primeiro momento, e da burguesia nacional e imperialista, noutro momento. A constituição da região e de um planejamento regional esteve ligada e foi direcionada pelos interesses - falando das classes sociais que emergiram no campo em processos de luta, reação e disputa – das elites/oligarquias agrárias, ou seja, aos interesses do capital impulsionadas pela modernização e industrialização da agricultura.

Quando o autor traz a perspectiva de planejamento para debate, mostra o quanto a região Nordeste foi projetada pelas elites agrárias para expansão de suas riquezas e como o Estado, a partir de seus órgãos, a exemplo do históricos Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)⁹, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁰, SUDENE¹¹

⁹ O IAA foi uma autarquia da administração federal brasileira criado em 01/06/1933 e funcionou até o ano de 1990, quando foi extinta. Esta autarquia consolidou a política intervencionista federal do presidente Getúlio Vargas na agroindústria sucroalcooleira no país iniciada por seu governo e estimulada, principalmente, pelos usineiros da região nordeste.

¹⁰ O DNOCS se constitui na mais antiga instituição Federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS [...], foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei n° 4229, de 01/06/1963.

que contribuíram nesta construção, já que foram apropriados pela burguesia agrária. A mesma obra mostra a decepção do autor com a SUDENE e com o planejamento regional no Brasil, afirmando que existe uma “impossibilidade para se construir qualquer teoria do planejamento”, pois este “é uma forma técnica de divisão do trabalho num sistema capitalista” (OLIVEIRA, 1981, p. 15-16).

O marco teórico desta investigação recusa [...] a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos ‘desequilíbrios regionais’, para examina-los sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação do capital e de homogeneização do espaço econômico [...] Poder-se-ia dizer, com Paul Baran [...] que não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento [...]. No limite, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização das relações do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’ [...]. (OLIVEIRA, 1981, p. 26-29).

A lógica de planejamento construída no Nordeste, com a criação do DNOCS em 1909 e a SUDENE em 1959, chega como instrumentos de combate à seca e aos desequilíbrios regionais, mas na realidade estabelece e consolida uma parceria de interesses entre a oligarquia agrária e o Estado.

O debate que se trava não é no sentido de buscar soluções técnicas para um problema econômico, mas sim de buscar soluções possíveis para um conflito que progressivamente deixa de ser latente, toma o campo, impõe-se à cidade e também coloca em jogo as alianças que até imperaram. As soluções “técnicas” apenas encobriram a polarização dos interesses no seio da sociedade civil (MEDEIROS, 1982, p. 23). O padrão "planejado" não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Assim surge o nascimento de uma farsa político-ideológica que ao invés de dialogar a com a convivência com o semiárido¹², adotou na realidade a bandeira de "salvação do

Sendo, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região.

¹¹A SUDENE, criada pela Lei nº. 3.692, de 15/12/1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira.

¹²Como traz o IRPAA, a Convivência com o Semiárido - construção oposta a ideia pregada pelo de Combate à Seca – “é um modo de vida e produção que respeita os saberes e a cultura local, utilizando tecnologias e procedimentos apropriadas ao contexto ambiental e climático, constrói processos de vivência na diversidade e harmonia entre as comunidades, seus membros e o ambiente, possibilitando assim, uma ótima qualidade de vida e permanência na terra, apesar das variações climáticas [...]”. Para o IRPAA, “a Convivência com o Semiárido tem como um dos princípios, a inclusão social das pessoas, bem como dos saberes marginalizados, com vistas à redução das desigualdades gritantes nessa região” e tem como “outros elementos essenciais e indispensáveis que precisam ser pensados e planejados conforme a convivência com o semiárido: Estrutura fundiária compatível

nordeste", quando na verdade investiam na destruição econômica de sua própria região, como forma de enriquecimento particular através de um discurso, aparentemente, defensor e salvador como, por exemplo no caso da estratégia de montagem de uma "indústria da seca", tudo isto com o discurso da política de planejamento regional.

[...] a prática da política de desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil, que centrou suas potencialidades na expansão para o Nordeste das empresas oligopolistas do Centro-Sul, é radicalmente diferente da abordagem dos "desequilíbrios regionais", embora a retórica continue a mesma: outro não é o caráter do sistema de incentivos fiscais conhecido como 34/18. É surpreendente, pois, que a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional siga seu curso, completamente divorciada da prática real da política implementada. Poder-se-ia dizer com Paul Baran, em conferência pronunciada na própria SUDENE em 1963 e que lamentavelmente se perdeu, que "não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento" (OLIVEIRA, 1981, p. 25, grifos nossos).

Assim, estabelece-se uma relação imbricada entre o Estado e a oligarquia.

A não-presença de lugar, portanto, a não-ambiguidade nas relações "sociedade, economia e Estado" no Nordeste, do ponto de vista da inserção do Estado. As presenças anteriores, oligárquicas e protetoras da economia do açúcar, situavam-se no interior mesmo das classes sociais que, de certa forma, haviam capturado o Estado ou, como no caso do açúcar, protegendo-se sob ele, condenavam-se à inanição. (OLIVEIRA, 1985, p. 93). **As relações, portanto, entre Estado e sociedade civil no Nordeste tomam uma feição extremamente contraditória: oligarquia algodoeira-pecuária e Estado se interpenetram no "modelo" DNOCS, enquanto o Estado, controlado agora pela burguesia industrial de São Paulo, praticava uma política de reforço ao debilitamento das bases autóctones da burguesia regional do Nordeste, requisito para a expansão capitalista em escala nacional.** Olhando-se esse movimento pelos olhos míopes dos interesses "regionais", não se podia deduzir, aparentemente, para que lado caminhava o Estado no Nordeste; apenas com as lentes de aumento do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital à escala nacional é que se consegue apanhar todo o seu significado. (OLIVEIRA, 1985, p. 70, grifos nossos)

Desta relação (Estado e Oligarquia agrária), percebe-se que o Nordeste foi produto de um acordo que "deteriora" a região e vida da população, em troca de um enriquecimento particular e privilegiado das elites rurais que vão sustentar interesses do Estado, locupletando-se da miséria que se transforma em mercadoria de barganha política e constituição de uma clientela que reproduz a elite rural nordestina no poder e funda, na atualidade, a Bancada Ruralista no Congresso Nacional com intervenção autoritária nas decisões do Estado até hoje, direcionando ações, planos e programas de Governo a partir das políticas públicas. .

O autor, falando da compreensão de planejamento tanto no socialismo quanto no capitalismo, afirma que o planejamento "num sistema socialista, é uma forma indissociável do

com a realidade solo/subsolo/clima; Créditos bancários; Estruturas de comercialização e beneficiamento; Diversificação de profissões na área rural; Universalização do Ensino básico e ampliação dos centros universitários ; Estruturação do Sistema de saúde, conforme a realidade rural; Construções adequadas ao clima; Políticas públicas básicas universalizadas.

novo caráter da *propriedade* dos meios de produção. Enquanto forma técnica no sistema capitalista contínua e explícita, até onde as condições sociais o permitem, a manutenção e até a radicalização - o caso da SUDENE é eloquente a respeito - da expropriação e separação entre trabalhadores e meios de produção”. (OLIVEIRA, 1981, p. 16).

Segundo Oliveira (1981), enquanto que, no sistema socialista, porém, encarna uma relação dialética entre *gestão e propriedade coletiva* dos meios de produção; por isso mesmo, até os próprios agentes sociais mais ligados a essa forma técnica da divisão social do trabalho - os planejadores - não podem ser indistintamente nomeados como *burocratas* ou *tecnocratas* num e noutro sistema; tal procedimento, encontrado até mesmo em textos insuspeitos, confunde mais do que esclarece: concede aos conceitos de burocracia, e ao mais moderno de tecnocracia, uma extraterritorialidade social que é rigorosamente incorreta.

Marco de um sistema capitalista e produção, a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto, sociais que fundam esse sistema: o cálculo econômico, antes mesmo de ser reconhecido pela teoria econômica, é o fundamento das decisões dos agentes econômicos do capitalismo, a burguesia, no caso. (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Para o autor o planejamento *não pode* realizar a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente neste sentido, *na mudança da forma* da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; um exemplo, disto, é o planejamento regional no Nordeste, onde o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo. *Isto, e somente isto*, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista.

Mesmo assim, convém advertir que a própria composição do produto social impõe severas limitações ao planejamento, não apenas pelo lado da produção como pelo lado da apropriação: se as proporções de alteração da forma da mais-valia que deve ser reposta no início do ciclo produtivo não corresponderem à base real dada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o capital se esterilizará: se não houver força-de-trabalho para ser comprada, se não houver capital sob a forma de trabalho-morto cristalizado em máquinas,

instrumentos e processos para serem postos em produção, os limites de transformação da forma da mais-valia logo aparecerão (OLIVEIRA, 1981).

No contexto atual essas ações dialogam com o planejamento proposto para a região que tendência com o discurso da globalização à concentração de mercado e, por consequência, de capitais aliada a concentração de terras e recursos naturais, do qual o Nordeste é farto e, por consequência, novamente, pós década de 1980 (anos 1990 e 2000) é alvo dos interesses do capital, agora remodelado ao discurso da modernidade e da diversidade de setores (mineração, agronegócio, barragens e etc.), como traremos mais a frente.

Neste cenário, inclusive atual, para dificultar soma-se o processo de estrangeirização das terras, passando o patrimônio ambiental e territorial aos estrangeiros para exploração e expropriação dos/as camponeses/as. Soma-se a isto a gestão histórica das terras brasileiras, onde agregam-se a todos esses fatores o “sistema” da grilagem¹³ das terras, intencionalmente, realizado pelos latifundiários (hoje empresariado patronal/agronegócio, multi/transnacionais, madeireiros, setor empresarial mineral e etc.) sobre as terras campesinas com a legitimação e conivência do Estado.

A grilagem de terras acontece normalmente com a conveniência dos serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras – ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta dos órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, laranjas ou mesmo a fantasmas – pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios (MDA/INCRA, 2000, p. 12).

A trajetória de uso indevido dos cartórios, para fins de “regularização” ilegal das terras das elites agrárias para fins pessoais, tem legitimado e garantido práticas ilegais inclusive no que diz respeito à apropriação privada de terras públicas devolutas engendradas por grandes proprietários de terra, fato exemplificado pelos altos indícios de terras devolutas griladas no país.

¹³ Aqui, os grileiros (latifundiários ou donos de grandes extensões de terras), procuram apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.

3.2 A construção do “subdesenvolvimento”, regulação e controle político – legal do território: levantando as bases históricas da relação de poder e subalternização imposta à Região Nordeste

O Nordeste brasileiro da atualidade tem concentrado grande parte do campesinato brasileiro e grande parte em processos de resistência contra investidas do capital, já que esta região tem sido alvo de inúmeras disputas territoriais do agronegócio e outros empreendimentos sobre as terras campesinas.

Já no processo histórico de constituição do Nordeste, esta região, hegemonicamente, se constituiu como a região da pobreza e do atraso, mesmo tendo sustentado o crescimento do país (fornecendo matéria prima e força de trabalho, por exemplo). A partir das contribuições de Francisco de Oliveira, Leonilde Sérvalo Medeiros e da crítica materialista histórica, tentaremos levantar elementos sobre essa questão.

No processo histórico, alguns fatores contribuíram na reconfiguração do Nordeste, de forma geral, a saber: 1) A decadência da burguesia nordestina. 2) O Estado – a partir dos anos de 1970 – aparece objetivando relações subjetivas, onde as figuras do coronel e afilhado transformam-se em patrão e empregado pela força da lei. 3) O capitalismo entra no campo transformando a agricultura em elemento da indústria e, por último, 4) Em consequência à entrada do capitalismo no campo, existe uma reação/resposta popular de insatisfação com o modelo imposto, a exemplo das Ligas Camponesas.

Estes fatores, inclusive, farão com que o Nordeste seja visto como um local perigoso e, assim, conseqüentemente, haverá uma imposição às elites agrárias de que se reaja para conter as forças sociais que se insurgem frente à entrada do capitalismo no campo com sua lógica modernizadora.

A questão da convivência com as oligarquias agrárias e, até certo ponto, da preservação da forma pela qual essa oligarquia reproduzia sua riqueza, é tão-somente uma questão de subordinação; subordinação que não *exclui* contradições entre os interesses da burguesia industrial e os das oligarquias agrárias, entre o latifúndio e a indústria, entre cidade e campo. (OLIVEIRA, 1981, p. 83).

Para compreender a constituição da "Questão Nordeste" um elemento crucial é a relação entre o processo de modernização e industrialização associado ao êxodo rural (mão de obra desqualificada e barata para a indústria) e a participação do Nordeste no processo e lógica de progresso (através do deslocamento de capital gerado no Nordeste com a importação de matérias primas, transferido do Nordeste para o sudeste, especialmente, o capital produzido, tanto em termos de dinheiro como de mão de obra) para a consolidação da

indústria, gerando o "subdesenvolvimento planejado do Nordeste com apoio da burguesia rural nordestina que concordou com o "empobrecimento" crônico e planejado de sua própria região em troca de favores especiais do Governo para a elite local (que o Francisco de Oliveira chamará de "*Lumpen Burguesia*"), as quais passam a ser beneficiadas por processos de enriquecimento através da intermediação - corrupta - de verbas públicas e domínio de aparelhos dentro do Estado relacionados à produção de café, ou açúcar e etc., que se tornam institutos aparelhados ao Governo. Sobre a Lumpen Burguesia traz Oliveira,

A própria manutenção de um agente como o fornecedor de cana e os tradicionais "senhores de engenho" que não haviam conseguido dar o salto em direção à condição de "usineiros", reforçava nos esquemas do IAA o arcaísmo das relações de produção no Nordeste açucareiro, embotando-lhe a expansão das forças produtivas justamente no setor agrícola da agroindústria, que apresentava as maiores desvantagens em relação a São Paulo. **O fornecedor de cana ou o "senhor de engenho" é uma espécie de lumpenburguês; transformou-se na verdade num "renter", cuja geração de riqueza residia muito mais na renda da terra que no capital.** A imbricação "senhor de engenho" + força-de-trabalho semicamponesa ou, em outras palavras, semiproletária, selou definitivamente as possibilidades de melhoria da produtividade do trabalho num importante segmento da produção agrícola da agroindústria. (OLIVEIRA, 1985, p. 70, grifos nossos).

A burguesia agrária nordestina que aqui emerge é lumpen, pois, sua principal tarefa foi ganhar dinheiro e poder sugando o Estado, seja aparelhando em suas mãos setores/órgãos públicos (com permissão/acordo do próprio Estado), com financiamentos, com multas não pagas, reafirmação da força de trabalho enquanto mercadoria apoiada na lei, regulação protetória da terra privada e outras benesses para os ditos de boa família e supostos agentes privados do progresso e desenvolvimento.

O Estado, além de ser direcionado/apropriado pela elite agrária, conseqüentemente age conforme os interesses desta, chega – a partir dos anos 70 – objetivando relações até então subjetivas, um dos exemplos é a da relação entre o coronel e o afilhado que transformam-se, pela força da lei, em patrão e empregado. Tudo isto pela materialização da força de trabalho enquanto mercadoria.

Quanto às relações de produção, por outro lado, **a legislação trabalhista trata de tornar a força-de-trabalho uma mercadoria** completamente desenvolvida e específica, com preços uniformizados, guardando diferenças regionais, dissolvendo o dualismo que tendia a formar-se entre os distintos mercados de trabalho; persistiam *diferenças* regionais, diferenças entre cidade e campo, mas isso está muito longe do dualismo; **a referência básica passou a ser o custo de reprodução da força-de-trabalho, e as gradações no mercado urbano da força de trabalho partiam do mínimo de subsistência necessário à reprodução.** (OLIVEIRA, 1981, p. 74, grifos nossos).

Este processo de expansão do sistema capitalista no Brasil, como traz Oliveira (1981), tem como foco a região sul, representada por São Paulo, onde o "o ciclo toma espacialmente a

forma de destruição das economias regionais, ou das regiões. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente as outras regiões para centralizar o capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 76). Foi deste movimento hegemônico, “onde o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 76), que foi alvo o Nordeste.

Quanto às relações entre a "região" Centro-Sul comandada por São Paulo e o "Nordeste", tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste": são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos "Nordestes", que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da "região" em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor (OLIVEIRA, 1981, p. 76, grifos nossos).

Esta expansão, no processo histórico, se deu com reações, onde, “não havendo mudanças quantitativas e qualitativas substanciais na composição orgânica do capital, de um lado, não se gerou um novo proletariado; de outro, mantendo-se atada à armadilha da recriação de mecanismos de acumulação primitiva, os operários enfrentavam-se também com a burguesia como se fossem camponeses.

Essa dupla determinação da situação da classe proletária do Nordeste açucareiro-têxtil a levava a enfrentar a burguesia industrial em dois terrenos: no terreno das relações de produção capitalistas, em que a reivindicação dos ganhos de produtividade incorporadas aos salários reais não podia ser atendida, e no da reivindicação de terras ou da eliminação das formas de trabalho semicompuatório, das formas do "cambão", das formas de sobre-trabalho, que punha em xeque a própria existência da burguesia industrial”. (OLIVEIRA, 1981, p. 91).

Assim, a “integração nacional, agora comandada pelas leis de reprodução do capital industrial do Centro-Sul e expressava-se no Nordeste pelo agravamento das tensões burguesia e proletariado” (OLIVEIRA, 1981, p. 91).

A *pax agrariae nordestina*, simultaneamente condição e resultado da hegemonia da economia algodoeira-pecuária e da oligarquia dos "coronéis", já começa a ser erodida no Nordeste nos anos cinquenta, pelas mesmas razões ditadas pelas leis de reprodução do capital industrial do Centro-Sul: de um lado, na mesma medida em que a burguesia industrial do Nordeste entra em decadência e recorre cada vez mais a formas de reprodução não-capitalistas, parte do proletariado, que era também e simultaneamente semicamponês, reivindica terras e a desapareição das formas de trabalho semicompuatórios. [...] Os dois mecanismos convergiam para um mesmo resultado, que se apresentava sob duas formas: a dissolução desse semicampesinato, quer pela expulsão das terras - a elevação da renda da terra abria para os proprietários uma possibilidade de especialização nas antigas culturas de subsistência, isto é, uma forma de concentração em capital variável - quer pelo aumento do sobre-trabalho, reforçando os mecanismos do trabalho semicompuatório, o "cambão". **É nesse contexto, e exatamente nessas zonas, que a *pax agrariae nordestina* entra em colapso, e esse semicampesinato aparece como ator político por excelência, sob a égide das Ligas Camponesas de Francisco Julião.** (OLIVEIRA, 1981, p. 92-93, grifos nossos).

Cabe trazer, por fim, que na gestão da terra e poder a Igreja foi uma das centralizadoras, assim aliando-se ao poder local e a subjugação estabelecida pelos proprietários/coronéis (elite agrária) para com os/as trabalhadores. Tem-se a religião com uma ação, diretamente legitimadora da submissão dos proprietários/coronéis (elite agrária) para com os/as trabalhadores/as camponeses, aparecendo aqui a religião “como uma importante forma de reforço da dominação” (MEDEIROS, 1982, p. 35).

3.3 Questão agrária, presença camponesa e Regionalismo entre os anos 1945 a 1970 e pós década de 1970: a construção do “desenvolvimento” e influências no olhar sobre o Nordeste

É a reforma agrária contida pela liquidação das Ligas Camponesas, agora transformando-se em oposição entre o capital e o trabalho, este crescendo na mesma medida em que aquela foi contida; são os sindicatos de trabalhadores, destruídos para dar lugar à mais impiedosa acumulação de capital, mas todo o país transformando-se numa imensa força operária, na mesma medida em que cresce a acumulação de capital. **É o velho Nordeste dos "coronéis" e da burguesia açucareira, convocando as forças da burguesia internacional- associada e do imperialismo para liquidar as classes populares que lhes roubavam a hegemonia política, mas desaparecendo agora, como classes sociais com poder econômico e político, submergidas pela força avassaladora do grande capital monopolista** (OLIVEIRA, 1981, p. 15, grifos nossos).

A questão agrária no Brasil é complexa, assim como a regulação e os processos de resistência. A regulação da terra perpetrada desde a colonização pelos instrumentos legais do Estado, a constituição de uma elite agrária no Brasil, modernização da agricultura e consequentes transformações das relações de produção colocam em cena, no processo histórico, o agravamento da situação agrária e do trabalhador (especificamente, do trabalhador rural¹⁴) que nos anos 50/60 se organiza e se reafirma - pelo nível de luta/reivindicações e organização - no cenário político, pondo assim o debate da questão agrária como elemento central nestas décadas. Assim, será necessário, observar as relações “entre a propriedade da terra e o desenvolvimento do modo de produção capitalista”, assim como a “relação de força entre classe e frações de classe”, elevando sua dimensão política como traz Medeiros (1982, p. 1). Tal período escolhido para estudo e levantamento teórico, tanto no Brasil e, especificamente, no Nordeste Brasileiro, foi momento de grande ampliação das reivindicações

¹⁴Leonilde Medeiros, traz em evidência o termo “trabalhador rural” que caracterizou os/as camponeses/as e os trouxeram, novamente, na década de 60 para a cena política, então quando vemos aqui “trabalhador rural”, estamos falando dos/as assalariados/as rurais, colonos, moradores, posseiros, parceiros, arrendatários e etc.

e lutas no campo, onde as lutas camponesas saem da realidade local e começam a tomar o cenário nacional e a impor medo às elites agrárias e ao Estado.

Medeiros (1982) afirma que, do ponto de vista teórico, o monopólio da propriedade fundiária se fez presente nas mais diversas formações sociais, assumindo, em cada uma delas, traços específicos. Ele é, portanto, um pressuposto histórico do modo de produção capitalista. Ao capital coube a tarefa de criar a forma de propriedade mais adequada às suas necessidades de reprodução e acumulação. Sobre esta lógica de propriedade para o capitalismo, Marx traz que “a forma de propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma subordinando a agricultura ao capital” (MARX, 1974, p. 108). Marx deixa claro que o capitalismo subordina a agricultura ao capital, independente das suas formas jurídicas, criando assim a moderna propriedade fundiária trazendo à tona a renda da terra¹⁵.

Voltando a questão agrária em si, podemos dizer que os elementos que transformaram o Nordeste em questão política nacional vêm da relação imbricada em torno da questão agrária a partir dos anos 50/60 e das transformações sofridas pelo campo que se caracterizam, de forma breve, pela:

Intensificação do avanço da fronteira agrícola e, como consequência disto, a expulsão dos posseiros; na transformação das relações de produção, consubstanciada na progressiva expropriação de colonos e moradores no aumento da demanda de produção de alimentos e [...] emergência de um vigoroso movimento camponês, produto de fissuras das tradicionais relações de dominação, baseadas no poder local. (MEDEIROS, 1982, p. 13).

A partir dos elementos que versam sobre a regulação e propriedade privada da terra aliada às transformações nas relações de produção já trabalhadas anteriormente, a transformação do Nordeste em problema político nacional fica evidente quando as soluções ditas “técnicas” serviam para acobertar a polarização de interesses – leia-se conflito de classes – que estavam no seio da sociedade civil.

Na construção da reflexão sobre o Regionalismo e o rebate dentro do nordeste, faz-se necessário atentar sobre alguns elementos iniciais que versam sobre a construção das noções de subdesenvolvimento já sinalizadas acima e que aqui recupera-se e articula-se à construção da região objeto do estudo.

¹⁵ Se refere ao montante de dinheiro que o capitalista deve desembolsar para adquirir o direito de se utilizar de um bem que é escasso, monopolizado, e que não pode ser produzido e reproduzido ao sabor das necessidades do capital. Desta forma, o capitalista transforma em renda uma parte da mais valia que obteve na exploração da força de trabalho. Esteriliza-a, aplicando-a improdutivamente, unicamente para obter o direito de transformar a terra em um meio de produção. A renda nasce, pois, na repartição da mais valia social e, enquanto tal, constitui-se num tributo social – é o conjunto da sociedade que a paga. (MEDEIROS, 1982, p. 2).

O Brasil, como país latino-americano, sempre foi alvo da integração regional com o discurso da busca pelo pleno desenvolvimento econômico. Neste processo, teorias foram construídas, à exemplo das diferentes interpretações sobre o subdesenvolvimento e as teorias da dependência da América Latina (A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL¹⁶ e a teoria do Subdesenvolvimento e as Teorias da dependência tanto da perspectiva Weberiana quanto a perspectiva marxista). Tudo isto, tem reflexos em cadeia no Brasil, a partir dos Estados, nas relações de poder político e lógica de planejamento sobre os territórios, em especial, na região objeto do presente estudo.

A CEPAL constrói a teoria do subdesenvolvimento e para tentar explicar o atraso latino-americano frente aos outros, tendo como base as trocas desiguais, ou seja, a partir da relação estabelecida com o comércio internacional feito de forma injusta. Um dos pensadores foi Prebisch. Esta reflexão contrariava às ideias da época. A Prebisch se juntara o Celso Furtado, mas Prebisch não fala no termo subdesenvolvimento (fala em “desiguais”), mas o aponta na compreensão. Quem vai elaborar a ideia do subdesenvolvimento é Celso Furtado, apoiando-se em Prebisch, mas avançando na elaboração.

Para Furtado e Prebisch o caminho básico para superar o subdesenvolvimento é através da industrialização, forte ideia nos anos 1950. Para Furtado, esta industrialização não seria possível não alterar as condições sociais e econômicas, mostrando ser necessário reformas estruturais (educação, agrária e etc.). Este é o sentido das reformas de base. Nos anos 1980 e 1990 Furtado fez uma auto crítica de que de fato a industrialização não dá conta, pois teria de acontecer, internamente, mudanças estruturais de fato (em especial transformação das relações sociais).

Quanto a teoria da dependência, há duas vertentes. Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Faletto são os representantes da teoria weberiana; já da perspectiva marxista os representantes são Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Vânia Banbirra. Há diferenças entre ambas, mas tanto uma como a outra vão argumentar que a subordinação não será superada

¹⁶ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. A CEPAL tem duas sedes sub-regionais, uma para a sub-região da América Central, situada na cidade do México, e a outra para a sub-região do Caribe, em Port of Spain, estabelecidas em junho de 1951 e dezembro de 1966, respectivamente. Além disso, tem escritórios nacionais em Buenos Aires, Brasília, Montevideu e Bogotá e um escritório de ligação em Washington, D.C.

pela mera industrialização. Mesmo que os países se industrializem a subordinação pode permanecer, inclusive, a partir de capital estrangeiro.

De forma genérica, estas teorias nos ajudam a compreender a projeção e a lógica de desenvolvimento posta para a América Latina e seus interesses em jogo a partir das burguesias nacionais e, em especial, no Brasil. Explicando isto, a intencionalidade dos interesses em disputa entre elites agrárias do passado e, principalmente, da atualidade.

Num outro processo tem-se o debate sobre o regionalismo, inclusive, no Nordeste, com seus discursos produzidos e massificados no imaginário social. Como traz Iná de Castro, “na geografia há uma forte consciência do poder simbólico do território, estabelecido pelos seus conteúdos materiais, pela sua natureza, pela proximidade, todos portadores de significados, algumas vezes múltiplos e identificáveis pelos utilizadores dos lugares. [...]. Desse modo, o lugar se torna lugar por que o imaginário político se torna imaginário territorial e se alimenta dele. [...]. O território, enquanto forma e símbolo, é o continente que afeta o seu conteúdo social e é da mesma forma afetado por ele” (CASTRO, 1997, p. 176-177). Como propõe a autora:

[...] todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. [...]. todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico (CASTRO, 1997, p. 177).

Continuando em sua reflexão a autora reafirma que no imaginário social tem-se uma profunda geofricidade pela relação concreta entre homem e a terra (CASTRO, 1997). Neste rumo, a autora nos provoca ao caráter da elaboração do discurso e a geofricidade da experiência humana. O discurso não é neutro, mas, ao contrário, qualifica o espaço e seus objetos, tornando-os significantes, portadores de significados nas representações sociais (CASTRO, 1997).

4 “TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL”, ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS E O ENFRENTAMENTO ÀS MULTINACIONAIS: PERSPECTIVAS DENTRO DO NORDESTE

4.1 “Territorialização do capital”: levantamento da Estrangeirização das terras e o enfrentamento às multinacionais no Nordeste

O propósito deste capítulo é trazer o cenário de enfrentamentos onde insere-se as lutas dos/as camponeses/as articulados pelo MPA dentro da Região Nordeste à luz do contexto agrário, fazendo uma caracterização das ameaças e como avançam (ou se territorializam) dentro dos Estados e nos territórios camponeses, em especial, levantando aspectos referentes à Estrangeirização das terras e os interesses do capital no Brasil e na Região Nordeste. Este levantamento foi feito com base no questionário semiestruturado aberto com entrevistas dos/as militantes dos Estados da Região Nordeste, a partir da base de dados do Dataluta, sites governamentais e por dados oferecidos por entidades populares e movimentos sociais a partir dos conflitos existentes.

Quanto ao DATALUTA, é importante reafirmar sua construção, pois o mesmo nos servirá, também, como instrumento e base de dados para a realização da pesquisa, desde dados sistematizados até a utilização do aporte teórico dos/as pesquisadores/as que compõem este espaço. Como traz Pereira (2015, p. 19), o DATALUTA Estrangeirização é uma categoria do projeto Banco de Dados da Luta pela Terra. Esta categoria de pesquisa foi criada devido à necessidade de compreensão do movimento da realidade.

Uma das motivações para a criação dessa categoria foi o fato deste processo ter tomado o cenário mundial, principalmente no início do século XXI, com a crise mundial de 2007/2008, período em que houve um aumento da disputa territorial. Neste período houve aumento nos preços de alimentos, conhecido como agroinflação que, atrelado com o crescimento populacional projetado para os próximos anos, contribui para a estrangeirização. Concomitantemente, aumentou-se o interesse por outras fontes de energia que não sejam oriundas do petróleo, ou seja, a busca desenfreada por agrocombustíveis, este interesse se dá de maneira estratégica, colocando em questão a soberania territorial dos países alvos da Estrangeirização (PEREIRA, 2015, p. 23).

Dentro do DATALUTA, como traz PEREIRA (2015, p. 23), inicialmente, o objetivo da categoria de estrangeirização de terras era levantar e mapear todos os dados referentes ao processo de estrangeirização de terras em escala global [...]. Delimitamos dois países com maiores peculiaridades e de nosso interesse: Brasil e Moçambique. Destacamos que direcionamos a pesquisa para estes países, mas não deixamos de acompanhar o processo de

aquisição de terras por estrangeiros nas demais nações, observando como o processo ocorre na escala global e que rumo este está tomando. Sem mencionar que acompanhar a estrangeirização em outros países, sobretudo no continente africano e na América Latina é essencial e importante para nossas análises e entendimento da estrangeirização. Destacamos a relevância da análise na escala global, uma vez que a estrangeirização de terra tomou a escala internacional, segundo a GRAIN¹⁷ a estrangeirização da terra ocorre em nível mundial, onde nenhum país está liberto deste processo.

Este capítulo terá como norteador os elementos metodológicos acima. Assim, por fim, tem-se o propósito de mostrar em que contexto agrário estão inseridos os movimentos sociais camponeses, em especial, o MPA na Região Nordeste, ao mesmo que ficar evidente a força política das multi/transnacionais do agronegócio que aqui disputam território. Tudo isto tendo a atenção de refletir também, teoricamente, sobre a territorialização do capital, do agronegócio e a Estrangeirização das terras através da lente da geopolítica da questão agrária.

Um dos exemplos desta força das multi/transnacionais do agronegócio é a Monsanto em Petrolina – PE, onde o MPA realizou Jornada de luta nos dias 15 e 16 de outubro de 2013 com a ocupação da 36ª Unidade de Pesquisa da Monsanto no Brasil, como momento simbólico de resistência dos/as camponeses/as ao modelo de morte pregado por esta empresa. Neste momento, esteve em resistência cerca de 5.000 (cinco mil) camponeses/as do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

É importante que os movimentos sociais levantem a voz contra os grandes grupos que estão aí, matando o nosso povo, com veneno e modificando geneticamente nossas sementes” (Zé Santana – Camponês e militante do MPA no Ceará) (MPA, 2013)

A ocupação é uma forma de enfrentamento à expansão do agronegócio no nordeste e o repúdio às ações da Monsanto, empresa que, historicamente, privatiza os bens da natureza e controla o mercado agroalimentar mundial, ameaçando a vida dos camponeses e de toda a humanidade (LS – Camponês e dirigente do MPA Bahia) (MPA, 2013).

A Monsanto é a maior produtora mundial de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Estas sementes recebem uma modificação genética e para serem e resistentes aos agrotóxicos fabricados pela mesma empresa. Hoje, a maior parte da soja, do milho e do algodão plantados no Brasil são transgênicos, e o país se tornou com isso o maior consumidor mundial de agrotóxicos. É uma empresa que está em mais de 80 países, com domínio de aproximadamente 80% do mercado mundial de sementes transgênicas e de agrotóxicos.

¹⁷ Informações disponíveis na página eletrônica oficial da organização não-governamental GRAIN (<http://www.grain.org>).

“Os donos das sementes do mundo são os camponeses e camponesas, que participaram do processo de transformação da biodiversidade existente. Não aceitamos que nenhuma empresa transnacional se aproprie do nosso patrimônio genético” (MK– Camponesa e dirigente do MPA no Piauí).

Sobre geopolítica da questão agrária e Estrangeirização devemos compreender a relação dialética entre estes conceitos. Assim, a abordagem da Estrangeirização das terras a partir da geopolítica torna-se estratégica já que a Estrangeirização é marcada por uma:

Disputa por territórios e por expansão capitalista, gerando não apenas uma disputa entre Estados, mas também entre lógicas de produção, empresas privadas e, até mesmo estatais, e camponeses que são afetados pelo processo de Estrangeirização de terras. A Geopolítica da Estrangeirização da terra é a disputa de frações do território, ou seja, disputa do segundo território¹⁸ (FERNANDES, 2009, p. 197-215).

A questão geopolítica, que até então centralizou atenção à região amazônica (BECKER, 2005), deve levar em consideração, também, a disputa territorial no campo brasileiro, onde a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros cresceu consideravelmente em diversos estados da federação (VINHA; PEREIRA, 2016, p. 258).

Pereira (2015, p. 59) traz que a Geopolítica é posta até o momento como apenas disputa de poder, territórios e Estado-Nação, no sentido tradicional deste conceito. Assim, para a abordagem do processo de Estrangeirização de terras, partiremos da afirmação de que há novas configurações para a Geopolítica na Geografia. Novas formas de abordar a Geopolítica e a Estrangeirização de terras [...]. A própria Geopolítica se modifica e nos põe diante de novas expressões e elementos [...].

Aliado a isto tem as novas compreensões sobre territórios, fronteiras e sobre os processos de desestatização das terras que tem passado as terras apropriadas pelos estrangeiros. Becker (2005) afirma que há uma retomada no interesse pela Geopolítica e, ao mesmo tempo, há mudanças no modo de pensar a Geopolítica, nas quais a demanda por se repensar as relações entre poder e espaço, a crise ambiental e a revolução científico – tecnológica são fatores que contribuem para tais mudanças.

Por sua vez, as novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais rompem as fronteiras dos Estados introduzindo diferenciações nos territórios nacionais. Novas territorialidades - entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle de territórios - surgem acima e abaixo da escala do Estado desafiando os fundamentos do poder nacional e a possibilidade de

¹⁸ Para Bernardo Mançano, o primeiro território é o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Primeiro, segundo e terceiro territórios, assim como as formas material e imaterial são indissociáveis. [...]. O segundo território ou território – propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidades dos tipos de propriedades, é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pelas classes sociais. [...]. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios (FERNANDES, 2009, p. 206).

desenvolvimento autárquico. A questão que se coloca é, portanto quais os condicionantes dessas transformações e como estão eles afetando a Geopolítica. Embora o contexto histórico seja ainda de transição e instabilidade, algumas tendências estão se definindo (PEREIRA, 2014, p. 4).

Nesta perspectiva, Sassen, afirma que a desmontagem territorial (a Estrangeirização da terra) permite um novo tipo de geopolítica, no qual um território soberano está cada vez mais sujeito a governança estrangeira. Também, dentro da questão Geopolítica escolhida para a abordagem de estrangeirização, podemos abordar o Imperialismo e Subimperialismo, formas de dominação que merecem ser repensadas dentro do atual contexto histórico (SASSEN, 2013 apud PEREIRA, 2015, p. 60).

Entendendo de onde partiremos a análise, podemos dizer que a Estrangeirização de terras compreende a aquisição de terras por diversas formas (compra, arrendamento ou apropriação ilegal pelos estrangeiros e suas empresas e, em certa medida, em diálogo com prepostos do Estado), com a intenção de que grandes empresas do capital dominem o território e explorem países pobres e/ou emergentes. Traz Pereira (2014, p. 1-2), que a Estrangeirização na realidade é uma corrida do capital internacional para aquisições de extensas áreas de terra, onde cada país adota uma nomenclatura para tal processo. Em países de língua inglesa é chamado de “*land grabbing*”, já em países onde o idioma é espanhol o processo é denominado de “*acaparamiento*”.

A palavra estrangeirização traz o significado da invasão de estrangeiros no controle do território. Em espanhol, a palavra *acaparamiento* tem o sentido de monopólio e em inglês, a palavra *land grabbing* tem o sentido de grilagem de terras. Invasão, monopólio, grilagem são significados fortes que representam uma relação de dominação com a exploração e a expropriação entre países, governos, empresas e comunidades (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011).

A Estrangeirização é fruto da recriação da questão agrária, como reflexo das mudanças postas na sociedade e impostas pelo capital no campo. Quanto á origem da Estrangeirização de terras encontramos diferenças entre os autores. Para Peluso e Lund (2011) a Estrangeirização é algo específico de nosso tempo. Já para Sassen (2013), tal processo é antigo e há séculos ocorre em todos os países do globo. O mesmo é defendido por Fernandes, Welch e Gonçalves (2011), McMichael (2013), Deininger (2011) e Margulis, McKean e Borrás Jr. (2013) (PEREIRA, 2015, p. 44).

Assim, a perspectiva aqui adotada é a de reconhecer que a estrangeirização é antiga, com diferentes momentos, fases e diversos investimentos e atores, já que o capital foi moldando ao longo do tempo os interesses aos atores. Atualmente há uma intensificação da corrida pela terra para produzir commodities voltados à produção de agrocombustíveis. A

Estrangeirização é a manifestação da expansão do ciclo do capital. Neste sentido, afirma Pereira (2015, p. 45) que a Estrangeirização é uma montagem territorial e, ao mesmo tempo, é uma desmontagem da soberania nacional. Assim, Sassen (2013) e Sauer e Leite (2012) trazem:

Sassen (2013) afirma que cada fase tem suas particularidades e fatos marcantes, que a Estrangeirização é uma continuação de práticas antigas, mas de modo muito mais veloz, é um processo antigo com novas práticas e dinâmicas (SAUER; LEITE, 2012). Ainda, segundo Sassen (2013), há uma diferença substancial na Estrangeirização de terras dos tempos imperialistas para Estrangeirização que vivenciamos atualmente, pois, hoje os países estão organizados em Estados-Nação, ou seja, apresentam soberania no seu território. Esta mudança essencial, não importa o quão fraco a soberania seja, o Estado ainda é soberano. A mesma autora afirma que a redes transnacionais sejam governos ou empresas transnacionais, controlam parcelas de terras em outras nações, levando a desmontagem do território nacional (PEREIRA, 2015, p. 44).

Como reflete Pereira (2015), no Brasil, desde de 1910 a estrangeirização de terras tem presença no país, mais especificamente, demarcado com Guerra do Contestado entre os anos de 1912 a 1916, mas ficou mais visibilizada em 1960 com o Relatório Velloso onde o interesse estrangeiro sobre as riquezas naturais da Amazônia se fez intensa. Na entrada estrangeira na Amazônia mais de 28 milhões de hectares – sua maioria localizadas na Amazônia - foram negociadas de forma ilegal várias vezes neste período, inclusive, com processos de compra e venda ilegal de terra realizado pelos órgãos públicos e, também, por grileiros. Toda a apuração foi traduzida no Relatório Velloso em 1968.

De acordo com Oliveira (1988), nesse período, os governos militares conseguiram transformar os planos de desenvolvimento nacional em estratégias da exploração com destino à exportação dos recursos minerais e naturais do Brasil, com o discurso de “integrar para não entregar”. Assim, reafirma-se que a estrangeirização não é um elemento novo, mas sim foi se metamorfoseando com o tempo, a partir do avanço do capital.

Com o passar do tempo, em especial, a partir da década de 1950, chega-nos a Revolução Verde, sob o amparo dos organismos internacionais e sob controle do Estado Autoritário, onde começamos a constatar uma intensificação na atuação das multinacionais fornecedoras de insumos, implementos agrícolas, por exemplo. Como traz Albano e Sá (2011, p. 56), nos anos de 1960 há uma intensificação da atuação das multinacionais em todo o mundo agrícola, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido. [...]. A Revolução Verde, que se iniciou nos países desenvolvidos e depois atingiu o mundo subdesenvolvido, se baseava em uma mudança radical nas técnicas utilizadas na agricultura. Essa mudança se orquestrará principalmente na agricultura dos países subdesenvolvidos. Shiva (2003) retrata bem a mudança ocasionada pela Revolução Verde no mundo subdesenvolvido.

Na agricultura nativa, por exemplo, os sistemas de cultivo incluem uma relação simbiótica entre solo, água, plantas e animais domésticos. A agricultura da Revolução Verde substituiu essa integração no nível da propriedade rural pela integração de insumos como as sementes e os produtos químicos. [...]. Essas empresas multinacionais vão receber ajuda do Banco Mundial, que em 1970 cria o Grupo de Consultoria Internacional de Pesquisa Agrícola (GCIPA), que vai desenvolver sementes para os países subdesenvolvidos. Essas sementes desenvolvidas pelo GCIPA, para se desenvolver vão depender de fertilizantes, pesticidas e máquinas produzidas por conglomerados de grandes empresas multinacionais, criando assim uma relação de dependência entre os países subdesenvolvidos e as empresas multinacionais (SHIVA, 2003)

A Revolução Verde com a adição de produtos químicos, insumos e variedades de sementes estrangeiras (que vão ser utilizadas em monoculturas em larga escala) não só vai gerar vulnerabilidade ecológica com a redução da diversidade genética e a desestabilização dos sistemas do solo e da água, como também vai impulsionar a dependência das empresas multinacionais produtoras de veículos, máquinas e implementos agrícolas, defensivos agrícolas e de sementes dentre outras (ALBANO; SÁ, 2011, p. 56).

No Brasil, inicialmente, essa modernização construída pela Revolução Verde concentra-se nos estados do Centro-Sul do país e, em especial, nas grandes propriedades e com uma relação direta com o Estado Brasileiro. Neste sentido, como traz Mazzali (2000, p. 22), o Estado brasileiro fornecendo crédito não só para a compra de tratores e outros bens de capital produzidos pelas empresas multinacionais, mas também para as produções voltadas para a exportação, como a soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carnes de aves e bovinos. No Brasil:

Uma política de incentivos fiscais aos capitais que incrementavam a exportação de produtos agroindustriais. Além da ajuda de órgãos de pesquisa do governo, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para trazer inovações biológicas principalmente voltadas para os produtos que estavam na pauta de exportações (ALBANO; SÁ, 2011, p. 57).

Outro elemento importante, é, segundo Albano e Sá (2011, p. 55), a liberalização do comércio, onde o Estado, sob pressão de órgãos supranacionais, desregulamenta e liberaliza o setor agrícola e proporciona o aumento da vinda de grandes grupos multinacionais do agronegócio mundial para o Brasil. Tudo isto à luz do discurso da globalização dos mercados e da economia.

No Brasil, a sanha de aumentar os lucros e expandir os investimentos sobre o território brasileiro tem avançado na medida que os Governos neoliberais aprofunda-se dentro da sociedade com seu modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva internacional, atualmente vários são os países envolvidos em se impor no Brasil, mas, em específico, tem se fortalecido

os interesses dos EUA e da China, assim como diversos outros países e setores da economia hegemônica mundial.

Depois de quase três décadas de neoliberalismo, a situação na América Latina pareceu mudar; alardeados por muitos como vivendo uma nova era de desenvolvimento, países como o Brasil eram considerados emergentes, se livrando das antigas amarras do imperialismo norte-americano e europeu para fundar uma nova geopolítica mundial com maior predomínio do chamado “Sul-Global”, que teria na China sua grande força propulsora. Mas os primeiros ânimos foram logo perdidos na dura realidade dos avanços capitalistas, em que os ganhos financeiros se perpetuaram em detrimento da despossessão e desapropriação para os grandes investimentos, tendo uma maior equidade social baseada na expansão de um consumo de massa com aumento do crédito e do endividamento (NETO, 2016. p. 5).

O processo de Estrangeirização de terras tem articulação de vários fatores que não se restringem somente à crise alimentar. Este processo está ancorado nas *culturas flexíveis*. Ou seja, a Estrangeirização tem servido aos interesses da crise financeira que compreendem a terra como uma fonte rentável e lucrativa. Para compreensão coletiva, pode-se entender por culturas flexíveis, como traz Souza (2013, p. 2):

Culturas flexíveis são aquelas que apresentam conversibilidade no processamento, podendo ser direcionadas à produção de alimentos, ração animal ou combustíveis (food-feed-fuel). A soja e a cana-de-açúcar reúnem estas características e estão articuladas a cultivos em grandes faixas de terras com disponibilidade de água e infraestrutura de comercialização (BORRAS; FRANCO; WANG, 2013; BENKO; PECQUEUER, 2001; SOUZA, 2013).

Neste rumo, o ano de 2010 deve ser considerado como um marco de virada na relação da China com o Brasil, quando há uma clara decisão de participar da transformação do país em um player energético e grande parceiro comercial. No mesmo ano de 2010 três das gigantes estatais energéticas chinesas entram no mercado comprando grandes empresas já instaladas. A Sinochem em maio de 2010 compra 40% da Statoil no Brasil por US\$ 3 bilhões, adquirindo participação no campo marítimo de Peregrino. Também em maio de 2010 a State Grid comprou 100% da Plena Transmissoras por US\$ 1,7 bilhões, adquirindo uma série de linhas de transmissão no Brasil, estratégia que se seguirá nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país.

Em outubro de 2010 a Sinopec comprou por US\$ 7 bilhões 40% da Repsol no Brasil, o que também será seguido nos anos seguintes com novas compras de empresas instaladas no país como traz Neto (2016, p.53). No campo, várias outras empresas de capital internacional, avança sobre o território nacional para produção de commodities. O GRAIN¹⁹ traz uma

¹⁹ O GRAIN es una pequeña organización internacional que trabaja apoyando a campesinos y a movimientos sociales en sus luchas por lograr sistemas alimentarios basados en la biodiversidad y controlados comunitariamente.

sistematização complexa²⁰ desta presença estrangeira em documento específico, mas como exercício de síntese qualificada, Pereira (2015) traz, também, o panorama abaixo para nos contextualizar desta territorialização com setores de produção de commodities:

Tabela 2 - Empresas estrangeiras que adquirem terras no Brasil (2014)

Ordem	Empresa	Capital de origem	Setor
1	Adecoagro	EUA	<i>Commodities</i> (Algodão, café, cana-de-açúcar, milho e soja)
2	ADM	EUA	<i>Commodities</i> (Cacau, colza, canola, feijão, milho, soja, trigo)
3	Agrifirma Brasil Agropecuária	Reino Unido	<i>Commodities</i> (Milho e soja)
4	Agropecuária Arakatu	Japão	<i>Commodities</i> (Algodão, café, feijão, mamão, milho e soja)
5	Agroreservas do Brasil	EUA	<i>Commodities</i> (Bovino para corte, eucalipto, feijão, laranja, leite, mamão, milho, soja e trigo)
6	AIG	China e EUA	Seguros e finanças
7	Amaggi	Brasil (com presença de capital da China e Japão)	<i>Commodities</i> (Algodão, milho e soja)
8	Aquila Capital	Alemanha	Finanças
9	Arauco	Chile	<i>Commodities</i> (eucalipto)
10	Araúna	N.I	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar para produção de etanol)
11	Araupel	Brasileiro (com presença de capital das ilhas Cayman)	<i>Commodities</i> (eucalipto)
12	Arion Capital	Brasileiro	Finanças
13	Azenglever	Brasil (No entanto pertence ao capital da Finlândia e Suécia. Empresa criada pela Stora Enso para compra de terras no Brasil)	<i>Commodities</i> (eucalipto)
14	Bank of China Brazil	China	Finanças
15	Belém Bionergia Brasil	Brasil e Portugal	<i>Commodities</i> (Óleo de palma)
16	BDP International	EUA	Químico e Petroquímico
17	Biosev	Brasil (declarada como brasileira mas pertence ao grupo francês <i>Louis Dreyfus commodities</i>)	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar para produção de etanol)
18	<i>British Petroleum Biofuels</i>	Reino Unido	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar para produção de etanol)

²⁰ GRAIN: Acaparamiento de tierras. Fevereiro de 2012. A sistematização ampla do GRAIN encontra-se disponível em: <https://www.grain.org/attachments/2456/download>.

19	<i>Brasil Agrifund</i>	Alemanha e Brasil	Fundo para compra de terras
20	BR Food	Brasil e EUA	<i>Commodities</i> (bovino, leite, milho e soja)
21	Brasil Agronegócio FIP	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	<i>Commodities</i> (bovino, leite, milho e soja)
22	Brasil Iowa Farms (LLC)	EUA	<i>Commodities</i> (algodão, milho e soja)
23	BrasilAgro	Argentina	<i>Commodities</i> (agrícola e pecuária)
24	Brookfield Assent Management	Canadá	<i>Commodities</i> (abacaxi, arroz, bovino, cana-de-açúcar, eucalipto, gás, milho, petróleo e compra de terras)
25	Bunge	Holanda	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar, grãos e produção de alimentos)
26	CalyxAgro	EUA e França	<i>Commodities</i> (algodão, cana-de-açúcar e soja)
27	Cantagalo General Grains	Brasil, EUA e Reino Unido	<i>Commodities</i> (algodão e soja)
28	Cargill	EUA	<i>Commodities</i> (algodão, amido, caucáu, cana-de-açúcar, foods, especialidades industriais e soja)
29	Ceagro	Argentina e Japão	<i>Commodities</i> (milho e soja)
30	Celestial Green	Irlanda	<i>Commodities</i> (eucalipto) e compra de créditos de carbono
31	Cenibra	Japão	<i>Commodities</i> (eucalipto)
32	Centaurus Holdings	Reino Unido	<i>Commodities</i> (eucalipto)
33	Central Energética Vicentina	N.I	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar)
34	Cerona	Alemanha e EUA	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar)
35	China Three Gorges	China	Energia elétrica
36	Clive Weir (Pessoa física)	Irlanda	<i>Commodities</i> (soja)
37	CMNPAR Four Participações	N.I	Florestas
38	CMPC Riograndense	Chile	<i>Commodities</i> (eucalipto)
39	Cosan	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar) e logística
40	Cresud	Argentina	<i>Commodities</i> (bovino para corte, cana-de-açúcar, girassol, leite, soja e trigo)
41	Cutrale	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	<i>Commodities</i> (grãos e laranja)
42	Derflin	Brasil (No entanto pertence ao capital da Finlândia e Suécia. Empresa criada pela Stora Enso para compra de terras no Brasil)	<i>Commodities</i> (eucalipto)
43	Farm Management Company	EUA	<i>Commodities</i> (bovino, laranja, leite, mamão, milho e soja)
44	Fibria	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	<i>Commodities</i> (eucalipto)

45	Floresteca Holding	Holanda	<i>Commodities</i> (eucalipto)
46	Fundo AC Agri Opportunity	Alemanha	<i>Commodities</i> (bovino, cana-de-açúcar, grãos, leite e compra de terras)
47	Galp Energia	Portugal	<i>Commodities</i> (óleo de palma para geração de energia)
48	Galtere	EUA	<i>Commodities</i> (eucalipto)
49	Genagro	EUA	<i>Commodities</i> (amendoim, arroz, café, cana-de-açúcar, milho e soja)
50	Geoger Soros (Pessoa física)	EUA	<i>Commodities</i> (algodão, café, cana-de-açúcar, milho e soja)
51	Global Forest Patners	Ilhas Cayman	<i>Commodities</i> (eucalipto)
52	Global Vision - VBI Timberland Fund	N.I	<i>Commodities</i> (eucalipto)
53	Goldman Sachs	EUA	Finanças
54	Grupo El Tejar	Argentina e EUA	<i>Commodities</i> (Soja)
55	Grupo Iowa	EUA	<i>Commodities</i> (algodão, milho e soja)
56	Grupo Rangel	Portugal	Logística
57	Infinity bio-energy	EUA	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar)
58	Insolo	Brasil (No entanto pertence ao capital dos EUA através da Harvard University, que age pela empresa IPA Investimentos e Participações Agrícolas)	<i>Commodities</i> (algodão, arroz, milho e soja)
59	International Paper	EUA	<i>Commodities</i> (eucalipto)
60	Japan Tobacco International	Brasil, EUA e Japão	<i>Commodities</i> (fumo)
61	Johan Eliasch (pessoa física)	Reino Unido e Suécia	<i>Commodities</i> (eucalipto)
62	JP Morgan	EUA	Finanças
63	Klain	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	<i>Commodities</i> (eucalipto)
64	Los Grobo	Argentina	<i>Commodities</i> (milho e soja)
65	Louis Dreyfus Commodities	França	<i>Commodities</i> (Algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, fertilizantes, grãos e oleaginosas)
66	Maeda	N.I	<i>Commodities</i> (Algodão, café, cana-de-açúcar, milho e soja)
67	Mitsubishi	Japão	<i>Commodities</i> (milho e soja)
68	Mitsui	Japão	<i>Commodities</i> (Café)
69	Monsanto	EUA	<i>Commodities</i> (cana-de-açúcar, fertilizantes, insumos, sementes transgênicas e soja transgênica)
70	Morgan Stanley	EUA	Finanças
71	MSU Agro	Argentina	<i>Commodities</i> (Soja)

72	Multigrain	EUA e Japão	<i>Commodities</i> (Algodão, milho, soja e trigo)
73	MWV Rigesa	EUA	<i>Commodities</i> (eucalipto)
74	NAI Commercial properties	Reino Unido	Finanças
75	Noble Grup	Singapura	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
76	Odebrecht	Brasil, EUA, Japão e Reino Unido	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
77	Parkia Participações	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	Compra de terras
78	Petrobras	Brasil (EUA como investidor secundário)	Petróleo e gás
79	Quifel Natural Resources	Portugal	<i>Commodities</i> (Óleo de palma e oleaginosas) e energia eólica
80	Radar	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	Compra de terras
81	Raizen	Brasil, Holanda e Reino Unido	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
82	Raymond Thomton (pessoa física)	Irlanda	<i>Commodities</i> (grãos)
83	RDF Empreendimentos imobiliários	Holanda	<i>Commodities</i> (eucalipto)
84	RiceTec	EUA	Sementes
85	Rothschild (Pessoa física)	França	Finanças
86	Royal Dutch Shell	Holanda e Reino Unido	Energia, gás e petróleo
87	Safi Brasil	Itália	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
88	São Martinho	Japão	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
89	SB Agrícola	EUA	<i>Commodities</i> (Algodão, arroz, girassol, milho, soja e trigo)
90	Scoot Thomas Shanks (Pessoa Física)	EUA	<i>Commodities</i> (Algodão)
91	Shree Renuka Sugars	Índia e Singapura	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
92	SLC Agrícola	Brasil e EUA	<i>Commodities</i> (Algodão, milho e soja)
93	Sojitz	Japão	Gás e petroquímica
94	Stora Enso	Finlândia e Suécia	<i>Commodities</i> (eucalipto)
95	Sun Myung Moon (Pessoa Física)	Coreia do Norte	Compra de terras
96	Tereos	França	<i>Commodities</i> (Beterraba, cana-de-açúcar, milho e trigo)
97	The Forest Company	Guernesei (Ilha do Canal da Mancha de dependência da Coroa Britânica, porém não faz parte do Reino Unido)	<i>Commodities</i> (eucalipto)
98	Tiba Agro	EUA	Compra de terras
99	Umoe Bionergy	Noruega	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
100	Usina São Fernando	Brasil e Emirados Árabes	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)

101	Vale	Brasil (presença de capitais estrangeiros)	Logística, mineração e siderúrgica)
102	Veracel	Brasil, Finlândia e Suécia	<i>Commodities</i> (eucalipto)
103	Wilfried Karl Stoli (Pessoa Física)	Alemanha	Compra de terras
104	Neumann Kaffe Gruppe (NKG)	Alemanha	<i>Commodities</i> (café)
105	Comanche Clean Energy	EUA e Reino Unido	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
106	Clean Energy	Reino Unido	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
107	Grupo Biourja	EUA	<i>Commodities</i> (Milho)
108	Grupo Poet	EUA	<i>Commodities</i> (Milho)
109	Bahia Specialty Celulose	China e Singapura	<i>Commodities</i> (eucalipto)
110	Sanhe Hopoefull	China	<i>Commodities</i> (Soja)
111	Chongqing Grains	China	<i>Commodities</i> (Soja)
112	Alcotra BioEnergy	Bélgica	<i>Commodities</i> (Cana-de-açúcar)
113	Zhejiang Fu Di	China	<i>Commodities</i> (Soja)

Fonte: Pereira, 2015, p. 28-37.

Neste sentido, percebe-se pelo quadro acima que o agronegócio tem estrategicamente, se territorializado sobre o campo. Pereira (2015, p. 44) traz que a estrangeirização é um evidente processo de territorialização do capital estrangeiro em escala global, colocando em questão a segurança e soberania alimentar. De acordo com Fernandes (2009), a atual realidade não é um problema apenas de renda da terra, mas reforça o sentido do conceito de soberania alimentar, que também está cada vez mais relacionado com a soberania dos povos. Assim, como traz Silva (2016, p. 183), podemos entender que Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que devem ser adotadas por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. [...] (CALDART et al., 2012). Ou seja, a Soberania Alimentar tem por base princípios que questionam a concentração de poder do sistema agroalimentar.

Junto a isto tem-se uma corrida crescente e mundial por terras, com o discurso da produção de alimentos para a segurança alimentar, mas sabe-se pelo modelo adotado nem todos os países envolvidos visam produção de alimentos, mas sim produção de commodities para agrocombustíveis e avanço do capital sobre os territórios para efeito de dominação e expropriação dos/as camponeses/as. E na Região Nordeste isto não foi diferente do cenário nacional, pois esta região tem sido alvo do discurso midiático da produção de alimentos e lógica de desenvolvimento hegemônico para territorializar o agronegócio internacional.

Como traz Vinha e Pereira (2016, p. 258) a Estrangeirização de terras é estratégia que redesenha os espaços, disputa interesses e indica um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio. Assim, para as autoras,

Debater a estrangeirização de terras é pensar nos diferentes modelos de desenvolvimento territorial propostos para o campo no Brasil e no mundo. [...]. É preciso apreender a conflitualidade entre agronegócio/latifúndio e campesinato, incorporando essa disputa territorial nos estudos concernentes à Geopolítica (VINHA; PEREIRA, 2016, p. 258).

Com o avanço da tecnologia e a construção de um mundo globalizado, a chegada da modernização da agricultura reconfigurou a presença estrangeira e fez a mesma adquirir outras dimensões e que, hoje, tem imposto uma lógica hegemônica sobre os territórios como efeito da globalização perversa do capital no campo, tornando assim mais complexa às dimensões do enfrentamento, já que estamos diante de uma Estrangeirização bem articulada, inclusive, com forças políticas internacionais bem engendradas pela dominação dos territórios e de seus recursos naturais na busca da mais valia desejada e uniformização das práticas econômicas, culturais e sociais.

Neste sentido, a modernização hegemônica vestida de globalização tem nos mostrado, como traz Milton Santos (2008, p. 19), que a globalização é uma fábrica de perversidades, com processos de exclusão e dominação intensos. Neste sentido, Milton Santos traz:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2008, p. 23). [...]. As empresas, na busca da mais valia desejada, valorizam diferente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2008, p. 33).

É neste contexto que a presença estrangeira se reconfigura, ou seja, pelos interesses do projeto do capital e sua burguesia internacional. Assim, a Estrangeirização direciona, ideologicamente, os projetos das nações e de forma direta reconfigura territórios, principalmente, a partir da apropriação do bens comuns e naturais, em especial, da terra e da água com tem sido no Brasil.

Sabemos que atrás da Estrangeirização tem-se os interesses do agronegócio e seus commodities. Sabemos também, nesta perspectiva, o caráter da difusão do agronegócio e sua lógica social, produtiva e ambiental, já que tem gerado profundos impactos negativos sobre a reorganização do território brasileiro. Sabe-se também que onde o agronegócio se territorializa vem com ele outros setores articulados à sua dinâmica, a exemplo do setor de infraestrutura. Uma das formas recentes, organizada e articulada de Estrangeirização de terras

pelo Estado Brasileiro tem sido a partir do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA Matopiba).

Este agronegócio é uma manifestação do capital e uma construção ideológica que vem tentando ao longo dos últimos anos desvincular sua imagem latifundista da agricultura capitalista, já que o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. Diversas empresas atuam no Nordeste, mas, especialmente, temos a Monsanto em Pernambuco como símbolo do domínio das sementes transgênicas.

Como traz Bernardo Mançano e Cliff Welch a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. Continua Bernardo Mançano em outra reflexão que é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES; WELCH, 2017). Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2017).

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura

científica globalizada (FERNANDES, 2017). É nesta perspectiva do agronegócio que a Estrangeirização de terras dentro do Matopiba avança.

4.1 Estrangeirização das terras: olhares sobre o Matopiba

O Matopiba compõe um processo articulado de Estrangeirização de terras que tem como foco a apropriação de grandes áreas agricultáveis para a produção de agrocombustíveis, agroenergias e a produção em massa de commodities, como a cana-de-açúcar, milho, soja, etc., provenientes de capital estrangeiro. Esse processo está assentado, a partir do cenário mundial, numa forte corrida por terras que intensificou-se após a crise mundial de 2008, numa forma de salvar e/ou alavancar a economia dos países imperialistas no cenário econômico mundial.

Esta corrida por terras no mundo fez com que algumas regiões e estados brasileiros se destacassem na territorialização das empresas, a região sul em primeiro lugar, onde o espaço para expansão já está limitado, no segundo lugar o centro-oeste crescendo acima da média nacional em demanda por crédito, e a terceira fronteira agrícola está situada na região do MAPITIBA, que no início dos anos 2000, era uma área com pouquíssimo interesse das empresas e, hoje, devido aos avanços tecnológicos no tratamento do solo, nas alterações transgênicas nas sementes e irrigação a região tem um maior índice de desenvolvimento dentro da lógica do capital.

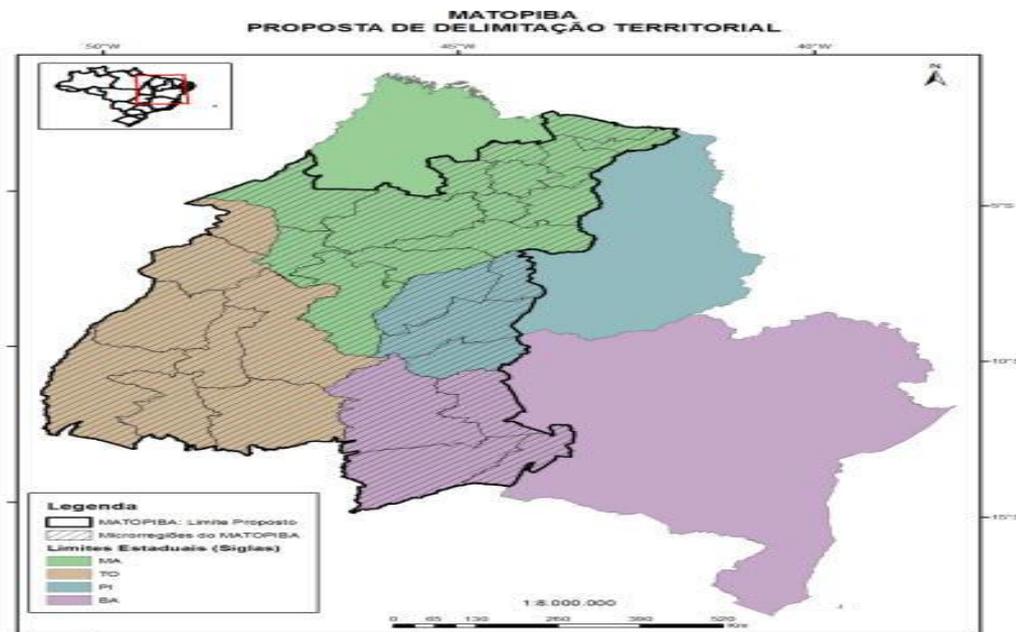
Esta corrida mundial também tem uma direta relação com a crescente demanda por “comida” (traduzida pelos capitalistas pelos seus commodities) motivada, em específico, pelo aumento da população, mudanças climáticas e, por fim, pelas dificuldades de acesso à água, sendo que no Brasil soma-se a estes elementos os projetos de produção de biocombustíveis e outros commodities agrícolas e não agrícolas que tem atraído capitais de vários setores estimulado por uma articulação de capital público e privado, inclusive, envolvendo setores que historicamente, foram avessos à imobilizar capital como, por exemplo, fundos de investimentos, como traz o Banco Mundial (2010).

No dia 06 de maio de 2015, foi instituído o Decreto nº. 8.447/15 que dispõe sobre o PDA Matopiba, que, segundo a Ministra Kátia Abreu, à época Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população (Art. 1º, Decreto 8.447/15) (BRASIL, 2015). Este Plano engendra, de forma articulada e com velho

discurso desenvolvimentista, o avanço da entrada do capital estrangeiro via exploração de um grupo de Estados, suas terras, meio ambiente e sua população.

Alguns critérios foram utilizados para estabelecer a delimitação do Matopiba, além da importância econômica e conjuntura agrária locais dos Estados envolvidos, dentre outros critérios, foram observados o quadro socioeconômico, natural, agrário, agrícola e de infraestrutura dos 04 (quatro) Estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), impositivamente, envolvidos. Neste processo, estão envolvidos além dos 04 Estados, 31 Microrregiões, 337 Municípios numa área total de 73.173.485 hectares (51% da área dos Estados).

Figura 3 – Matopiba proposta de Delimitação territorial



Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA.

Do total de área destes Estados, totaliza-se quase 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes envolvidos no geral, abrangendo, segundo a Embrapa, um primeiro grande critério de delimitação territorial que teve como base as áreas de cerrados existentes nestes Estados. O bioma predominante é de Cerrado (90,9% cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga).

Dados de 2013 nos traz que a área plantada de soja, nos últimos 10 (dez) anos, na região do Matopiba tem crescido em mais de 1,7 milhão de hectares para a 03 (três) milhões, ou seja, um pouco a mais de 10% da área dedicada ao grão em todo país na última safra. Neste mesmo período:

A área ocupada com lavouras mais do que dobrou no Maranhão, triplicou no Tocantins e praticamente quintuplicou no Piauí. Mais de dois terços desse

crescimento aconteceu a partir do ciclo 2005/06 não à toa, quando os preços internacionais da commodity iniciaram sua escalada (RIOS VIVOS, 2013, p. 1).

Um outro elemento a ser reafirmado é o perfil desse crescimento, no que diz respeito, em específico, quando o avanço da produção se dá em uma das regiões mais pobres do país a exemplo do Maranhão e Piauí. O Piauí, por exemplo, integra a conhecida última fronteira agrícola do país e, neste rumo, segue ainda o sul do Maranhão e o oeste da Bahia.

Esta entrada do capital de forma crescente tem sido dada ou impulsionada pelas empresas de capital aberto e que combina a exploração de um modelo de produção que combina altíssima escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais.

Algumas dessas empresas surgiram apenas na segunda metade da última década, no ápice da febre global de investimentos em recursos naturais. São os casos da Agrifirma fundada em fevereiro de 2008 com o apoio dos financistas britânicos Lord Rothschild e Jim Slater e que controla quase 70 mil hectares de terra agricultável na Bahia e da Agrinvest do Brasil criada em 2007 com o suporte financeiro do fundo americano Ridgefield Capital e que tem mais de 90 mil hectares de terras próprias ou arrendadas entre Piauí e Maranhão (RIOS VIVOS, 2013, p. 1).

De acordo com o Valor e com a Rios Vivos, 10 (dez) companhias com o perfil acima já controlam (por meio de aquisições e arrendamentos) uma área agricultável superior a 1 milhão de hectares no "Mapitoba". Entre elas estão SLC Agrícola, Vanguarda Agro e Brasilagro, que negociam ações na BM&FBovespa, além de insolo (empresa controlada pela família Ioschpe), Agrinvest, Ceagro (holding controlada pelo grupo argentino Los Grobo), Tiba Agro, Agrifirma e XinguAgri (subsidiária da trading Multigrain) (RIOS VIVOS, 2013, p. 1).

Nesta construção intencional, percebe-se que os Estados do Nordeste incorporados no Matopiba, são os que possuem maior área territorial (a Bahia com 564.733,177 km² em área; o Maranhão com 331.937,450 km² e o Piauí com 251.577,738 km²) e uma grande presença em número de camponeses/as. Ao mesmo tempo que possuem grandes extensões de terras ocupadas, natureza forte e uma grande quantidade de água potável preservada.

Utilizando-se da divisão em microrregiões, em função do uso prático pelo Instituto Brasileiro, de Geografia e Estatística (IBGE), para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais, no caso da Bahia, a delimitação do PDA Matopiba perpassa por 04 (quatro) microrregiões, a saber: microrregião de Cotegipe, Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória. Estas 04 (quatro) abrangem um total de 30 municípios no Estado, totalizando uma área de 13.214.499 hectares, ou seja, 18% da área da Bahia. Abarcando 02 (duas) mesorregiões que são o Extremo oeste baiano e Vale São-

Franciscano da Bahia. Aqui na pesquisa intitularemos de oeste baiano todos os municípios que compõem as 04 (quatro) macrorregiões.

O PDA vem ganhando força diante da presença do agronegócio justificando-se que a área de abrangência enquanto região há aptidão para a agricultura empresarial de grande escala e da necessidade de levar tecnologia, mas ao contrário disto a área de abrangência se constitui numa região de graves conflitos de terras e com forte presença dos/as camponeses/as e terras públicas do Estado, sobretudo nas áreas de vales e baixadas, representando estes, no que diz respeito às unidades produtivas, aproximadamente 90% do total de propriedades rurais da região com variedade e qualidade na produção de alimentos.

Da produção destes/as camponeses/as na região de abrangência, há uma grande diversidade de produção, a exemplo dos cultivos de grãos, fruteiras, hortaliças, além de criações de animais, predominantemente de forma tradicional, com práticas de manejo culturalmente experimentadas e tecnologias simples e adaptadas à realidade local. Mas, o discurso da carência de alternativas tecnológicas capazes de aprimorar os sistemas produtivos dos/as camponeses/as tem sido, também, alvo do discurso para convencimento da sociedade civil e, na tentativa de esfriar a luta dos/as camponeses/as contra o PDA Matopiba.

De forma geral, neste espaço, conforme os gráficos e mapas abaixo sinalizam, tem-se uma diversidade de camponeses/as – que vão dos/as indígenas, quilombolas, assentados/as, posseiros/as, fechos de pasto e etc. - que ali trabalham no campo e, na contramão desta lógica de desenvolvimento, tem reagido à entrada das empresas ou enfrentamento a apropriação indevida.

Tabela 3 – Áreas ocupadas pelas Terras indígenas no MATOPIBA, por microrregião (2014)

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA Tis (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Rio Formoso	TO	1.950.926	46,93	46,93
2	Alto Mearim e Grajaú	MA	1.005.749	24,19	71,12
3	Imperatriz	MA	561.199	13,50	84,62
4	Jalapão	TO	305.827	7,36	91,98
5	Porto Nacional	TO	187.215	4,50	96,48
6	Bico do Papagaio	TO	141.753	3,41	99,89
7	Araguaína	TO	3.338	0,08	99,97
8	Bom Jesus da Lapa	BA	981	0,020	100,00
9	Miracema do Tocantins	TO	200	0,005	100,00
10	Cotegipe	BA	Tis EM ESTUDO	-	-
11	Médio Mearim	MA	Tis EM ESTUDO	-	-
TOTAL MATOPIBA			4.157.189	100,00	-

Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA. Matopiba – caracterização do quadro agrário.

Tabela 4 – Áreas ocupadas pelos Quilombolas no MATOPIBA, por microrregião (2014)

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA QUILOMBOLAS (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Bom Jesus da Lapa	BA	65.282	26,12	26,12
2	Jalapão	TO	62.519	25,02	51,14
3	Dianópolis	TO	57.388	22,96	74,10
4	Itapecuru Mirim	MA	18.291	7,32	81,42
5	Cotegipe	BA	17.370	6,95	88,37
6	Codó	MA	16.489	6,60	94,97
7	Caxias	MA	4.530	1,81	96,78
8	Médio Mearim	MA	3.407	1,36	98,78
9	Chapadinha	MA	2.550	1,02	99,16
10	Araguaína	TO	2.093	0,84	100,00
TOTAL MATOPIBA			249.918	100,00	-

Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA. Matopiba – caracterização do quadro agrário.

Tabela 5 – Área ocupada pelos Assentamentos da Reforma Agrária no MATOPIBA, por microrregião (2014)

ID	MICRORREGIÃO	UF	ÁREA DOS ASSENTAMENTOS (ha)	% REL.	% ACUM.
1	Alto Mearim e Grajaú	MA	620.509	16,74	16,74
2	Bom Jesus da Lapa	BA	302.273	8,15	24,89
3	Miracema do Tocantins	TO	286.478	7,73	32,62
4	Lençóis Maranhenses	MA	250.276	6,75	39,38
5	Bico do Papagaio	TO	228.376	6,16	45,54
6	Araguaína	TO	209.318	5,65	51,18
7	Imprezatriz	MA	203.646	5,49	56,68
8	Rio Formoso	TO	197.139	5,32	62,00
9	Itapeouru Mirim	MA	151.688	4,09	66,09
10	Caxias	MA	148.674	4,01	70,10
11	Codó	MA	133.429	3,60	73,70
12	Cotegipe	BA	122.046	3,29	76,99
13	Bertolândia	PI	111.710	3,01	80,01
14	Gurupi	TO	109.804	2,96	82,97
15	Médio Mearim	MA	106.235	2,87	85,83
16	Porto Nacional	TO	68.727	1,85	87,69
17	Chapadas das Mangabeiras	MA	64.615	1,74	89,43
18	Chapadas do Alto Itapeouru	MA	53.879	1,45	90,88
19	Dianópolis	TO	51.298	1,38	92,27
20	Santa Maria da Vitória	BA	47.879	1,29	93,56
21	Chapadinha	MA	45.942	1,24	94,80
22	Barreiras	BA	39.748	1,07	95,87
23	Porto Franco	MA	30.837	0,83	96,70
24	Baixo Parabaíba Maranhense	MA	27.739	0,75	97,45
25	Alto Médio Gurguéia	PI	24.545	0,66	98,11
26	Presidente Dutra	MA	20.359	0,55	98,66
27	Gerais de Balsas	MA	19.133	0,52	99,18
28	Jalapão	TO	15.765	0,43	99,61

29	Alto Parnaíba Piauiense	PI	14.633	0,39	100,00
TOTAL MATOPIBA			3.706.699		

Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA. Matopiba – caracterização do quadro agrário.

A região do MAPITOBA, neste momento, vem crescendo e dando tanto lucro aos seus investidores que as terras no semiárido baiano tiveram um aumento considerável no valor da terra, essa especulação de terras baianas chegou a 2000% (FERNANDES; SILVA, 2014, p. 1). Tal aumento despertou os interesses das empresas estrangeiras fazendo com que elas comprem/participem das empresas brasileiras para poder adquirir mais hectares, como é o caso da LandCo, que é subsidiária da SLC Agrícola, própria para comprar terras brasileiras, formando assim um novo nicho de mercado de terras.

É importante resgatar que o PDA Matopiba tem antecedentes históricos, em especial no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)²¹, com investimentos japoneses e que, na contemporaneidade, se veste de modernidade a partir da nova roupagem posta pelo investimento público e chinês incorporado pelo PDA Matopiba, elementos necessários de serem observados para compreender que o interesse do capital sobre cidades estruturalmente pólos do agronegócio vem sendo construída ao longo do tempo.

Olhando para o Matopiba no oeste baiano, dentro desta perspectiva de análise do território e suas disputas, percebemos o ataque dos capitalistas estrangeiros ao cerrado brasileiro e aos territórios camponeses. Acirram-se os conflitos e evidencia os problemas agrários existentes nesta região, em especial, dentro das microrregiões já tratadas. Desta forma, as lutas no campo a partir das famílias camponesas desterritorializadas, ameaçadas e/ou expropriadas convive, localmente, com a tensão exercida pelo capital internacional patrocinadores da expansão da fronteira agrícola traduzida no Plano e pelas forças do agronegócio, mostrando-nos que não há superação histórica do debate sobre a questão agrária no Brasil e nem na região oeste da Bahia.

Processos de desterritorialização e reterritorialização (ou lutas sociais por reterritorialização), como referencial explicativo da sociedade ocidental globalizada, fazem parte da história social e política do campo brasileiro, palco de disputas não só devido às resistências à expropriação, ações e demandas populares pelo acesso à terra e direitos territoriais. As ações e bandeiras das organizações patronais também explicitaram essa disputa, dando especial valor ao território, reeditando e atualizando a questão agrária, ou materializando a aliança capital e terra

²¹ Mais conhecido como Projeto Cerrado ou JICA (JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY) - implantado na década de 1980 e ainda em atuação no século XXI como parte de um acordo internacional para a produção de grãos - exigiu uma reflexão sobre a forma como a Geografia, especificamente o geógrafo voltado para a questão agrária, procura trabalhar os assuntos envolvidos nesta questão ante a reformulação teórico-metodológica pela qual a ciência geográfica passou nos últimos 40 anos (PESSÓA; INOCÊNCIO, 2014, p. 2).

(MARTINS, 1993), apesar de não contabilizado em muitas análises de matiz essencialmente moderno (SAUER; LEITE, 2012, p. 2).

Nesta correlação de forças, aparenta-se que as disputas territoriais construídas no oeste da Bahia produziram nos/as camponeses/as a intenção de reafirmar a resistência para o não desenvolvimento das forças capitalistas no campo (ou pelo menos ao não avanço destes), já que o mesmo vem traduzido para a sociedade local/estadual a partir do discurso do progresso e calcada em um modelo de desenvolvimento destrutivo.

Por estes elementos a questão agrária volta à pauta política mundial, onde neste momento a luta pela terra e pela manutenção dos territórios camponeses, assim como o papel da produção familiar camponesa se ressignificam e viram instrumento de resistência. Por consequência, também, nesta perspectiva, evidencia-se a relação necessária entre o papel que cumpre tanto a segurança quanto a soberania alimentar diante da corrida justificada pelo capital a partir da produção de “comida” (commodities). Estes temas, dentro da lógica de apropriação de terras para produção de commodities agrícolas (mercadoria comida) ganham, neste contexto, uma nova dimensão de importância. Somam-se a isto a exploração dos bens naturais que geram um lucro extraordinário, a exemplo da água e os desafios postos para o Cerrado brasileiro e baiano.

Mesmo com o anúncio do Governo Temer, que prevê a extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do Matopiba, a partir de 19 de outubro de 2016 (A medida consta no Decreto nº. 8.852 publicado no Diário Oficial da União, no mês de setembro de 2016) (BRASIL, 2016), percebe-se que o tema proposto ganha relevância na pesquisa, já que não compreendemos o significado e impactos desta extinção entendendo que o capital público, aparentemente, utiliza-se do enxugamento da máquina pública, mas que por outro lado, ainda permanece, no caso do oeste baiano o capital privado em processo de estruturação, necessitando de investigação. Neste sentido, a pesquisa deve atentar-se não só para o suposto fim institucional do MATOPIBA, mas em especial, neste momento, atentar-se à dinâmica do movimento que está acontecendo no oeste baiano a partir do qual o capital privado já consolidou-se e vem investindo na aquisição de terras.

Como traz Dulci (2017), estudos sobre a América Latina e o Brasil apontam na mesma direção. Dados do Incra de 2008 (anteriores ao período de maior intensificação da corrida por terras) apontam que estrangeiros detinham cerca de 34 mil imóveis rurais no país, sendo 34% detidos por pessoas jurídicas. Os 34 mil imóveis somavam à época 4.037.667 hectares de terras, sendo mais de 83% classificados como grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais). Os dados são, contudo, imprecisos, em função das dificuldades de produção e

disponibilização de informações territoriais por parte do Incra e da relação deste com os cartórios que registram as informações de posse. Soma-se a isso toda a sorte de manobras que sempre envolvem laranjas e grileiros.

No momento presente, o Governo do golpe a partir de Temer, vem criando instrumentos que ameaçam a soberania nacional, nesta direção da estrangeirização. O Governo publicou no Diário Oficial do dia 23 de dezembro a Medida Provisória (MP) 759. Ao alterar legislações hoje vigentes (leis 8.629/93, 11.952/09 e 13.001/004), a MP ameaça a soberania nacional e, na prática, breca qualquer processo de reforma agrária ao municipalizar a política fundiária. Todo este teor de mudança foi alijado de possibilidade aberta de debates na sociedade, principalmente com os sujeitos do campo, como traz o Deputado Patrus Ananias (ANANIAS, 2016a). O mesmo deputado em nota afirma:

A Medida Provisória 759 nos leva a vislumbrar o passo inicial de um grande retrocesso, que seria a municipalização da reforma agrária. É certo que os municípios têm importante papel de apoio nesta seara, mas a Constituição Federal exprime sabedoria ao designar, em seu artigo 184, a exclusividade do protagonismo da União na reorganização fundiária do território.

A nossa história demonstra que a grande força contrária a reformar o campo sempre foi a das oligarquias rurais locais, costumeiramente ligadas aos poderes políticos locais. E este é o sentido de nacionalizar o tema para se levar a sério uma reforma agrária. [...]. Por último, e principalmente, não podemos nos calar perante um ataque perpetrado pela MP 759 à preservação do patrimônio público e à soberania brasileira. [...]. É próprio de um governo golpista comprometido com o capital especulativo transnacional, que mira com olhos gulosos o solo de nossa pátria e cujo próximo passo será a alteração da Lei 5.079/71, para ampliar as possibilidades de aquisição de nosso território por estrangeiros. (ANANIAS, 2016, p.1-2).

Fica claro a corrida do Governo para entrega da terra e das águas aos grupos estrangeiros. Em outro documento, o Deputado Patrus Ananias (ANANIAS, 2017), traz em 2016, ambicionaram aprovar na Câmara o projeto 4059, de 2012, que propõe acabar com qualquer limite para que estrangeiros comprem ou arrendem terras no Brasil. Não conseguiram. Agora, cogitam até de editar Medida Provisória, que tem força de lei e vigência imediata, para acelerar a entrega de nossas terras e de todas as demais riquezas que elas guardam (ANANIAS, 2017, p. 1). Ele traz:

O Brasil rural foi alvo de uma invasão estrangeira entre 1994 e 2010. Hoje, ninguém sabe qual parcela do território brasileiro já está nas mãos do capital externo, sobretudo do capital financeiro. Mas é certo que os estrangeiros empreenderam uma corrida às terras da América Latina e da África nos últimos 10 anos. E, segundo o BIRD, já tomaram mais de 65 milhões de hectares nos países do hemisfério sul", afirmou Ananias. Segundo o parlamentar, "as ameaças dessa invasão ao Brasil são notórias e incluem, entre outras, o avanço da agricultura em áreas de proteção ambiental, o aumento da especulação imobiliária, o crescimento da venda ilegal de terras públicas, a lavagem de dinheiro, o aumento da grilagem de terras, a proliferação de 'laranjas' na compra de terras e o aumento da biopirataria na Amazônia (ANANIAS, 2017, p. 1).

Daí o olhar sobre o Matopiba e a articulação para a Estrangeirização de terras toma força e evidencia um risco à soberania nacional. Assim, olhando para o espaço da pesquisa, ela é centrada no Matopiba dentro do Nordeste envolvida no PDA. Aqui olhando a partir do oeste baiano, mais precisamente, pelo IBGE, nas microrregiões de Cotegipe, Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, como anteriormente colocado. Estas microrregiões possuem municípios que já vinham sendo experimentados pelo agronegócio desde os anos 1980 e hoje compõe um grande território do capital.

Tabela 6 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado da Bahia

UF	Mesorregião	Microrregião	Área* da Microrregião (ha)	Municípios
Bahia	Extremo oeste baiano	Barreiras	5.291.931,20	Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério
		Cotegipe	2.300.238,33	Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Tabocas do Brejo Velho, Wanderley
	Vale São-Franciscano da Bahia	Santa Maria da Vitória	4.069.286,99	Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada
		Bom Jesus da Lapa	1.553.041,98	Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato

Fonte: Dados do IBGE e PDA Matopiba/Embrapa.

* Valores calculados utilizando a projeção cônica de Albers – SIRGAS 2000.

Olhando para a ocupação do oeste baiano percebe-se que, no processo histórico, esta região foi marcada pelo fenômeno da (des)(re)territorialização que segundo Haesbaert (1996) significa o processo dialético pelo qual sofre o espaço, quando ocorrem, em seu entorno, transformações técnicas, culturais e sociais que evidenciam uma mudança de identidade em seu território. No campo do oeste baiano, configurou-se de um lado os/as camponeses/as e, por outro, uma elite agrária consolidada a partir dos últimos anos de investimentos estrangeiros.

A configuração territorial do oeste baiano traz grandes desafios quanto à estrutura fundiária concentrada, por consequência, mostrando o acirramento das disputas no campo a partir de uma região que tem sido alvo da construção externa da revalorização econômica, especulação das terras e reestruturação produtiva para servir ao avanço do capital e seus investidores estrangeiros ao lado das elites agrárias locais (agronegócio).

No Maranhão e Piauí não é diferente, e a estrangeirização das terras avança sobre comunidades camponesas, gerando conflitos territoriais e provocando apropriações privadas das terras pelos estrangeiros, em especial, os asiáticos.

O cerrado nordestino assumiu papel importante na dinâmica econômica brasileira, a partir da reestruturação produtiva do setor agropecuário, bem como consistem em fator de inserção do Brasil na nova divisão territorial do trabalho. Na atualidade, estima-se que 80% da soja produzida no Maranhão é destinada aos mercados externo, destacando-se como principais compradores países da Ásia e da Europa. Não obstante, verifica-se que a produção de soja no Maranhão cresceu de modo significativo, especialmente na microrregião Gerais de Balsas, no sul do referido Estado (LIMA; LOCATEL; SILVA, 2012, p. 4).

Tabela 7 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado do Maranhão

UF	Mesorregião	Microrregião	Área* da Microrregião (ha)	Municípios
MA	Norte Maranhense	Lençóis Maranhenses	1.084.292,89	6
		Itapecuru Mirim	705.858,57	8
	Oeste Maranhense	Imperatriz	2.924.460,79	16
	Centro Maranhense	Médio Mearim	1.100.535,57	20
		Alto Mearim e Grajaú	3.707.008,31	11
		Presidente Dutra	655.721,35	11
	Leste Maranhense	Baixo Parnaíba Maranhense	651.554,13	6
		Chapadinha	1.022.595,79	9
		Codó	991.026,18	6
		Coelho Neto	360.692,18	4
		Caxias	1.532.989,58	6
	Sul Maranhense	Chapadas do Alto Itapecuru	2.494.633,29	13
		Porto Franco	1.422.693,18	6
		Gerais de Balsas	3.650.331,67	5
		Chapadas das Mangabeiras	1.677.952,39	8

Fonte: Dados do IBGE e PDA Matopiba/Embrapa. * Valores calculados utilizando a projeção cônica de Albers – SIRGAS 2000.

Neste rumo, Lima, Locatel e Silva (2012, p. 4) traz que a emergência e crescimento da produção de soja no Maranhão decorrem da necessidade do capital em incorporar novas terras à agricultura, a fim de assegurar sua reprodução. Desse modo, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, é implementado um conjunto de políticas públicas que promove uma nova dinâmica territorial no Maranhão, por meio da inserção da soja na economia do estado. Vale salientar que o baixo preço da terra, associado a um conjunto de políticas públicas constituiu fatores essenciais para a expansão da fronteira agrícola.

O aumento da produção de soja no Maranhão tem desencadeado uma reestruturação territorial, sobretudo na região de Balsas, de modo a concentrar atividades produtivas – comerciais e industriais, além de um grande número de trabalhadores. As novas técnicas produtivas, em consonância com as políticas públicas implantadas – de incentivos fiscais, crédito subsidiado e criação de infraestrutura – possibilitaram a realização de grandes projetos e o desenvolvimento do agronegócio maranhense (LIMA; LOCATEL; SILVA, 2012, p. 4).

Os autores trazem que os vários mecanismos de transferência de recursos financeiros do Estado destinados ao agronegócio da soja, pode-se apontar o fomento à pesquisa, as políticas de preço mínimo, os projetos de ocupação das áreas de cerrado. Nesse contexto, volta-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PROCEDER) e o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) que demonstram a influência direta do Estado na expansão da soja no sul do Maranhão (LIMA; LOCATEL; SILVA, 2012, p. 5).

Olhando para realidade do Maranhão percebe-se que o capital e articulado com a atuação do Estado foi construída com a intenção de permitir o crescimento econômico e, por conseguinte, beneficiar a pequena parcela hegemônica da sociedade. Tal direcionamento tem reflexo na vida do povo e tem provocado o acirramento da pobreza. Neste rumo, toda a construção no Estado tem sido feita para promover a implantação do agronegócio no Maranhão e, para isto, como traz Lima, Locatel e Silva (2012, p. 5) fazia-se necessário mudar a estrutura fundiária, de acordo com os interesses do capital. Para tanto, parte considerável da população rural foi expropriada das terras em que trabalhavam, ocorrendo assim um processo de desestruturação do território, marcado pela expressiva expulsão de camponeses e pela acentuada grilagem de terras.

Tabela 8 – Delimitação do PDA Matopiba no Estado do Piauí

UF	Mesorregião	Microrregião	Área* da Microrregião (ha)	Municípios
PI	Sudoeste Piauiense	Alto Parnaíba Piauiense	2.548.521,38	4
		Bertolândia	1.109.816,78	9
		Alto Médio Gurguéia	2.760.895,75	11
		Chapadas do Extremo Sul Piauiense	1.785.354,25	9

Fonte: Dados do IBGE e PDA Matopiba/Embrapa.

* Valores calculados utilizando a projeção cônica de Albers – SIRGAS 2000.

Vários empreendimentos do capital impõem-se dentro do Nordeste (barragens, energia eólica, mineração, agronegócio e etc.), mas nas últimas décadas tem avançado a territorialização do capital e, no contexto, atual com faces do capital internacional sobre as terras camponesas e seus bens naturais. Assim, a análise dos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí é provocada para percebermos que as relações de poder econômico construídas ao redor do PDA Matopiba no Nordeste podem intensificar, entendendo que estes estados são marcados por históricos conflitos agrários e que, com a lógica da modernização conservadora ali colocada, este território tem se transformado pelo capital em um espaço de territorialização

do agronegócio de um lado e resistências camponesas por outro, em especial, pelas comunidades camponesas.

De tudo isto, percebe-se que, a partir de uma análise geral sobre os investimentos estrangeiros, a China fica em evidencia, em específico pela apropriação das terras no Nordeste, mas também, num cenário maior pelo acirramento e disputa pelo petróleo entendendo aqui a importância deste como fonte energética e, também, como traz Neto (2016, p. 68) como mecanismo financeiro essencial, tendo servido como base de consolidação do padrão monetário atual através dos petrodólares.

Por fim, o mesmo autor traz que o Brasil com sua supremacia de recursos naturais e sua recente importância petroquímica o colocou na rota de colisão entre Estados Unidos e China para a constituição das novas bases do sistema de exploração capitalista. As crises econômicas e políticas atuais podem ser compreendidas como uma forma ou expressão desse movimento. Longe de trazer o “progresso” nacional, a expansão do capitalismo recente apenas alarga e intensifica os processos de despossessão e desapropriação pelo lado chinês e de exploração e dependência pelo lado norte-americano, o que nos mostra a importância de compreender além da nacionalidade do prejuízo, mas a própria forma intrínseca de exploração em que se funda a nossa sociedade (NETO, 2016, p. 68).

5 MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) E AS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO POLÍTICO – SOCIAL DO CAMPESINATO NO NORDESTE

A proposta deste capítulo é olhar para o Nordeste a partir das diversidades de experiências, lutas e contribuições do MPA na Região na disputa pelo território. Pretende-se aqui levantar elementos que nos mostre qual a contribuição do MPA no enfrentamento das ameaças sócio políticas vivenciados pelo campesinato da Região (denúncias públicas por meio de mobilizações de massa, etc. à exemplo da ocupação da Monsanto) à construção de um projeto que resulte numa vida de qualidade ao campesinato desta região. Que perpassam desde conquistas de pautas econômicas que respondem à anseios imediatos do campesinato, o enfrentamento a gigantesca ameaça do uso de agrotóxicos, da disseminação dos organismos geneticamente modificados, da concentração fundiária, bem como da superação de relações sociais que apontam para a subalternidade, preconceito, machismo, etc.

Para isso, será necessário articular elementos da história do MPA na região, perpassando por aspectos específicos de cada um dos Estados onde o Movimento foi construído, bem como identificar as principais lutas que o influenciaram na definição das “estratégias” que apontam para a construção de uma vida digna, superando a dimensão das intensas lutas que a história regional revela, para apenas a sobrevivência do campesinato. Ou seja, o movimento afirma-se numa luta pela emancipação dos povos camponeses desta região, pela a criação de alternativas para produzir, lutar e viver na roça a partir do contexto sociocultural, ambiental, político e produtivo que a Região Nordeste dispõe.

5.1 Surgimento do MPA no cenário político e olhares sobre a história dos/as pequenos/as gigantes: Do Acampamento da Seca e a luta contra o endividamento dos/as camponeses/as à contribuição do MPA na criação do PRONAF

*Com sol, chuva e vento queremos mil e quinhentos*²².

O MPA, hoje bem delineado como um movimento camponês nacional que se organiza desde 1996, tem sua origem no estado do Rio Grande do Sul (RS). O MPA é fruto das condições objetivas e subjetivas do campesinato, das manifestações espontâneas dos/as

²² Grito de ordem que ecoava no Acampamento da Seca construído em 1996 pelos/as pequenos/as agricultores/as do Rio Grande do Sul na luta contra o endividamento dos/as camponeses/as, em especial, no período de seca.

agricultores/as insatisfeitos/as com a ausência de políticas públicas que lhes permitissem viver no campo com os seus direitos básicos garantidos. Segundo SILVA (2015, pp. 14 - 18), a forte redução de chuvas nos anos de 1995 e 1996 no Rio Grande do Sul, trouxe fortes consequências aos/as agricultores/as, especialmente aos/as pequenos/as, que além de produzirem comida vivem o altíssimo o índice do endividamento agrícola.

Figura 4 - Acampamento da Seca, MPA Rio Grande do Sul, 1996



Fonte: Arquivo Frei Sérgio Görger.

Como traz Görger (2008, p. 9), o ano de 1996 foi de muita discussão e reflexão sobre a situação e os rumos do sindicalismo rural e da agricultura familiar brasileira. A percepção foi de que, o que está se implantando no Brasil é um modelo de desenvolvimento econômico, onde não há mais lugar, nem subalterno, para a agricultura familiar. Viu-se também que o Movimento Sindical dos pequenos agricultores estava desarmado para enfrentar esta nova realidade. Percebeu-se ainda que não se trata de travar uma luta para incluir-se no modelo, mas uma luta sem tréguas contra o modelo. Neste modelo de desenvolvimento, nem com remendos, há lugar para o desenvolvimento da agricultura familiar.

No final do ano de 1995, o Estado do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina e Paraná experimentaram uma grande estiagem que provocou enormes prejuízos à agricultura, comprometendo a produção de milho e feijão e reduzindo a produção de soja e outros produtos. Com a crise instalada entre os pequenos produtores, a seca agravou a situação, provocando um clima de insatisfação entre os agricultores. Como o governo só acenou com

paliativos – doação de sementes para o replantio – e mais nada, o clima de revolta foi se avolumando e a pressão dos agricultores sobre seus sindicatos foi crescendo (GÖRGEN, 2008, p. 13).

Como traz Frei Sérgio, neste período, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais vinculados à Central Única dos Trabalhadores começaram a discutir uma mobilização para exigir do governo um Crédito de Manutenção Familiar e outras reivindicações emergenciais para avaliar a situação. Decidiu-se por realizar mobilizações de massa exigindo do governo:

- a) Crédito de Manutenção Familiar de R\$ 1.500,00 por família;
- b) Anistia das dívidas do custeio agrícola da safra 95/96;
- c) Liberação de milho-consumo dos estoques da Conab em sistema troca-troca para alimentação dos animais;
- d) Anistia das sementes cedidas em sistema troca-troca pelo Governo do Estado;
- e) Linha de crédito subsidiado para recuperar a capacidade produtiva da agricultura familiar (GÖRGEN, 2008, p. 13).

E assim a forma de luta decidida foi o acampamento permanente e formas de pressão constantes sobre o governo. A decisão inicial tomada no acampamento é de que se lutaria pelo crédito para quem estivesse se mobilizando (GÖRGEN, 2008, p. 14). O surgimento do MPA vem da rebeldia dos/as pequenos/as agricultores/as pela ausência da intervenção do Estado e da lacuna na organização social camponesa (Sindical). Estas lacunas resultaram num dos maiores movimentos espontâneos do Rio Grande do Sul, que foi o *Acampamento da Seca*²³, pelo qual passou mais de 30 mil pessoas. Ali ocorre o evento que marca emergência de um novo movimento camponês.

[...] nasce num contexto histórico de abertura da economia, de implantação do Neoliberalismo, de mercantilização absoluta dos alimentos e de ampliação extraordinária do controle das multinacionais sobre as cadeias produtivas. O primeiro grito do MPA no seu início de existência foi um grito que ecoou na sociedade e a sua mensagem era que existia no Brasil uma pequena agricultura ampla em números absolutos e ampla na participação da produção de alimentos, e que apesar de ter sido decretada sua extinção por algumas vezes isso não havia acontecido (MPA, 2012, p. 7).

Construir-se um *Movimento Social, de massa, autônomo, de caráter nacional e de luta permanente, dirigido pelo próprio campesinato* (MPA: Arquivo Interno), num contexto onde os homens e as mulheres da *roça*, já não se sentiam representados pela base sindical, tornou-se desafio para aqueles e aquelas que conseguiram canalizar as angústias e proposições

²³MPA uma alternativa de organização do campesinato brasileiro. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>.

resultando num processo de encontros que deu origem ao novo movimento social camponês intitulado Movimento dos Pequenos Agricultores (SILVA, 2015, p. 15).

Contemporaneamente, motivados, mais especificamente, pela “falta de representação política pelas organizações sindicais da época” outros grupos surgem em Rondônia, no Espírito Santo e Minas Gerais que por intermédio de algumas organizações, Movimentos e Pastorais Sociais de caráter nacional (CPT, MST, dentre outros), estabelece uma relação direta entre lideranças que estão à frente dos processos nos referidos Estados. O diálogo entre estes, permite a identificação de desafios comuns ao campesinato dos diferentes estados, construindo dali a realização do 1º Encontro Nacional, realizado entre 22 e 24 de maio de 2000 no município de Ronda Alta do Sul no RS, onde se define os seguintes desafios: 1) Afirmação do MPA como Movimento Nacional; 2) Consolidação da Criação do Movimento e 3) Avançar no NE através do deslocamento de militantes para região como prioritária para o próximo período (MPA: Arquivo Interno).

O Movimento afirma ali o seu desenho organizativo perpassando desde a organização da Base camponesa a partir dos Grupos de Base; Relação com a massa – pela comunicação e lutas; constituindo coordenações municipais, regionais, estaduais e nacional. Como traz Silva (2015, p. 16), tendo a partir das esferas estaduais e nacional um grupo mais reduzido deliberado pelas coordenações para assumirem o papel de Dirigentes Políticos, com a tarefa de subsidiar as coordenações, garantir a construção do planejamento e monitoramento permanente da sua execução. Também são constituídos “Coletivos” em torno de eixos temáticos considerados estratégicos pelo MPA (produção, formação, educação, auto sustentação, gênero e juventude, comunicação) com o papel de elaboradores e proponentes ao conjunto da organização, não sendo estas instâncias de tomada de decisão. Todas as instâncias e espaços do Movimento devem primar pelos critérios de gênero e de geração com uma dinâmica que garanta a rotatividade. Alguns dos elementos que orientaram a construção do MPA nacional.

A partir da perspectiva geográfica, podemos compreender que o MPA é um movimento socioterritorial [...], que tem a função de auxiliar na permanência do campesinato nos seus territórios evitando que sejam destruídos pelo capital. (FERNANDES, 2005), fazendo assim lutas concretas e provocando processos de consciência.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratar diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. [...]. No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são

predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território [...] (FERNANDES, 2005, p. 31).

O MPA, como traz Camacho (2015, p. 2), atua na tentativa de conscientizar as famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar. Construindo, então, o Plano Camponês que está assentado em dois pilares fundamentais: o primeiro é a garantia das condições para se viver no campo e o segundo são as condições para produzir no campo. Esta concepção traz a Agroecologia e a Soberania Alimentar inerentes ao desenvolvimento territorial rural como pontos fundamentais para reprodução do território camponês.

Considerando a diversidade camponesa no Brasil, o MPA busca extrair pontos comuns nas especificidades de cada modo de ser e de viver no campo, na relação familiar, nas relações de trabalho e na relação com a natureza. A partir de 1950, especialmente pelo destaque ao tema explicitado pelas Ligas Camponesas o campesinato no Brasil pode ser identificado como *um modo de ser, de viver e produzir* especificamente camponês. Na atualidade as relações socioeconômicas e culturais estabelecidas no Brasil, o campesinato e a burguesia brasileira vivem contradições inconciliáveis (SILVA, 2015, p. 3), por isto, o momento vem exigindo do campesinato um comportamento de classe, como nos sugere Horácio Martins,

Nesse contexto de contradições sociais irreversíveis a luta social do campesinato contra a burguesia faz com que o campesinato se comporte politicamente como classe social. Nesta perspectiva não haveria conciliação possível entre o modo de produção capitalista e o modo de produção e de viver camponês (CARVALHO, 2012, p. 4).

Após as Ligas Camponesas o MPA recoloca o debate do campesinato na cena política e reafirma o campesinato enquanto classe. É com base nesta perspectiva política que o MPA constitui-se na década de 1990, fruto das contradições existentes no campo e, em um curto espaço de tempo, afirma-se em um movimento camponês de caráter nacional, integrando-se à Via Campesina Brasil, Latino América/Coordenadoria de Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Internacional, presente em todos os continentes. Como resultado das análises, do amadurecimento político e diante de uma realidade vivida no país, sente-se a necessidade de contribuir com um projeto popular para o Brasil a partir da perspectiva camponesa e, este processo, de elaboração resulta na construção do Plano Camponês.

Estudar o/a pequeno/a agricultor/a, o/a ribeirinho/a, os fundos e os fechos e de pasto, colono/a, o/a extrativista, o/a indígena, o/a quilombola, a catadeira de coco babaçú, o/a vaqueiro/a, o/a lavrador/a, o/a camponês/a, a partir de sua realidade, torna-se necessidade reconhecida e assumida pelo MPA pela demanda real em compreender e articular a diversidade pela identidade cultural, pelas especificidades climáticas de bioma, pelos costumes, pela forma organizativa, elementos que requer por vezes pautas particulares em sua base social de norte a sul do país, com o desafio de garantir unidade nacional na pauta política e econômica liderada pelo Movimento a partir dos anos 2000.

Em seu segundo Encontro Nacional em 2003 na cidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, o MPA toma como desafio conhecer as diferentes concepções em torno do sujeito em processo de organização em sua base social – campesinato. As indagações próprias do movimento lhes remeteram a articulação nacional de mais de 100 (cem) intelectuais do Brasil e de outros países que igualmente compartilhava de perguntas semelhantes, resultando na construção de duas importantes obras, *O campesinato no século XXI*²⁴ e mais tarde a coleção *História social do campesinato no Brasil*²⁵. Os processos de lutas e estudo permitem ao MPA se posicionarem contraponto às teses do *Fim do Campesinato*²⁶ e *Metamorfose Camponesa*²⁷, afirmando o campesinato como sujeito presente, importante e necessário para o equilíbrio da relação homem e natureza e a garantia da produção de alimento saudáveis para as sociedades. A opção política feita pelo MPA naquele momento, aponta para o acerto na reflexão, o acerto nas perguntas elaboradas pelo movimento naquele contexto, conforme expressa Valter Israel da Silva, dirigente nacional,

No princípio tínhamos um lampejo do que queríamos, sabíamos que estávamos lutando por algo muito importante para nós, mas não tínhamos a noção da importância estratégica que teriam as nossas elaborações. Tenho a impressão que tínhamos claro quem era o nosso inimigo, contra quem lutávamos. Sabíamos que estávamos empobrecendo, que havia um modelo de agricultura que nos espoliava. Com os estudos fomos clareando cada vez mais quem era o inimigo, como ele age, que consequências isto traz, quais os seus pontos fortes, quais os pontos fracos, etc.

²⁴Sob coordenação do Professor, Agrônomo Horácio Martins de Carvalho.

²⁵A construção da obra foi coordenada pelo MPA, que resultou na relação construída com mais de 100 intelectuais resultando na organização de cinco livros com 9 tomos, e posteriormente o 10º livro intitulado *Mulheres Camponesas*.

²⁶Esta tese advoga que o desenvolvimento econômico e a competição capitalista levarão inevitavelmente à uma diferenciação do campesinato entre camponeses que vão se capitalizando e se tornam empresários capitalistas e camponeses que vão empobrecendo até se tornarem trabalhadores assalariados. É o fim do campesinato e a urbanização quase total da sociedade.

²⁷Esta tese defende que o camponês deve se metamorfosear, se transformar em um agricultor moderno, integrado à grande agroindústria e à cadeia produtiva do agronegócio ou ainda explorar nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo rural, assim o camponês se transforma em um profissional do campo complementar ao agronegócio. Nesta perspectiva haveria segundo alguns estudiosos lugar para 700 mil famílias no campo, portanto cerca de 3,3 milhões de estabelecimentos do campo deixariam de existir, mais de 7 milhões de famílias iriam buscar nas cidades sua forma de vida e sustento.

Também fomos entendendo melhor o nosso projeto para a agricultura e afirmando nossa identidade e cultura, nosso modo de ser de viver e de produzir, em contraponto ao modelo do agronegócio. Isto foi deixando mais claro o caráter estratégico do que estávamos elaborando (SILVA, 2013).

Os espaços paralelos organizados pelo MPA juntamente a sua militância, coordenações e parceiros sob forma de *seminários, palestras, cursos e escolas de formação* praticamente todos constituídos na informalidade em torno do tema Campesinato que subsidiaram a coordenação do movimento pela práxis vivenciada, cotidianamente, vivendo no campo e refletindo sobre ele que lhes permitiu compreender que,

“Camponês” e “campesinato” são palavras recentes no vocabulário brasileiro. Elas aqui chegaram pelo caminho da importação política, introduzidas pelas esquerdas, a partir da década de 50. “Camponês” e “latifundiário” são “palavras políticas”, introduzidas para explicitar a existência de duas classes sociais no campo e para “dar unidade às lutas camponesas. Não são, portanto, meras palavras. Estão “enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais (MARTINS, 1990, p. 21-3).

Ao passo que o MPA avança nas reflexões, algumas estratégias são definidas, dentre elas está a seleção das áreas (regiões) prioritárias para a construção do movimento, momento em que o Nordeste foi selecionado para tal. Esta região é construída com a influência de processos que demarcam a luta contra o aparelhamento do Estado Brasileiro sobre os/as camponeses/as, a rebeldia camponesa frente à tentativa de subalternização e construção de outras alternativas à tão conhecida indústria da seca que marca por décadas as relações subalternas do campesinato nordestino aos governantes, travando na contramão as lutas mais tarde projetado com maior vigor (para nós pelo Plano e Programa Camponês) para a construção de uma vida de qualidade no campo.

No 1º Encontro Nacional, realizado em maio de 2000 no município de Ronda Alta do Sul no RS que, o movimento traz dentre outros desafios, a necessidade de consolidar a criação do Movimento e, ao mesmo tempo, avançar no Nordeste através do deslocamento de militantes para região como área prioritária para os próximos períodos, considerando dentre outros elementos a expressiva quantidade de camponeses/as e a sua independência do agronegócio. Assim, vários/as militantes foram deslocados para contribuir com a construção do MPA, a exemplo do Rafael Negrete, Ivonildo, Flávio, Vandeir e Nilda, Odair, Valter Israel, Ivanira, Avacir, Raimundo, Sandro, Marinilda, Mandú e tantos/as outros/as dirigentes que no passado se dispuseram a dar corpo ao MPA no Nordeste.

O cenário encontrado é de um Nordeste onde o campesinato constitui-se pelas pequenas propriedades (minifúndios), com uma riqueza na diversidade identitária, embora, povos marginalizados das políticas públicas e, as políticas públicas que haviam, nenhuma

delas apontavam para a construção da autonomia das comunidades, ao contrário, sempre secundarizando sua participação mantendo-os/as refém de programas, fortalecendo a característica de povos que lutam pela sobrevivência.

A formação do Estado, neste sentido, fica marcada como espaço voltado para as grandes propriedades, produzindo e visando somente o mercado externo. São estes resquícios históricos, de forma geral, que ao chegar nesta grande região os/as dirigentes/as camponeses/as deslocados/as do MPA encontram. Partindo deste contexto, estes/as provocam, a partir do contexto, a ressignificação das pautas locais e provocando um outro tom político mais articulado à necessidade de viver dentro do território camponês²⁸, já que as conquistas pleiteadas não são individuais, mas sim passos que só de modo coletivo o campesinato seria capaz de dá-los construindo a superação da dependência econômica, política e social do Estado e das elites locais e, neste sentido, são travadas lutas desde a organização local das comunidades camponesas até a construção de um projeto próprio da classe camponesa, o Plano Camponês.

5.2 Construindo a gênese do MPA no Nordeste

Alagoas foi um dos primeiros estados da região a iniciar a construção do MPA. O início das discussões para organização do MPA no estado deu-se a partir do segundo semestre de 2001 com apresentação do movimento nas comunidades e levantamento das prioridades. As primeiras atividades mais consistentes foram a partir de março de 2002 ano que se realiza o primeiro Encontro de Articulação e Planejamento para o início da organização dos Grupos de Base²⁹ no estado e, em seguida, foi formado o primeiro Grupo de Base no Sítio Monte Alegre, município de Palmeira dos Índios com 14 (quatorze) famílias. As pautas centrais, naquele momento, foram a renegociação das dívidas, resgate das sementes e a produção, habitação, água, energia, educação de jovens e adultos e a assistência técnica. Hoje, mesmo com a conquista, por exemplo, da agroindústria de beneficiamento de frutas e a fundação da cooperativa no Estado, soma-se às pautas do passado a atual necessidade de estruturar a comercialização da produção camponesa. Traz a militante VL que:

²⁸O território camponês pode ser entendido como espaço onde as comunidades camponesas estabelecem suas relações sociais, com a natureza, afetivas, culturais, econômicas e etc., assim como aqui desenvolvem suas práticas produtivas e reprodutivas para manutenção da vida familiar e coletiva.

²⁹Grupos de base são grupos de famílias camponesas que por afinidade política e ideológica e por ter pautas semelhantes ao MPA, se vinculam ao Movimento e constroem com este uma identidade política de pertença e a partir dele se organizam. A Base do MPA são as famílias camponesas.

Contamos no início com a ajuda de militantes de outros estados. Nilda e Vandeir de Rondônia. Frei Flavio Pacheco do Rio Grande de Sul e Odair de Rondônia, Avacir do Rio Grande do Sul, Raimundo de Rondônia e Sandro do Rio Grande do Sul. As primeiras lideranças do Estado: Hélio, Antônio Reginaldo (Nino), Vera, Manoel Ferreira (Nezinho), Adão, Cicero Pinheiro, Francisco Eufrásio, Durval, Janiclécia, Simone e Mary Hellen. Ainda continua: Vera, Nino e Adão. Começamos o MPA por Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas e Craíbas dos Nunes. (Entrevista com VL).

Dentro da perspectiva da articulação da diversidade camponesa o MPA de Alagoas tem dentro de sua base uma relação orgânica com a aldeia indígena Xukuru Kariri localizada na Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios e com a comunidade Quilombola Serra das Viúvas localizada em Água Branca.

Já no Ceará o MPA começou a se organizar a partir do ano de 2001 após uma reunião com famílias camponesas de várias comunidades do perímetro Irrigado Icó – Lima Campos no Município de Icó construído sob o modelo do Departamento Nacional de Combate a Seca (DNOCS), contribuindo diretamente no trabalho inicial do MPA os/as camponeses/as do Estado, o senhor Zé Santana, Manoel Rodrigues, Antônio do Gado, Joseleide, Paula Rosângela. Além da pauta da renegociação das dívidas que é geral em todos os Estados do Nordeste, havia também a necessidade de reestruturação do perímetro irrigado em Icó como centralidade. Neste sentido, uma das principais conquistas relatada é a volta da produção dentro do perímetro irrigado de 30%. No Estado o MPA começou sua caminhada pela Região Centro Sul/Vale do Salgado no município de Icó, em seguida para Ipaumirim, Iguatu e Canindé no Sertão Central, estabelecendo base e relações com várias diversidades camponesas que vão desde os/as camponeses/as irrigantes até algumas comunidades ribeirinhas, vazanteiros de rios e açudes.

Na Paraíba o movimento tem uma forte atuação na educação organizando-se a partir dela, inclusive, onde, inclusive, seus militantes e dirigentes são educadores/as articulados/as, a partir das comunidades camponesas e turmas escolares municipais. Trabalha-se com as famílias camponesas, a partir das turmas de educação. Hoje o MPA organiza-se, a partir dos municípios de Areia, Remígio, Alagoa Grande, Bananeiras, Massaranduba, Pilões, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova, Matinhas e estamos iniciando agora em 2016 nos municípios de Araçaji, Dona Inês e Solânea, agregando-se estes municípios em 03 (três) regionais: Brejo, Semiárido e Curimataú. A partir desta forma de fazer movimento, o MPA Paraíba tem relações com diversas comunidades camponesas, a exemplo da comunidade Quilombolas Caiana dos Crioulos no Município de Alagoa Grande.

O MPA surge em Pernambuco no final de 2001. A primeira reunião foi com lideranças do MST, onde foi traçado um planejamento para vinda de militantes para construção do movimento em outros municípios do Estado e, já nesse primeiro momento, foi consolidada a Secretaria Regional Nordeste na cidade de Caruaru – PE, para facilitar a interlocução com os demais municípios. Como não se conhecia o MPA vieram companheiros/as de outras regiões para contribuir nesse processo que foram o casal: Marinilda, Mandú, Vandeir Pereira e o pequeno Raul, ambos de Rondônia, e outras figuras foram se inserindo nesse processo inicial, a Maria José, o Custódio Tavares, Gilberto Silva, Clerilson, Radmaque, [...], Francisca Ana, José Bezerra (In memoria). A pauta inicial foi a questão da renegociação das dívidas, que afetava todos os pequenos/as agricultores/as da Região Nordeste, e claro provocando a organização das comunidades para a objetividade desejada. O Movimento iniciou-se pelos municípios da região Agreste de PE, Caruaru, com a continuidade das articulações se expandiu para outros municípios do sertão (Salgueiro, Ouricuri, Petrolina, Mirandiba) e hoje se organiza em vários municípios que compõem 03 regionais que são: Araripe, Sertão Central e Sertão do São Francisco. Na relação com as diversidades do campesinato, em Pernambuco, o MPA tem relação com 02 (duas) comunidades quilombolas, e que inclusive é base do Movimento que é Conceição das Crioulas em Salgueiro e Pau de Leite em Mirandiba, já relação com os indígenas tem-se com os Atikum no Estado.

Já as pautas atuais centram-se na construção do Plano Camponês e do Programa Camponês de forma ampla e, em específico, a Habitação, Infraestrutura hídrica, pequenas agroindústrias, assistência técnica, programa de recuperação de solo, beneficiamento da produção camponesa, educação contextualizada, como pautas políticas que dialogam com a pauta das comunidades.

No Rio Grande do Norte o MPA chega um pouco depois, mais precisamente, em 2005 e as primeiras atividades foram reuniões nas comunidades, apresentando o Movimento e provocando os/as camponeses/as a organizarem-se. A princípio nenhuma pauta específica era apresentada, mas ficava evidente que isso seria resultado de uma construção coletiva a partir da organização e formação da consciência das comunidades. Como traz o militante CF, as visitas nas comunidades foram *o que possibilitou a construção de 13 (treze) Grupos de Base nos 4 (quatro) primeiros meses de atuação. A atividade mais contundente enquanto MPA, já deliberada na coordenação municipal, foi o período de lutas, uma marcha na cidade e a ocupação da Câmara Municipal de Apodi-RN*. Três foram as primeiras lideranças: Cizinho, Gutemberg e Ceição. A primeira pauta surgiu em um dos grupos de base e ganhou corpo nos demais e se trata da pauta de transposição das águas da Barragem de Santa Cruz para o Vale,

onde encontra-se até hoje grande parte das comunidades camponesas, afim de com isso também perenizar o rio, e usar dessas águas para a irrigação do Vale, que aliás, poderia ser feita por gravidade. Como traz CF:

Esta pauta mobilizou muito na época, ocupamos a prefeitura com mais de 300 pessoas, sem nenhum gasto para o MPA, os grupos de base pagaram todas as despesas e ainda sobrou uma grana para a secretaria. Na época fazíamos uma análise de que se aquela água não fosse usada para o vale, certamente o agronegócio iria muito em breve querer usar para irrigar a chapada do Apodi, onde já estava se instalando algumas empresas. Infelizmente estávamos certos em nossa análise e uns 5 anos depois, isso tornou-se um dos grandes embates no município (Entrevista CF).

No Estado de Sergipe o Movimento surgiu em outubro de 2000 e a primeira atividade foi um encontro com lideranças comunitárias. Neste processo de chegada do movimento as primeiras lideranças foram os presidentes de associações, alguns líderes comunitários e STTRs da região do Alto Sertão. As pautas circulavam ao redor da negociação de dívidas dos/as pequenos/as agricultores/as (pauta geral e regional), Pronaf /Novos créditos, Habitação, Educação, contra os Transgênicos e a Alca. Territorialmente, inicia-se o MPA a partir da região do Alto Sertão nos municípios de Monte Alegre, Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória. Atualmente, tem-se uma diversidade de camponeses/as que se organizam no MPA, a exemplo da Comunidade Ribeirinha de Bom Sucesso e Poço Redondo, a Comunidade Quilombola de Serra da Guia e Mucambo em Poço Redondo e o povo Indígena de Ilha de São Pedro em Porto da Folha. Além disto, o MPA de Sergipe tem várias ações no âmbito da cultura popular que tem articulado vários/as jovens camponeses/as.

No Estado do Piauí, em fevereiro de 2001, no Centro de Treinamento Diocesano (CTD), em Picos – PI, aconteceu a primeira reunião com cerca de 40 (quarenta) lideranças de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT), Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), Partido dos Trabalhadores (PT), Movimento de Educação de Base (MEB) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde na oportunidade, foi feito uma apresentação do movimento, e um planejamento de visitas a vários municípios da região de Picos, Valença do Piauí e Paulistana. Esta reunião, contou com a presença e coordenação do companheiro Vandeir de Rondônia, que na época acompanhava a região Nordeste pelo MPA, juntamente, com a sua companheira Nilda. Como traz o dirigente AF, *“logo no primeiro momento em 2001, iniciaram o trabalho de organização do movimento no estado, com as seguintes lideranças: Luíz Balbino, Edminson, Miúdo, Matias, Iones (Já falecida), Afonso, Maricelma, Branco, Chico Zezinho, Antonio*

Venâncio, Santinha (Já Falecida), Jonas e Izidório. Sendo que, logo em seguida, a partir da primeira mobilização que fizemos no estado, onde ocupou-se a agência do Banco do Nordeste em Picos, em março de 2001, e até 2002, surgiram várias outras lideranças entre elas: Dona Isabel, Amilton, Laudelino, seu Assis, Mônica, Chico Firau (já falecido), Zé Eduardo, Chiquinho de Eduardo, Marcos Roberto, Neinha, Aldo, Maria Kazé, Cimar, Tontonho, Marcelino, dentre outras”. Destas lideranças, continuam no movimento até hoje, as seguintes pessoas: Afonso, “Chico Zezinho”, Antonio Venâncio, Dona Isabel, Amilton, Neinha e Maria Kazé. Como traz AF:

Tínhamos vários pontos, porém o maior destaque (Pauta mobilizadora) era a renegociação das dívidas (uma vez que o problema do endividamento agrícola era gravíssimo), acesso ao crédito e reivindicação por cestas básicas junto à CONAB, já que enfrentávamos um período de estiagem e as pessoas estavam passando por muitas dificuldades financeiras, chegando a faltar alimentos. Vale ressaltar, que com relação ao crédito, chegamos a acumular 1500 propostas na Secretaria Estadual, o que gerou num primeiro momento um inchaço do movimento, e como não conseguimos contratar junto ao banco, gerou depois um esvaziamento do movimento no estado (Entrevista AF).

Começamos pelos municípios de Picos (na região onde atualmente é o município de Aroeiras do Itaim), Itainópolis, Geminiano, Jaicós, Santo Antônio de Lisboa, Francisco Santos, Valença do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Vila Nova do Piauí, Paulistana, Acauã e Queimada Nova. Dentre várias comunidades camponesas, tem-se no estado uma relação bastante próxima com 11 (onze) comunidades quilombolas, sendo elas: Tapuio e Sumidouro no município de Queimada Nova, Comunidade Quilombola São Martins, Quilombola Contente e Quilombola Barro Vermelho no município de Paulistana, Comunidade Quilombola Belo Monte dos Cupiras em Simões, Comunidade Quilombola Saco da Várzea em São José do Piauí, Comunidade Quilombola Custaneira e Quilombola Tronco no município de Paquetá do Piauí, Comunidade Quilombola Paquetá e Quilombola Potes no município de São João da Varjota. Com relação a comunidades indígenas, tem-se relação apenas com 1(uma), que está se reconhecendo agora, visto o grave processo de destruição dos índios no Piauí. Trata-se do povo indígena localizado na Comunidade Serra Grande, município de Queimada Nova – PI. Atualmente, mesmo com várias pautas reivindicatórias, há várias conquistas concretas, mas um dos grandes desafios é contribuir na construção do Plano Camponês a partir do instrumento tático do Programa Camponês. Com relação ao Programa Camponês, assim como outros estados do Nordeste, o MPA no Piauí vem construindo numa discussão conjunta com o MST e Governo do Estado para implementar o Programa a partir de alguns eixos que a conjuntura local provoca.

Já a chegada do MPA na Bahia, deu-se pela necessidade dos/as pequenos/as agricultores/as se auto organizarem e, também, pelo grande contingente de famílias camponesas que deixavam o campo rumo aos grandes centros urbanos, por assim serem privados dos direitos básicos para manutenção e reprodução da família camponesa. A organização do MPA dar-se num contexto onde o avanço das monoculturas expulsa muitos camponeses/as de suas terras e o não acesso as políticas públicas é algo real no campo baiano. A construção do MPA no Estado da Bahia é fruto de longo processo histórico, onde os/as camponeses/as passaram por muitas decepções pelas organizações até então existentes. Com a crise no sindicalismo rural os/as camponeses/as não viam alternativas ao modelo sindical para se organizarem. Assim, no início dos anos de 1998 e 1999 na região sudoeste do estado da Bahia, militantes da CPT e CEAS, após trabalhos desenvolvidos em alguns municípios em muitas comunidades camponesas perceberam os graves problemas que os/as camponeses/as viviam na região. Havia um convencimento geral, pelo contexto das comunidades, da necessidade da construção de um movimento que pudesse ter forças suficientes para aglutinar os/as camponeses/as que estavam desiludidos com movimentos sindicais por não atenderem os anseios de luta dos/as trabalhadores/as naquele momento, assim como os/as próprios/as camponeses/as avaliavam que era necessário um movimento que pudesse ser a força motriz da luta camponesa na região, como traz Piccoli.

Os pontos mais levantados pelos técnicos era a necessidade de um movimento que viesse dar forças para o fortalecimento da agricultura familiar na região, muitos camponeses já endividados, outros com anseio à ter acesso ao programas de crédito para agricultura familiar, a falta de uma assistência técnica voltada para a realidade dos camponeses e cansados com métodos usados pelos técnicos ligados a EMATER, essas reivindicações foram um dos fatores mobilizadores e que os camponeses se organizaram no início das discussões do movimento dos Pequenos Agricultores lutaram para ter acesso (PICCOLI, 2010, p. 7).

Tendo a consciência da necessidade de se formar um movimento forte e de luta na Bahia, tanto os/as técnicos/as ligados aos/as camponeses/as como eles/as mesmos/as, tinham a consciência que teria que ser um movimento não a nível regional e sim que pudesse ter linhas e ações a nível nacional. Isso já era consenso de todas as lideranças ligadas ao trabalho de base como das comunidades rurais envolvidas na época. Assim, traz Piccoli (2010), que informados da experiência dos acontecimentos ligados ao MPA no Sul do país, estas mesmas lideranças convencidas da importância da construção de um movimento de luta que pudesse ter as forças necessárias para mexer nas estruturas da agricultura e construir um plano para fortalecimento da agricultura familiar no país e no estado articula-se com os/as companheiros/as que vinham construir o MPA na Bahia.

Assim, após discussão feita com os/as camponeses/as em encontros e seminários regionais municipais da existência do MPA em alguns estados do país então a decisão foi engrossar as fileiras desse movimento que surgia como protagonista da luta dos Pequenos Agricultores no Brasil. Essa articulação sempre teve a preocupação que esse movimento não poderia se estruturar como um sindicato, pois assim poderia cometer os mesmos erros do sindicalismo rural, caindo assim no burocratismo sindical e a intenção era realmente que esse movimento fosse um grande movimento de luta no estado, por isso que teria que se fortalecer nas comunidades através dos grupos de famílias e das associações, para assim poder estruturar-se como um movimento no qual as definições eram a nível nacional.

A necessidade da organização do MPA na Bahia tinha como objetivo a consolidação política dos/as trabalhadores/as rurais como segmento classista para assim construir os pilares para a uma nova proposta para agricultura brasileira. No estado da Bahia o movimento teria um papel fundamental na luta dos/as camponeses/as, pois o Estado nunca deu prioridade a pequena agricultura, onde os interesses sempre estiveram ligados ao poder dos coronéis, ou seja, ao latifúndio. Com o anseio dos/as camponeses/as pela organização do MPA, foram muitos encontros municipais, regionais e locais entre 1999 e 2000, discutindo a construção do movimento. Quando em março de 2001 realizou se um encontro com aproximadamente 1000 (mil) camponeses/as presentes para o lançamento oficial da organização no estado (sudoeste), elegendo a primeira direção regional do movimento sendo realizada primeira mobilização feita em nome dessa organização, aproveitando o momento e entregando uma pauta de reivindicação ao Banco do Nordeste, marcando assim o início do movimento no estado. O MPA surge a partir da região sudoeste da Bahia e se expande para outras regiões e municípios. Como traz LE:

Começamos grande, envolvendo praticamente todos os municípios das Dioceses de Vitória da Conquista e Capim Grosso. Na região norte, no mês de novembro de 2001 acontece a Assembleia Diocesana após três atividades nos zonais (Jacobina, Cansanção e Bonfim) reunindo lideranças camponesas de cerca de 22 municípios. O tema principal era construir um instrumento que unificasse as comunidades em torno de lutas comuns, superando a fragmentação da luta camponesa muito forte pelas Associações. Neste encontro se apresenta o MPA e logo se define pela construção do movimento naquela região. Fevereiro de 2002, lideranças do norte participam da mobilização em Vitória da Conquista. Aí muitas lideranças do MPA Bahia se colocam a exemplo de Diacísio Ribeiro da Rocha (Anagé); Rafael Negrete (deslocado do Rio Grande do Sul); Maria Aguiar (Vitória da Conquista), Elenita; Adenilson, Beto, Leomárcio, Anderson, etc. (Entrevista LE).

A política de expansão do movimento não se deu como algo planejado pela coordenação do movimento e sim como algo aleatório até então feita, na verdade por falta de organizações específicas que tivesse em seu plano de luta o fortalecimento da agricultura

familiar no estado. As articulações promovidas entre os anos de 1999 a 2002 do movimento no sudoeste do estado e demais regiões através da CPT, fez perceber que na região norte do estado, acontecia problemas hora identificados no sudoeste que era o modelo sindical sem dar resposta aos/as agricultores/as e as associações sem força política para desenvolver a luta em favor da agricultura familiar na região. Porém havia uma articulação na região norte pelas associações de municípios em todo de Senhor de Bonfim, Jacobina e Cansanção articulando uma coordenação regional da agricultura familiar.

Várias entidades contribuíram para a articulação do MPA nas regiões norte e sudoeste e vale a pena destacar a referência do Padre Luiz Tonetto, Izaltiene, Climério, Daniel Piccoli dentre outros/as. Com uma grande base camponesa na Bahia e marcada pela intensa presença negra e quilombola no Estado, hoje, o MPA organiza-se a partir de 07 regionais conhecidas pelos nomes de Regional Zé Novais, Regional Lindaura, Regional Umbuzeiro (na região sudoeste), Regional Padre José, Regional Zumbi, Regional Mandacaru (na região centro norte) e, em processo de construção recente, a Regional Recôncavo. Como traz militante MA:

Olhando para as conquistas, no campo “imaterial” a formação da consciência e um mínimo de organicidade de boa parte da população camponesa que trabalhamos. No campo “material” Construção de moradias camponesas, entrepostos de mel, Assentamento Terra Nossa, Tratores etc. Ou seja, conquistas de algumas políticas públicas sociais de direito dos/as camponeses e camponesas. Hoje um dos pontos fortes é a articulação política, mobilização do povo para luta, participação das mulheres e juventude nas instância o movimento, organização da produção dentre outros. E como principal desafio destacaria a massificação do trabalho de base, que se pressupõe ter mais militantes com condições financeiras e formativa para realização do trabalho e na construção do Plano Camponês implica para além do financeiro uma dimensão do que isso significa nas comunidades numa visão ampla entendendo seu sistema e seu objetivo estratégico político na continuidade do campesinato do estado e brasileiro (Entrevista com MA).

Na atual conjuntura política, o Movimento, passa não só a fazer lutas por mudanças na política agrícola como no passado de criação nacional ou estadual, mas sim ser um movimento que junto às demais organizações e movimentos sociais populares buscam por transformações profundas na sociedade. Neste sentido, o MPA ganha assim um caráter político, buscando através da sua formação política ideológica, a construção de um Movimento de quadros e com um projeto político estratégico (Plano Camponês) para o Brasil, em especial, na conjuntura atual de Golpe e massacre aos direitos historicamente conquistados em processos de intensas lutas.

Ao final, o MPA Nordeste, como espaço de articulação do MPA a partir dos Estados, surge para um alinhamento político do MPA na grande região como demanda dos/as dirigentes e militantes camponeses na intencionalidade de unificar as ações, lutas e

deliberações nacionais de um lado, mas, também, por outro lado, tem sido uma forma de articular, formar e fortalecer as ações e os/as militantes dentro da região, a partir do contexto aqui vivido. O MPA Nordeste não é uma instância, mas sim um espaço político criado pelas necessidades construídas a partir do perfil do MPA nesta grande região.

A caminhada do MPA trouxe inúmeras conquistas aos/as camponeses/as que o fizeram ao longo do processo superar processos de opressão e dominação que vão desde a concentração da terra até a ausência de políticas públicas. No Nordeste a superação é intensamente sentida quando agregamos a estes elementos à questão do acesso à água e educação, tão tradicionalmente privatizados pelas elites locais, do qual em disputa e lutas coletivas se constrói uma caminhada de superações e vitórias táticas, nos últimos anos, agora, articulados enquanto MPA Nordeste para provocar processos permanentes de ruptura do modelo hegemônico imposto.

Dentro do MPA Nordeste o movimento tem contribuído para a auto-organização do campesinato a partir das lutas concretas, considerando a diversidade camponesa que aqui se recria fortemente na região.

5.3 Alguns destaques ao MPA na Região Nordeste

Sem a pretensão de abarcar a totalidade das conquistas, é oportuno destacar algumas delas já que o MPA alcançou ao longo dos seus 20 (vinte) anos de história muitas conquistas e/ou vitórias para e com os/as agricultores/as da Região Nordeste, o que nos permitirá perceber o quão significativo tem sido este movimento, embora não só, mas especialmente para a mulher e homem que vive na roça. Desde as diversas Leis, Medidas Provisórias (MP), Decretos e etc que permitiram a renegociação das dívidas chegando a anistia de algumas delas. Conquistas que para além de garantir que a família continuasse a viver no campo em situação de adimplência junto as fontes financiadoras, lhe possibilitando reabilitar sua relação econômica a partir do campo e inclusive evitando tragédias como perda ou abandono de terras ou em alguns casos o próprio suicídio como se comprova ao longo da história.

Foi pelo MPA a iniciativa da reinvenção da Política do Crédito Agrícola marcada pela criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), resultado de muitas ações de rua desde o nascedouro do movimento na região Sul do país. Também teve forte incidência do MPA na construção de Políticas Públicas relevantes para o campesinato, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de

Alimentos e mais tarde o PAA Sementes, a garantia da construção de Sistemas de Abastecimento de Água para o consumo humano.

Também foi fundamental a participação do MPA na construção e execução do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), beneficiando diretamente cerca de 1000 (mil) famílias na região Nordeste, nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Destaca-se também a construção do Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com forte incidência social, pela metodologia participativa que foi adotada, e oportunamente o MPA sente-se parte integrante desta construção.

Outro passo importante dado pelo movimento, foi o debate estabelecido ao longo da sua história acerca da produção de alimento saudável, pela construção de uma verdadeira Soberania Alimentar e por consequência seja eliminado o uso de agrotóxicos, veneno na produção de alimentos. Ressaltando que atualmente o Brasil é considerado o tri campeão no uso de agrotóxicos, com um consumo médio de 7,2 litros de agrotóxicos por pessoa/ano (apontar fonte – site da campanha). Neste contexto o MPA constrói a Campanha e lança em seu 3º (terceiro) Encontro Nacional do MPA realizado em abril de 2010 na cidade de Vitória da Conquista, Ba, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Que depois espalha pelo território nacional e internacional.

Politicamente, o MPA considera a retomada do tema camponês e a sua conceituação como Classe Camponesa, fundamentado nos elementos outrora citados, como uma das conquistas mais importantes da história do movimento. Tendo clareza que após as Ligas Camponesas é o MPA que recoloca na cena política o tema do camponês. O embasamento teórico adquirido em articulação com a vivência camponesa possibilitou o MPA realizar seu congresso nacional com expressiva participação do nordeste intitulado *Plano Camponês* com a perspectiva de dialogar com a cidade, daí vem o grito de ordem do 1º Congresso Nacional do MPA, Plano Camponês: aliança camponesa e operária por soberania alimentar! E mais, recentemente, na perspectiva da produção de alimentos para a sociedade brasileira construímos o Programa Camponês, como instrumento tático e parte do Plano Camponês.

5.4 MPA e a construção do Programa Camponês e Plano Camponês: caminhos táticos e estratégicos

Inicialmente é importante demarcar o lugar do Plano Camponês como um projeto político estratégico em construção e que é a contribuição do MPA ao projeto popular,

enquanto que o Programa Camponês é o caminho tático para a materialização do Plano Camponês.

O Plano Camponês surge deste amadurecimento político vivido pela trajetória do MPA Nacional e dos acúmulos oferecidos pelos 19 (dezenove) Estados onde o movimento tem atuação e tem como centralidade política organizar e resgatar os saberes populares camponeses e suas formas históricas de se organizar, de cuidar da saúde, fazer lutas e produzir alimentos. Assim como tem o desafio de ressignificar as formas de educar jovens, mulheres e homens a partir da realidade vivida repolitizada dentro do campo brasileiro.

Como traz Costa (2014, p. 94), a partir de 2003 diante da necessidade de construção de um projeto popular para o campo [...], é que inicia a construção de um ideário no MPA Brasil, em esboçar um projeto para o campesinato e pelo campesinato brasileiro, partindo da necessidade histórica demonstrada pelos próprios camponeses e representada pelas inúmeras lutas políticas e sociais ocorridas desde o Brasil colônia. Animados e motivados pela crescente reação da sociedade que reivindicava outro padrão alimentar. Partindo ainda da necessidade de organização de um referencial teórico de incontáveis contribuições existentes e a serem elaboradas sobre o campesinato, seu papel na história e as possibilidades que este apresenta para uma concepção de campo e de sociedade no Brasil e no mundo, que rompa com os imperativos do capitalismo.

Inicialmente, podemos diferenciar o Plano Camponês e Programa Camponês em alguns aspectos. O Plano Camponês é compreendido como um projeto estratégico impulsionado pelo campesinato organizado, mas pelo seu alcance e repercussão em pelo menos 04 (quatro) elementos fundamentais da crise estrutural e do estágio atual de desenvolvimento do capitalismo este torna-se um projeto político de interesse da sociedade, compondo assim a construção do Projeto Popular para o Brasil, como trazem Krauser, Silva e Alves (2016, p. 1). Já o Programa Camponês vem de uma experiência concreta construída pelo MPA e outros movimentos no Rio Grande do Sul, durante o governo Tarso Genro e, a partir daí o MPA em nível nacional e demais estados tenta-se construir a partir de cada contexto.

Projeto original é o “Plano Camponês de Desenvolvimento”. Esse Projeto surgiu após um longo debate em Brasília, feito entre integrantes do MPA e estudiosos do tema que foi realizada entre 2004 e 2006. Desembocou num estudo sobre o campesinato no Brasil e um plano propositivo para o desenvolvimento territorial rural (um dos pontos principais para esse desenvolvimento era a Organização de Produção desvinculada da lógica do agronegócio). (CAMACHO, CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 23).

Olhando para o Plano Camponês, Carvalho (2012) coloca que este configura-se como projeto estratégico para o campesinato.

A denominação “Plano Camponês” foi uma consequência dos estudos e proposições táticas e estratégicas que estavam sendo elaboradas naquela época a partir das iniciativas do MPA. Foi, ademais, a preocupação em se conhecer mais aprofundadamente os camponeses [...] aliada ao esforço de se definir estratégias de ação de médio e longo prazo, assim como cenários desejados a serem alcançados pela melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos camponeses, que propiciou o uso dessa designação para o conjunto articulado de objetivos e diretrizes de ação que apoiasse e contribuísse para organizar as iniciativas populares dos camponeses na sua complexa diversidade. Poderia afirmar que o “Plano Camponês” nasce com a preocupação de se tornar um projeto estratégico para o campesinato (CARVALHO, 2012).

O Plano Camponês está alicerçado em alguns conceitos (compreensão sobre o campesinato, os sistemas camponeses de produção e a alimergia) e elementos estruturantes (que é a estrutura de serviços organizada para dar suporte aos sistemas camponeses de produção) que são centrais para a compreensão e aplicação deste plano. Aliado a isto, como parte da reflexão deste plano, tem-se a agroecologia e a soberania (alimentar e hídrica) como parte deste processo. Este Plano, em construção, visa abranger toda as dimensões da vida camponesa, mas neste momento atual está estruturado a partir dos seguintes eixos: Produção, Educação e Formação, Vida de Qualidade, Comunidade camponesa, Soberanias e contradições a serem enfrentadas.

Quanto à questão da produção de alimentos, o Plano Camponês tem a contribuição de nos permitir passar por ter uma produção diversificada, em quantidades, saudável e com um conjunto de arranjos de produção e comercialização, técnicas apropriadas, assim como, é necessário ter uma educação a partir da realidade que vai desde o ensino básico até a universidade, espaços de formação, ter vida de qualidade com saúde, moradia, espaço de lazer e cultura, estruturas comunitárias, Soberania em diversos aspectos, enfim, ter as condições de viver bem no campo, com qualidade de vida para os seres humanos e a natureza, e qualidade de vida também para os trabalhadores que estão na cidade (SOUZA, 2015, p. 107).

Como eixos do Plano Camponês temos: *Produção, Educação e Formação, Vida de Qualidade, Comunidade Camponesa e Soberanias* (Alimentar, Energética, Hídrica, Genética e, mais recentemente, Territorial e do Saber).

No *Eixo Produção* no sentido prático combinam-se dois elementos centrais: os Sistemas Camponeses de Produção e as Agroindústrias. Quando falamos nos Sistemas Camponeses de Produção, estamos nos referindo a todos os elementos que precisamos desenvolver e fortalecer em relação a produção, desde a produção de sementes, de

oleaginosas, leite, de alimentos em geral, até as agroflorestas e a adubação verde e orgânica (MPA: Arquivo Interno, 2012).

Já as agroindústrias se relacionam com os produtos fabricados a partir dessa produção, que precisam de algum tipo de processamento para serem comercializados, como o leite e seus derivados, o mel, o café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados. Nós queremos uma produção saudável, limpa, e meios de comercialização diretos com o consumidor, garantindo preço justo para quem vende, e para quem compra. O desafio da produção é: “Produção de alimentos saudáveis, com respeito a natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato” (MPA: Arquivo Interno, 2011). Esta pequena frase expressa três dimensões da produção camponesa:

a) Produzir alimentos saudáveis: Garantir a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos, transgênicos e outros produtos químicos, valorizando as plantas e criações nativas da região, tendo como base científica a agroecologia e como horizonte a produção de alimentos para a vida, e não mercadorias para o lucro;

b) Respeito a natureza: É da lógica da atividade camponesa uma relação de respeito ao meio ambiente, preservação da biodiversidade, equilíbrio ambiental, etc. Essa lógica deve ser reforçada, resgatada e estimulada, superando assim a divisão estabelecida pela agricultura convencional entre área de produção e área de preservação;

c) Alimentar o povo trabalhador: O objetivo central da agricultura camponesa é a produção de alimentos para atender as necessidades de suas famílias e da classe trabalhadora. Seu foco não está no lucro, portanto não está na exportação e sim na mesa do povo trabalhador (MPA: Arquivo Interno, 2012).

Assim, como traz o MPA (2012), para dar conta desse conjunto, a base da produção deve ser os sistemas camponeses de produção, altamente diversificados e que integram cultivos com criações, agricultura e meio ambiente. Uma forma de produção onde não há resíduo, pois, todos os subprodutos são utilizados na produção. Para viabilizar este sistema de produção é necessário um conjunto de políticas públicas estruturantes, ou seja, necessita-se uma ação decisiva do Estado brasileiro. As Políticas de apoio a produção passam pelo crédito desbancarizado, compras institucionais, incentivos aos circuitos curtos de produção e consumo, seguro agrícola, Assistência Técnica, programa de agroindústrias descentralizadas, sistema sanitário específico, apoio ao cooperativismo, entre outras. Nesta análise, a reforma agrária tem papel central, por um lado resolvendo os problemas sociais decorrentes da concentração fundiária, por outro lado aumentando a produção de alimentos saudáveis para a população brasileira.

No Eixo Educação e Formação a proposta do Plano camponês para a educação envolve desde a básica, infantil, até a educação universitária, e também a educação informal. Como traz o MPA (Arquivo Interno, 2012), o Plano Camponês propõe que as escolas sejam locais, e os conteúdos estejam de acordo com o contexto de cada comunidade, e das necessidades camponesas. Já a universidade deve discutir também a realidade camponesa. O ensino universitário deve estar acessível aos trabalhadores do campo, e pensar um conhecimento que esteja voltado para a agricultura camponesa, e não para o agronegócio, como acontece atualmente (MPA: Arquivo Interno, 2012).

No Plano Camponês a educação informal também é valorizada, pois é a partir do trabalho cotidiano, da interação com o campo e com outros camponeses, que aprendemos novos saberes sobre a nossa prática. Por isso é importante que aconteçam as reuniões de grupo, debates, dias de campo, encontros, oficinas e outras atividades para compartilhar todo esse conhecimento produzido fora da “sala de aula”, que é o resgate do conhecimento popular (MPA: Arquivo Interno, 2012).

No Eixo Vida de Qualidade Para ter vida de qualidade o/a camponês/a precisam de moradia, cultura, esporte, lazer e saúde popular. A casa do/a camponês/a não é apenas um abrigo, é um lugar para morar e demorar. Onde temos nosso pomar, onde desfrutamos o prazer de sentarmos à sombra de uma árvore no quintal, apreciamos as flores do jardim, preservamos o meio ambiente, vivemos em família e em comunidade. Por isso, ter uma boa moradia camponesa é tão importante! (MPA: Arquivo Interno, 2012).

O esporte deve estar presente, por isso o plano camponês também salienta a importância da destinação de espaços para a prática esportiva, como campos de futebol, quadras de vôlei, campos de bochas etc. O esporte é uma importante atividade de interação, mas que não substitui as festas, bailes, torneios e encontros das famílias camponesas. Todas essas coisas, aliadas a uma agenda cultural com teatro, música, atividades de partilha, mutirões etc., vão garantir a qualidade de vida camponesa pela qual tanto lutamos. A vida de qualidade depende também do acesso pelas famílias camponesas aos bens e serviços públicos como a saúde, previdência, estradas, comunicação (telefone e internet), energia, educação, entre outros, que atualmente na maioria do interior do Brasil são “oferecidos” somente nas cidades (MPA: Arquivo Interno, 2012).

No Eixo Comunidade Camponesa, provoca-se que todo/a camponês/a deve saber viver e comunidade. Deve construir elos unificados e fatores de resistência. Para isso, é importante garantir algumas estruturas comunitárias, espaços coletivos que podem ser utilizados pelas famílias da comunidade. Escolas também são espaços importantes para a vivência

comunitária (MPA: Arquivo Interno, 2012). Além disso, desenvolver trabalhos coletivos como troca de dias de trabalho e mutirões, são ações que ajudam a todos, envolvem cooperação e solidariedade, e ajudam na união da comunidade, construindo assim fatores de resistência.

No *Eixo Soberanias*, constata-se que para que um povo seja livre ele precisa ser soberano, por isto o Plano camponês defende a soberania alimentar, energética, genética, hídrica, territorial e do saber. Como traz o texto Plano Camponês: Da agricultura camponesa para a agricultura camponesa (MPA: Arquivo Interno, 2012), de forma geral, compreende-se que as mesmas são assim entendidas:

a) Soberania alimentar: quer dizer produção e comercialização da comida local, vinculada à cultura e ao modo de vida do povo. Quer dizer também diversificação, afinal, para ter soberania alimentar é preciso produzir de tudo um pouco. Não podemos ficar dependentes dos grandes mercados para nos alimentarmos. Mas não basta apenas produzir, essa produção deve ser limpa, sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental;

b) Soberania Energética: diz respeito à produção, controle e autoconsumo de energia. Precisamos mudar a nossa matriz energética. Temos diversas fontes de energia que ainda são pouco exploradas, e que causam menor ou nenhum desgaste ao meio ambiente, como os ventos, o sol, o biogás e a biomassa. A energia é do povo!;

c) Soberania Genética: é ter controle sobre nossas sementes e mudas. Não podemos ficar reféns das sementes transgênicas, controladas pelos grandes laboratórios. Precisamos buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento de nossas sementes, e divulgar as experiências que já existem;

d) Soberania Hídrica: Preservação ambiental das águas de consumo é necessário. Para o nosso plantio, temos que desenvolver pequenos sistemas de irrigação, e implementar técnicas de coleta e armazenamento de água;

e) Soberania Territorial: Perpassa pelo controle popular da terra. As classes ricas e poderosas no Brasil concentraram a terra nas mãos de poucos. O projeto popular para a agricultura tem como um de seus pilares a distribuição de terra para os/as filhos/as de pequenos/as agricultores/as e para os/as que não tem terra suficiente para sustentar família. O controle das terras do Brasil nas mãos dos/as pequenos/as, das famílias camponesas é parte fundamental do Plano Camponês. Neste sentido, a Reforma Agrária Popular é um instrumento importante;

f) Soberania do Saber: é condição de cada camponesa e camponês – e da classe camponesa – ter seu próprio modo de pensar e interpretar o mundo. Ter sabedoria é necessária

para se desenvolver, pessoalmente, enquanto pessoa e enquanto trabalhador/a, enquanto produtor de bens e serviços, enquanto ser humano que se relaciona com a natureza e dela retira o seu sustento e o sustento da humanidade. Implica saberes sobre a terra, as águas, o tempo, as plantas, os animais, ventos, ciclos, técnicas, a vida, a saúde, a política, o poder, a história, os relacionamentos, sobre a religião, educação dos/as filhos/as [...]. A soberania do saber não basta ser um saber parado no tempo, mas um saber transformador, um saber que faz história, um saber que muda a realidade, a sociedade e o mundo. Para isto são necessários: o resgate do saber camponês, a humildade para aprender e o diálogo de saberes (MPA, 2017, p. 56).

Tabela 9 – Visão sistêmica do Plano Camponês

Produção	Sistemas Camponeses de produção	Sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adubação verde e orgânicas, etc.	
	Agroindústrias	Leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
	Desenhos organizativos	Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupo de consumidores	
Educação e formação	Escola	Locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
	Universidade	Nossa realidade, acesso aos camponeses	
	Informal	Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
Vida de qualidade	Moradia	Casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...	
	Esporte	Futebol, vôlei, bochas, etc.	
	Cultura	Teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos, ...	
	Lazer	Festas, bailes, torneios, encontros	
	Saúde popular	Alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.	
Plano campo nês	Comunidade Camponesa	Eixos unificantes	Alguma estrutura comunitária
		Fator de resistência	Escola na comunidade Troca de dias de trabalho, mutirões
Soberania	Alimentar		Comida é local, vinculada a cultura, modo de vida
			Produzir de tudo um pouco Sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental
	Energética		Produção, controle e auto consumo de energia
			Mudança na matriz energética Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.
	Hídrica		Recuperar nossas nascentes
		Implementar técnicas de coleta e armazen. De água Desenvolver pequenos sistemas de irrigação Recuperar matas ciliares	
Contradições	Agronegócio	Territorial	Material e imaterial (espaço de vida, produção, disputa)
			Multinacionais Latifundiários Estado brasileiro

Enfrentar estas questões contrapondo a hegemonia burguesa é um processo profundo e radical por que terá de promover transformações pela raiz. Assim o Plano Camponês é um projeto político de longo alcance e de longo prazo, que acumula elementos para a luta anticapitalista e para a transição ao socialismo. Todavia o Plano Camponês não é somente um projeto futuro, pois orienta as ações imediatas e aponta caminhos para a luta camponesa.

Já o Programa Camponês foi uma conquista da luta camponesa no Rio Grande do Sul e trata-se de uma plataforma de políticas públicas para a produção e o abastecimento popular construída através de uma aliança de classe campo e cidade, sobretudo com os Metalúrgicos, MTD e Levante Popular da Juventude. Esta aliança camponesa e operária, campo-cidade, foi determinante para a constituição deste programa.

O Programa Camponês é parte do Plano Camponês na medida em que acumula para a construção deste projeto estratégico, mas é um programa que se apoia nas contradições do agronegócio, das brechas do estado e na força da luta da classe operária e camponesa para de imediato avançar em políticas possíveis para o fortalecimento do campesinato e do povo organizado de forma geral, o programa camponês assim acumula para o Plano Camponês. Portanto, Plano camponês e Programa Camponês não são a mesma coisa, o Plano Camponês é o projeto estratégico geral e o programa camponês é um programa tático possível e viável na atual conjuntura.

Experimentado no RS, com a clareza política de ser um instrumento tático rumo ao Plano Camponês. Na construção da nacionalização do Programa, a partir dos aspectos da produção, nos últimos anos do Governo Dilma e, especialmente, demarcado a partir do I Congresso Nacional do MPA estava em construção a nacionalização do programa, mas o contexto do Golpe e os desmontes da estrutura de Governo gerou um freio em nível nacional desta construção.

Mas, após o Golpe no Brasil, uma estratégia articulada é ir experimentando a construção do Programa em alguns Estados, já que tem um efeito pedagógico importante na intencionalidade de amadurecê-lo. Neste contexto, e a partir das suas especificidades e contexto local, alguns Estados do Nordeste tem apresentado a demanda aos governos estaduais, a exemplo da Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí e Sergipe. Há casos em que o Programa Camponês tem sido alvo de diálogos para ser municipalizado, a exemplo do município de Jacobina na Bahia, como experiência piloto para viabilizar a produção camponesa naquela região dominada pelos interesses do capital, em especial, mineradoras.

5.5 Plano e Programa Camponês na Região Nordeste

No intuito de materializar a construção e implementação do Plano Camponês na região Nordeste, o MPA em diálogo com Instituto Nacional do Semiárido (INSA), inicia em abril de 2012 a construção de uma proposta intitulada *Organização de Sistemas Camponeses no Semiárido, uma convivência possível e necessária*, que tem como objetivo a organização da produção camponesa visando a soberania alimentar, comercialização e a convivência sustentável com a realidade do semiárido (bioma predominante nesta região), pelo qual pretende identificar a situação atual dos sistemas camponeses de produção e sua relação com o semiárido, buscando viabilizar a organização de sistemas produtivos inovadores de convivência com o semiárido; fomentar a organização comunitária voltada ao fortalecimento do tecido social e de sua organização política; gerar, ordenar e compartilhar conhecimentos acerca da organização da produção no âmbito da convivência sustentável com o semiárido; monitorar e avaliar os resultados das técnicas e inovações tecnológicas de convivência com o semiárido geradas pelas ações do projeto; realizar pesquisa e inovação participativa voltadas a estudos ambientais, sociais e econômicos, visando elucidar as características agroecológicas e estratégias sociais de organização utilizadas pelas famílias camponesas. Articulado uma base para a construção de políticas públicas que não apenas respeite, mas que apoie uma verdadeira convivência com o Semiárido, em substituição do combate à seca.

Portanto, em lugar das instituições, das políticas, dos planos e dos programas para o SAB se limitarem a propor “soluções” para seus “problemas”, recomenda-se valorizar as suas potencialidades (INSA, 2007). Nessa nova concepção, o SAB passa a ser concebido como um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental, combinando a qualidade de vida das famílias com o incentivo às atividades econômicas apropriadas. Trata-se, portanto de uma nova percepção que retira as culpas atribuídas às condições naturais e enxerga o espaço Semiárido com suas potencialidades, características, seus limites e o resgate de um pensamento que foi formulado por Guimarães Duque (DUQUE, 2004), segundo o qual o desenvolvimento sustentável do SAB depende, fundamentalmente, de uma mudança de mentalidade, em relação às suas características ambientais e de mudanças em práticas e uso indiscriminado dos recursos naturais – é o rompimento do paradigma das adversidades e abertura para um novo, o das potencialidades.. Não se tratam, simplesmente, de novas técnicas, atividades, práticas produtivas, de ações socioculturais, etc. A convivência deve ser uma proposta cultural, que vise contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas), apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais; deve considerar, também, as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução, que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo da história de sua ocupação. Na perspectiva de convivência com a semiaridez, a gestão ambiental assume novos sentidos e significados, ao priorizar a busca de soluções apropriadas às condições locais, para que modifiquem as percepções e o comportamento em relação à natureza (ORGANIZAÇÃO PROJETO, 2012, p. 7)

Desde 2012, data que marca a construção de uma proposta escrita que agrega os vários princípios do Plano Camponês, que o MPA vem buscando parceiros que comungue com a proposta e a apoie para que se faça um semiárido verdadeiramente digno, por isso, a busca do suporte financeiro junto aos órgãos federais tem sido feita desde sempre para que a execução da experiência regional possa ser executada como referência para novas ações. No entanto, apesar de muitos compromissos verbais, até o presente momento, ainda não foi possível executá-lo.

Por outro lado, tem-se o conhecimento, da iniciativa da apresentação da proposta do Programa Camponês pelo Movimento em âmbito nacional e nos estados da Bahia, Ceará, Piauí, Sergipe e Pernambuco aos governos estaduais, com receptividade positiva segundo o Grupo de Articulação Nordeste do MPA. Importante destacar, que embora, o programa se reconfigure em cada estado a partir de especificidade que cada um deles tem, o programa tem em comum as seguintes diretrizes:

- a) Constituir um Programa que afirme a agricultura camponesa como base para o desenvolvimento do campo criando um espaço contra hegemônico na produção de alimentos;
- b) Aproximar, através da produção de alimentos, as forças sociais do campo e da cidade que compartilham interesses comuns de mudanças sociais de caráter popular para o Brasil;
- c) Constituir um Programa que crie as condições materiais para a manutenção do camponês no campo, sobretudo a juventude rural, ampliando sua renda, elevando sua consciência social, gerando novas relações de gênero, novos processos produtivos ambientalmente sustentáveis e melhorando sua qualidade de vida;
- d) Constituir um Programa que garanta alimento de qualidade para a população baiana e que permita constituir novos mecanismos de produção, distribuição e consumo sob o controle do campesinato.

Em suas bases o MPA tem como definição construir ações efetivas na organização de sistemas produtivos inovadores e que ao mesmo tempo proponham uma convivência sustentável com o semiárido devem ser fortemente orientados para fomentar e aperfeiçoar a organização comunitária, a geração de renda, preservação ambiental com metodologia capaz de desenvolver efeito multiplicador, por meio de unidades familiares, comunitárias e territoriais de referência. Constituindo sistemas que assegurem a produção e oferta de alimento saudável para a população e que permitam constituir novas práticas e relações sociais sob o controle do campesinato, ou seja, que se constitua espaços com verdadeira soberania.

5.6 Sementes crioulas: semeando soberania

Preservar o patrimônio genético, historicamente desenvolvidos, preservado e multiplicado pelos agricultores, tem sido um dos desafios que o MPA tem em seu trabalho cotidiano junto às famílias que alicerçam este movimento, dada aberta ameaça constante por grandes empresas multinacionais produtoras de Organismos Geneticamente Modificados, popularmente conhecidos como Transgênicos que tem invadido inclusive a região nordeste, que até pouco tempo era tomada como região de baixo potencial produtivo, ou seja, como região inviável. Recentemente registra-se a chegada da maior empresa OGM's do mundo a MONSANTO conhecida mundialmente pelos impactos causados em outras partes do mundo, a exemplo dos embates nos últimos anos na Argentina. O MPA reage com fortes denúncias e ocupação ao campo experimental que a referida empresa implanta no Perímetro Irrigado Nilo Coelho no município de Petrolina como ação regional com participação de agricultores dos vários estados da região.

No entanto, o MPA que para além da negação das ameaças há que se construir alternativas, há que se materializar técnicas, tecnologias, práticas acessíveis aos que de fato são os verdadeiros cuidadores das águas, da terra, da vida. Nesta perspectiva, o MPA tem em seu histórico a realização da Festa Nacional das Sementes Crioulas na cidade Anchieta, estado de Santa Catarina, com forte participação dos Estados do Nordeste. Esta festa tem se expandido por outros estados, a exemplo do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul e mais recentemente o estado da Bahia.

O resgate e a multiplicação das variedades crioulas tem sido um trabalho formiguinha, desde as unidades familiares onde cada uma delas historicamente mantém seus silos (tonéis), também tem se avançado para a organização de Casas de Sementes, constituindo-se em espaços coletivos onde para além de preservar há também a função de banco de sementes, onde os que fazem a opção o tem como apoio/reserva para eventuais estiagens. Experiências assim estão em curso nos estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Paraíba.

Na oportunidade da Audiência Popular do Semiárido, realizada paralela a ocupação da Monsanto, em outubro de 2012 o MPA pautou junto à Secretaria Geral da Presidência da República a disponibilidade da área e da estrutura para implantação de uma área irrigada no vale do São Francisco para cumprir com a finalidade de segurança do patrimônio genético, tendo em contas que os últimos anos de estiagem extinguiram uma quantidade significativa de sementes crioulas próprias da região. Estas propostas passaram por questionamentos diversos,

para amadurecer a proposta o MPA está convocando um evento regional para que os povos do Nordeste possam aprofundar a discussão.

Mais recentemente junto ao governo do estado da Bahia, o MPA construiu e implementou junto aos camponeses 16 campos coletivos com 2 hectares irrigados com o objetivo de resgatar e multiplicar as variedades crioulas da região, cujo projeto está em curso. Aqui também existe uma proposta para implantação de uma área de 110 hectares irrigadas com a mesma finalidade citada acima associada a implantação de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes. Pois a estiagem do último período não apenas dizimou algumas variedades, como tornou a região vulnerável ao recebimento de variedades do Sul podendo ou não ser apropriadas para a região.

5.7 Produção de alimentos saudáveis: papel da agricultura camponesa na construção da Soberania Alimentar

Como traz Camacho, Cubas e Gonçalves (2011) coloca-se que o território é sempre um espaço de lutas nas esferas política, econômica, social, cultural e até mesmo ideológica, por isso consideramos sua multidimensionalidade. O território é alvo de disputa tanto nos campos materiais como nos imateriais e, por isso, os conflitos entre os conceitos do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário³⁰ (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 19). Conceitos esses que refletem no que entendemos sobre a “Segurança Alimentar” e a “Soberania Alimentar”, ou seja, se torna necessário explicitarmos essas relações para não nos limitarmos à realidade capitalista (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 19).

É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é

³⁰Há diferentes concepções teóricas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo, dentre elas se destacam dois paradigmas, entendendo paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade. O *paradigma do capitalismo agrário*, defendido pelos teóricos do RIMISP, entende que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência ao camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção. Portanto, para esse paradigma, o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias. O *paradigma da questão agrária*, defendido pelos teóricos da CLACSO, entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir. [...]. O RIMISP está vinculado ao Banco Mundial enquanto que a CLACSO vincula-se a Via Campesina (FELÍCIO, 2006, p. 5, grifos nossos).

importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Essa diferenciação é fundamental para entendermos a importância de como a Soberania Alimentar é construída. Esse conceito é consubstanciado pela lógica do Paradigma da Questão Agrária, pois o mesmo propõe uma política de desenvolvimento territorial rural que remete ao Plano Camponês e, por consequência, a agricultura camponesa. A produção de alimentos deixa de ser algo para ser resolvido de maneira imediata e paliativa, para algo que tem a necessidade de transformar a estrutura de todo o modo de produção. Substituindo a lógica mercadológica do agronegócio e no lugar desenvolvendo uma lógica social de não só abastecimento de alimentos a população, mas também de controle dessa produção de alimentos de modo que possibilite o fortalecimento da agricultura camponesa (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 19).

Como traz Souza (2015, p. 19) os alimentos são uma questão central do desenvolvimento de toda a história humana, pois não existe vida, não existe ser humano sem alimentos. Na história das sociedades o desenvolvimento da Agricultura teve uma importância fundamental para a continuidade e existência da humanidade. Em todo o processo muitas disputas ocorreram em torno dos alimentos, seja pela disputa da terra, da água, dos produtos, etc. Muitas sociedades e impérios entraram em crises profundas por falta de alimentos adequados, assim como houveram guerras por comida, daí a importância de compreender a magnitude dessa questão.

Sendo assim, discutir os problemas, a “crise” dos alimentos é discutir a continuidade da vida humana, pois, se considerarmos que entre 1992 e 2012 a população mundial aumentou 26%, enquanto que a produção de alimentos aumentou 20 em 45% e que ao mesmo tempo e pela primeira vez chegamos na maior cifra de pessoas passando fome, também chegamos a um bilhão e meio de pessoas obesas (o que revela que há uma alimentação inadequada, indicando que o organismo tem excesso de alguns nutrientes e falta de outros). E ainda, cerca de 1/3 dos alimentos são desperdiçados, isso evidente que o problema não está somente na produção, mas no sistema de distribuição e consumo (KRAUSER, 2014).

Portanto, discutir a situação em que estão submetidos os camponeses produtores de alimentos, discutir a qualidade de alimentos no país desde a produção, abastecimento e

consumo, é discutir também o modelo de sociedade em que vivemos, o capitalismo, que no campo é prioridade, o Agronegócio, que produz para exportação a base de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho barata, é esse modelo produtivo que vem sendo implantado e está avançando a cada dia, monopolizando, controlando todas as cadeias produtivas e conseqüentemente, como mostram os dados, o resultado é uma produção de commodities, para exportação, envenenada, submetendo os camponeses ao seu pacote químico de insumos, etc. ao passo que a população fica sem alimento ou com alimentos de má qualidade, para comprovar, para além de outras conseqüências, basta olhar a situação de saúde dos brasileiros (SOUZA, 2015, p. 20).

Assim a importância da produção de alimentos com base agroecológica na intenção também da soberania alimentar ressignifica-se no contexto da produção de alimentos a partir da agricultura camponesa e para o MPA. Portanto, para compreensão coletiva, podemos entender que Soberania alimentar “é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários” (CALDART, 2012, p. 717) ou, como traz a Via Campesina Internacional, a soberania alimentar é:

O direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental. (VIA CAMPESINA, 2010).

Como traz Vinha e Schiavinatto (2015), a soberania alimentar aposta em princípios que questionam a concentração de poder do sistema agroalimentar. Além do acesso aos alimentos, argumenta pelo direito dos povos e países em definir as suas próprias produções e políticas agrícolas de acordo com as necessidades internas em detrimento do modelo agroexportador. Ao contrário da segurança alimentar, política compensatória que garante parcialmente alimentos industrializados para as populações pobres, a soberania alimentar é pensada como política que recupera o poder da produção de alimentos saudáveis e que não utilizam agrotóxicos nem de origem transgênica. Ainda, a soberania alimentar redimensiona os projetos de reforma agrária e agroecologia e apoia os processos administrativos de grupos

associações e cooperativas dando autonomia às famílias na gestão e produção de alimentos. (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015. p. 188).

5.8 Paradigma da Alimergia

A soberania alimentar tem relação com a autodeterminação e independência dos/as camponeses/as, onde a produção de alimento dialogue, necessariamente, com hábitos culturais, ancestrais, sociais e diversas práticas produtivas desenvolvidas pelos camponeses/as ao longo de sua trajetória tudo isto dialogando com o meio ambiente e o contexto vivido. Deste processo, as sementes crioulas são o elemento central para a manutenção da vida no campo e da tradicionalidade popular de produzir alimentos.

Falar de produção de alimentos no Nordeste é sinônimo de luta e enfrentamento já que aqui centra-se o interesse do capital sobre as terras, a natureza e as águas dos/as camponeses/as ou por eles/as usadas, historicamente, em relação de reciprocidade. Na região Nordeste tem-se evidente que à soberania hídrica é necessária e anterior para que se construa a soberania alimentar, já que alimento e água vivem uma intensa simbiose na produção de alimentos. Um forte exemplo é o semiárido brasileiro e seu papel na produção camponesa.

Com esta caracterização geral os/as camponeses/as no Nordeste produzem e constroem a agricultura camponesa, a partir de processos de resistência. Neste contexto, a produção de alimentos e culturas para produção de agrocombustíveis, de forma agroecológica, também é uma experiência em desenvolvimento pelo Movimento dos Pequenos Agricultores [...]” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011). Para nomear essa experiência, o MPA criou um termo: *Alimergia*.

A partir desse paradigma, o movimento, como traz Marcelo Leal, tem como principal meta: a produção de Alimentos e Energia, com Respeito ao Meio Ambiente, no interior do modo de produção camponês, entendendo o mesmo como uma célula, parte de um território, que tem relação com o todo (LEAL, 2007). Ou seja, como traz o autor, a intencionalidade deste paradigma é buscar a superação da concepção capitalista que resultou no atrelamento militar-industrial da agricultura e no pacote da “Revolução Verde”. A Alimergia tem como objetivo central desenvolver novos sistemas agrários com base na síntese da produção de alimentos saudáveis, na preservação e conservação ambiental, na geração de energias renováveis e ocupação popular do território.

O Plano Camponês, baseado no conceito de Alimergia, revoluciona com os pressupostos sociais vigentes no modo de produção e apropriação capitalista. A Soberania

Alimentar passa a ser um conceito que participa concomitantemente com energia e reprodução do modo de vida camponês. Para esses/as camponeses/as, a Soberania Alimentar assevera que cada país tem o controle sobre o tipo de produção seja priorizada para sua população, de modo conjunto à produção agroecológica. É fundamental estabelecer a crítica na questão do desequilíbrio entre as necessidades da população e o que realmente se produz, onde se consome e quem ganha com essas amarras. Quando 45% da produção global em 2012 foram desperdiçadas, o que precisamos não é produzir mais, mas distribuir melhor, direcionar recursos para alimentos, além de planejar de maneira mais eficaz (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011; WITTMAN, 2011).

Neste rumo, com métodos de produção sustentáveis e ecologicamente corretos, o movimento da soberania alimentar articulado dentro do Plano Camponês tem provocado um aprofundamento sobre a perspectiva agroecológica, como uma abordagem multifuncional para produção de alimentos, que incorpora prestação sustento, conservação da biodiversidade e do ecossistema e do bem-estar da comunidade. Assim, o Plano Camponês ressignifica-se e fica mais complexo, já que a intencionalidade dele é, estruturar-se em cima da produção camponesa agroecológica, para em seguida (ou simultaneamente) agregar outros elementos da vida social, cultural, agrária-territorial e ambiental, amadurecendo um projeto político estratégico com base em outro padrão agrícola e agrário com intencionalidade contra hegemônica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns elementos contribuíram para a criação do Nordeste como questão política nacional, especialmente, a partir dos anos 50/60 e, parte deles, circulam em torno de como foi se configurando a Questão Agrária, como consequência das inúmeras transformações vividas no campo brasileiro.

Nesta caminhada, a luta pelo acesso à terra se configurou ao longo da história pelos sujeitos interessados/as, sem haver um projeto institucional que formalizasse a distribuição de terras para a classe subalternizada e que, no processo, moldou o planejamento do Nordeste aos interesses das elites agrárias coronelistas do passado e hoje tenta direcionar o Nordeste aos interesses dos empresários do agronegócio (enquanto parte da burguesia nacional) e das multinacionais do hoje.

Desde seu segundo Encontro Nacional, o MPA toma a Região Nordeste como a principal região a ser consolidada a construção desta organização, especialmente por ser a região do país que comporta praticamente metade do campesinato brasileiro, segundo por ainda existir relações de trabalho e uma prática agrícola não integrada ao agronegócio como é o caso de outras regiões, especialmente a região sul. No Nordeste o MPA tem presente em sua base organizativa, uma relação direta com os pequenos agricultores, com comunidades Indígenas (povos originários), comunidades Remanescentes dos Quilombos, comunidades Ribeirinhas, comunidades de Fundos de Pasto, etc. Essa diversidade tem proporcionado e ao mesmo tempo exigido do Movimento, repensar sua organicidade para que seja capaz de unir respeitando as particularidades de cada identidade.

Nesta perspectiva, para além da oposição e questionamentos explicitamente feitos a ações dos Governos Federal e Estaduais, bem como de iniciativas do capital internacional, como o projeto da Transposição do Rio São Francisco³¹ (eixo norte e leste), a Implantação da Unidade de Pesquisa da Monsanto em Pernambuco³², o MPA tem atuado na região progressivamente afirmando sua mensagem política pela proposição do Plano Camponês, seguido de ações concretas relevantes ao meio social que está inserido, tornando-se referência, pela articulação das ações ao projeto de classe que o MPA defende.

³¹Mais informações em: http://www.afbnb.com.br/noticias_detalhes.php?cod_secao=1&cod_noticia=2723.

³²Mais informações em: <http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/noticias/campanha/374-movimento-dos-pequenos-agricultores-ocupa-a-unidade-de-pesquisa-da-monsanto-em-petrolina-pe>.
<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/agricultores-ocupam-unidade-de-empresa-que-produz-transgenicos.html>.

No entanto, o MPA, constata que para seguir dando os passos que a realidade camponesa requer, deve-se estabelecer a cada dia uma proximidade maior, estabelecendo consensos, diálogos em torno de um projeto estratégico para o campesinato da região entre as organizações, como os movimentos sociais ligados à Via Campesina, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o próprio MPA, a Confederação Nacional Quilombola (CONAQ), as Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Articulação Nacional do Semiárido (ASA), dentre outras organizações como a Articulação de Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APINME), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), que tem igualmente uma forte atuação em algumas destas com recorte específico de público ou de eixo temático, que sem dúvidas articulados somariam elementos para um Plano Camponês para o Semiárido de muita riqueza e consistência. Pode-se dizer que estes são os principais sujeitos com legitimidade para construção deste Plano para a região.

As lideranças camponesas do MPA têm trazido sempre presente a mensagem política do Plano Camponês em todos os espaços que possibilite apresenta-lo, por entender que o momento exige que outros sujeitos políticos da região tomem o desafio como seu no sentido de dar passos para a construção e materialização deste plano. Esse tem sido um dos maiores desafios que o MPA tem se debruçado a pensar.

Neste processo resgatar lutas as camponesas, as reflexões em torno do campesinato e o avanço da entrada do capital no Nordeste são necessárias, para inclusive consolidar em que cenário o MPA se insere para processos de lutas. Processo este desafiados diante do tamanho da região e dos Estados onde se insere o MPA com base organizada.

Assim o presente trabalho foi organizado em 04 (quatro) capítulos: no primeiro capítulo tratou-se da conjuntura político – agrária do Nordeste e como o MPA coloca-se dentro dos modelos em disputa para o campo. Ao mesmo tempo, traz a reflexão em torno da compreensão do campesinato, inclusive, trazendo as contribuições do MPA no resgate do tema campesinato articulado a reafirmação da classe camponesa, abrindo à reflexão. Já o segundo capítulo trabalha a concepção de região, planejamento e questão agrária à luz da trajetória e transformações sociopolíticas da Região Nordeste. Enquanto que o terceiro capítulo, sinaliza os interesses estrangeiros sobre o território, em especial, o nordestino à luz, inclusive, da apropriação das terras por estrangeiros a partir do MATOPIBA e as consequências no agravamento da territorialização do capital. Por fim, o quarto capítulo, historiciza o MPA no Nordeste e os elementos que o MPA vem dispendo como contribuição

deste Movimento à classe trabalhadora que é o Plano e o Programa Camponês. Aliado a isto levanta-se temas estratégicos que são parte desta construção do projeto político estratégico que o MPA dá como contribuição à classe trabalhadora a partir da perspectiva do campesinato.

As principais dificuldades enfrentadas durante a pesquisa ficam na dimensão territorial da Região estudada no primeiro momento e, logo em seguida, a dimensão e diversidade das experiências do MPA nos Estados aliado às distâncias, por isto percebe-se que este trabalho é o início da sistematização das contribuições do MPA ao longo dos seus 20 anos para o campesinato e, tendo limites claros, necessitará de continuar outros processos para aprofundá-lo em várias dimensões. Enquanto horizonte, este trabalho tem uma dupla intenção: para o MPA, ser um ponta pé para a reconstrução da história do movimento dentro da Região Nordeste e seus eixos/frentes de contribuição, memória das suas lutas e contribuições para dentro do campesinato e para a sociedade como um todo e a segunda intenção, para fora, é socializar a caminhada e contribuições do movimento demonstrando os passos dados dentro da construção do Plano e do Programa Camponês.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 126-151, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/459/335>>.

Acesso em: 19 jan. 2017.

ANANIAS, Patrus. **MP vai legalizar a grilagem na Amazônia. Nota do Deputado Patrus Ananias** (PT-MG) e ex-ministro do MDA. 23 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/12/28/patrus-ananias-alerta-para-a-legalizacao-da-grilagem-com-mp-759-de-temer.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

ANANIAS, Patrus. **Venda de terras fere soberania nacional**. 17 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/minas247/280966/Patrus-%E2%80%98venda-de-terras-fere-a-soberania-nacional%E2%80%99.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ANDRADE, Kleybson Ferreira de. **A voz do “Agro”**: o discurso da CNA e a representação dos interesses do patronato rural no Brasil. 2013. Monografia (Graduação em Agronomia) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <www.mpabrazil.org.br/download/file/fid/8274>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BARROS, Juliana Neves. **Técnicas sobre as secas: uma análise contemporânea de poder e conflito social no nordeste**. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4351>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

BECKER, Berta. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2005, p. 271-307.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.

BORRAS JR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; WANG, Chunyu. The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views and strategies. **Globalizations**, United Kingdom, v. 10, n. 1, p. 161-179, 2013.

BRITO, Tiago Macedo Alves de. A metamorfose do conceito de Região: leituras de Milton Santos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 74-105, 2008. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/268/244>. Acesso em 22 mai. 2016.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. Agrocombustíveis, Soberania Alimentar e Políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o Camponato. **Presidente Prudente: Boletim DATALUTA** (artigo do mês de fevereiro), 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Plano camponês para a soberania alimentar e energética numa perspectiva agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/download/16391/10705>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Camponato no Século XXI Possibilidades e Condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

_____. O Camponato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária-NERA. Presidente Prudente**, v. 53, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2012.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

COSTA, Maria José. **Construção do Plano Camponês: Experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. 2014. Dissertação. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2014.

CASTRO, Iná Elias de et al. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. **Explorações geográficas**, v. 2, p. 155-196, 1997.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unida econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2014**. 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.

DULCI, Luiza. **Sobre a liberação da venda de terras para estrangeiros no Brasil**. [2017]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/01/04/sobre-a-liberacao-da-venda-de-terras-para-estrangeiros-no-brasil.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. **Uma breve discussão em torno do conceito de Camponato**. In: ANAIS DO SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB: O campo baiano na relação Estado, Capital, Trabalho: espaço de contradições, espaço de lutas, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%2010.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

FELÍCIO, Muniz Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 14-30, 2006. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/11793/8289>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Disponível em: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/FERNANDES%202004%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24 – 34, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1460/1436>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2010**, p. 76-81, 2011.

_____. Território Camponês. In CALDART, Roseli Salette et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

_____. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In.: AYERBE, Luís Fernando (Org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.** São Paulo: Memorial da América Latina, 2012b. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/Livro-2.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2017.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013. 344f. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2013.

_____. **Mestres camponeses: criação do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.** In: LASA Democracy and Memory - XXXII International Congress of the Latin American Studies Association, Chicago, 2014.

_____. **Falta de informações sobre estrutura fundiária e estrangeirização é intencional.** Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/554368-falta-de-informacoes-sobre-estrutura-fundiaria-e-estrangeirizacao-e-intencional-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constatino. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Revista Espaço aberto**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-43, 2011.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a Luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

IBGE. Estudo UNESP destaca valor da reforma agrária no desenvolvimento. Disponível em: <http://www.redesans.com.br/estudo-unesp-destaca-valor-da-reforma-agraria-no-desenvolvimento/>. Acesso em: 23 nov. 2015.

JACOB, Heinrich Eduard. **Seis mil anos de Pão. A civilização humana através de seu principal alimento**. São Paulo, Nova Alexandria, 2003.

KRAUSER, Raul Ristow; SILVA, Marcelo Leal Teles da; ALVES, Rafaela. **O Plano Camponês e o Programa Camponês**. Fevereiro de 2016 (documento interno do MPA Brasil).

KRAUSER, Raul Ristow. **Qual Brasil é hoje?**, 2014 (documento interno do MPA Brasil).

LIMA, Fernando Laize Silva de; LOCATEL, Celso Donizete; SILVA, Cleanto Carlos Lima da. **Modernização seletiva da agricultura: o avanço do agronegócio da soja no sul do Maranhão**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. UFU. Uberlândia – MG, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do conceito de camponês**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique N. Estado burguês e natureza do planejamento no Nordeste. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 3, p. 101-113, 1985.

MARX, Karl. **Crítica del Programa de Gotha**. Moscú: Editorial Progreso, 1979

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MDA/INCRA. **O livro branco da grilagem de terra no Brasil**. Brasília: Embrapa semi-árido, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A questão da reforma agrária no Brasil: 1945-1964**. Dissertação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Mutirão da Esperança Camponesa: quem alimenta o Brasil, exige respeito!**. 24 fev. 2017. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/mpa-se-lanca-o-mutirao-da-esperanca-camponesa-quem-alimenta-o-brasil-exige-respeito/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

_____. **Plano Camponês: da agricultura camponesa para a agricultura camponesa**. Espírito Santo: MPA, 2012.

_____. **Plano Camponês: Construindo o Novo Caminho da Roça**. Brasília: Secretaria Nacional do MPA, 2007.

_____. **Construindo o Novo Caminho da Roça II**. Brasília: Seminário Nacional de Planejamento, 2011.

_____. **Construindo o Novo Caminho da Roça III**. Brasília: Plano Nacional de Sementes crioulas, rumo a soberania genética, 2013.

_____. **Organização de Sistemas Camponês de Produção no Semiárido: uma convivência possível e necessária**. MPA/INSA, 2012.

_____. **MPA e a Resistência Camponesa – História, Propostas, Princípios e Organização. Organizar – Produzir – Alimentar**. Brasília: Secretaria Nacional do MPA, 2005.

_____. **Afirmando o Conceito de Educação Camponesa**. [2013]. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/afirmando-o-conceito-de-educacao-camponesa>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

_____. **A Agroecologia no MPA**. [2013]. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/conquistas/agroecologia-0>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

_____. **MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro**. [2013]. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro>>. Acesso em 21 out. 2017.

_____. **MPA ocupa unidade de pesquisa da Monsanto em Petrolina**. [2013]. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/26292/>>. Acesso em: 25 jan. 2017

_____. **Camponeses ocupam unidade de pesquisa da Monsanto e plantam sementes crioulas**. [2013]. Disponível em: <<http://boletimmstrj.mst.org.br/camponeses-ocupam-unidade-de-pesquisa-da-monsanto-e-plantam-sementes-crioulas/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, Iderley Colombini. **Dinâmica capitalista dos investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. 2016. Disponível em:

<http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/actionaind_investimentoschineses_web_2.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2016.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar e o claudicante quadro institucional**. Ensaios: desenvolvimento rural e transformações na Agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, p. 131-159, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Editora Vozes, 1981.

_____. **Elegia para uma re (li) gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras no Brasil: uma visão através da geopolítica da questão agrária. **Boletim Dataluta**, 2014. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. **Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina – SP**. 2015. 174f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_lorena_2015.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O Prodecer (Re)Visitado: *as engrenagens* da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, 2014. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/26927/15947>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PICOLLI, Daniel. **Resgate da luta camponesa na Bahia**. Documentos internos do MPA: Sistematização da história do MPA na Bahia. Vitória da Conquista – BA, 2004.

PLOEG, Jan Dowe von der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RIOS VIVOS. **Dez grupos têm um terço da nova fronteira da soja do país**. [2013]. Disponível em: <www.riosvivos.org.br/imprimir.php?c=50&mat=18411>. Acesso em 17 dez. 2017

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n3/a07v50n3.pdf>>. Acesso em: 19 de fev. 2017.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

SHIVA, Vanda. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Leomárcio Araújo da. **Contribuições do Plano Camponês para o Semiárido Nordeste: proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)**. Campina Grande – PB: UFPB/INSA, 2015.

SILVA, Marcelo Leal Teles. **Contribuição ao debate do Plano Camponês**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/contribuicao-ao-debate-do-plano-campones-0>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

_____. **10 Anos de Plano Camponês**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/dez-anos-de-plano-campones>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SOUZA, Roseli Maria de. **A subordinação dos camponeses ao Capital: a exploração a partir da concentração e comercialização dos Alimentos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2015.

SOUZA, José Gilberto de. A Questão Indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio). **Prima Facie**, v. 12, n. 22, p. 1-42, 2013.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

WACHOWICZ, Lilian Anna. A dialética na pesquisa em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 3, p. 171-181, 2001. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=730&dd99=pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

VIA CAMPESINA: Movimentos dos Pequenos Agricultores. **As políticas da Via Campesina**. 2010. Disponível em: <<http://mpabrazil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, v. 18, n. 26, p. 183-203, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3576/2913>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina – SP. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Edição especial, p. 257-284, 2016. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/28943/18934>. Acesso em: 24 jan. 2017.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1: RECUPERANDO A MEMÓRIA DO MPA
NO ESTADO**

- 1) COMO O MPA SURTIU NO ESTADO?
- 2) DESAFIOS DO MPA NO ESTADO E QUAIS PASSOS DE SUPERAÇÃO TEM OBSERVADO FRUTO DOS PROCESSOS DE LUTA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONQUISTADAS?
- 3) QUAL O SIGNIFICADO DO PLANO E DO PROGRAMA CAMPONÊS NA CAMINHADA DO MPA?
- 4) COMO FOI REARTICULADO O DEBATE DO CAMPESINATO PARA FORA E PARA DENTRO DO MPA?

APÊNDICE B –QUESTIONÁRIO 2: AMEAÇAS AO CAMPESINATO**1) QUAIS OS EMPREENDIMENTOS DO CAPITAL PRESENTES NO ESTADO?**

(Pode marcar quantos empreendimentos existirem no Estado/Comunidade).

() Mineração

Qual?

Onde (município)?

() Energia Eólica

Qual?

Onde (município)?

() Barragens

Qual?

Onde (município)?

() Rodovias/Transportes/Infraestrutura/Transnordestina/FIOL

Qual?

Onde (município)?

() Canal do Sertão

Qual?

Onde (município)?

() Agronegócio/Monocultivo

Qual?

Onde (município)?

() Hidronegócio

Qual?

Onde (município)?

() Perímetros Irrigados

Qual?

Onde (município)?

() Transposição do Rio São Francisco

Qual?

Onde (município)?

() Outros

Qual?

Onde (município)?

2) QUAL A INFLUÊNCIA DESTES PROJETOS NO ESTADO E AS INFLUÊNCIAS DELES NAS COMUNIDADES CAMPONESAS?

**ANEXO A – PROGRAMA CAMPONÊS: ARTICULANDO PRODUÇÃO
SUSTENTÁVEL COM MERCADO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**

PROGRAMA CAMPONÊS

Articulando produção sustentável com
mercados de alimentos saudáveis

RESUMO

Este documento contém os pressupostos básicos de proposta voltada para estimular a articulação entre produção e consumo, mediante a disponibilização de formas inovadoras de crédito para fomentar a produção da agricultura familiar em bases sustentáveis associada a incentivos para a inserção e criação de novos mercados, que ampliem o acesso das populações urbanas à alimentação saudável.

MDA / SAF / DEGRAV

**DOCUMENTO PRELIMINAR PARA
DISCUSSÃO**

APRESENTAÇÃO

Este documento contém os pressupostos básicos para a criação de um programa que articule a produção sustentável com mercados de alimentos saudáveis contemplando uma linha de crédito para apoiar a estruturação produtiva de agricultores familiares e assentados da reforma agrária em bases sustentáveis, a articulação de ações e a criação de mecanismos e formas de escoamento dos alimentos diretamente para o abastecimento urbano. O seu diferencial é a articulação entre a produção de alimentos de base agroecológica e mercados organizados para o consumo de alimentos saudáveis, fomentando iniciativas que vinculem produção e consumo de forma direta, estável e duradoura melhorando a saúde da população e as condições ambientais.

A discussão da alimentação saudável vem ganhando cada vez maior importância, sendo crescente o número de interessados no tema, entre produtores e consumidores. Na esteira desse debate emerge a questão da vinculação entre a produção sustentável de agricultores familiares e formas organizadas de acesso pelos consumidores, utilizando diferentes equipamentos, estruturas e iniciativas de comercialização direta de alimentos.

A concessão de incentivos para a troca de sistemas de produção tradicionais por outro, de base sustentável vinculada a mercados organizados em parceria com trabalhadores urbanos representa uma inovação importante e atende aos anseios de movimentos ligados a luta pela terra e sindicatos de trabalhadores urbanos. A elaboração desta proposta responde a uma reivindicação destes e tem por base a experiência desenvolvida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul denominada Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina.

A proposição para que esta experiência ganhasse amplitude nacional motivou a realização de uma avaliação da mesma por técnicos do MDA/SAF, de modo a identificar potencialidades, resultados alcançados, pontos fortes e fracos e dessa maneira, formular uma proposição para ser adotada em âmbito nacional, contendo alguns ajustes, de modo a proporcionar sua replicabilidade em outros contextos, possibilitando o alcance dos resultados almejados.

Este documento é uma ferramenta para o debate e sistematiza as principais questões relacionadas aos objetivos, justificativas, abrangência, processos de gestão e mecanismos de operacionalização propostos e, adicionalmente, alguns aspectos complementares que merecem discussão. Ao invés de representar uma proposta fechada, propõe a discussão dos pontos que devem ser considerados visando a sua implantação e os próximos passos a serem adotados.

Uma vez discutido e reelaborado, este documento poderá servir como base para a elaboração de um projeto de lei visando a implantação do Programa, do manual de operação e demais documentos necessários para sua operacionalização.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil implementou um importante conjunto de políticas públicas voltadas para fortalecer a agricultura familiar, que propiciaram o crescimento e a evolução de significativas parcelas de integrantes dessa categoria, tornando-a extremamente significativa na produção de alimentos e na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional da população. No entanto, é preciso reconhecer que ainda muito pode ser feito no sentido de ampliar a produção e a renda de grupos, que permanecem a margem dos processos de interação com o mercado.

Uma estratificação dos estabelecimentos rurais considerando a renda e a área disponível (Tabela 1), permite constatar que apesar da concentração de renda em grandes estabelecimentos, os pequenos e médios são responsáveis por uma parcela importante da produção. Isto evidencia que o tamanho da propriedade é relevante, mas terra é apenas um dos muitos insumos usados no processo de produção e que pequenos e médios produtores que aumentam sua produtividade têm condições de assegurar incrementos de renda e melhores condições de vida.

Tabela 1. Estratificação dos estabelecimentos considerando a renda auferida e a quantidade de terra disponível

	SEM ÁREA (<0.1MF)	MICRO (0.1 a 1MF)	PEQUENO (1 a 4MF)	MÉDIO (4 a 15MF)	GRANDE (>15MF)	Total Geral
Renda AF até 120 mil	399.217	2.943.626	1.209.749	122.085	6.053	4.680.730
SEM RENDA	8.416	262.290	219.166	41.911	3.644	535.427
0 A 0.5 SM/MÊS	373.675	1.465.327	173.584	11.516	438	2.024.540
0.5 A 1 SM/MÊS	13.799	473.671	90.855	6.973	250	585.548
1 A 2 SM/MÊS	2.631	374.677	156.792	8.977	805	543.882
2 A 10 SM/MÊS	696	367.661	569.348	52.689	908	991.302
10 A 20 SM/MÊS			4	19	8	31
Renda AF 120 mil a 360 mil	72	24.742	175.859	111.715	8.915	321.303
10 A 20 SM/MÊS	72	24.742	175.859	111.715	8.915	321.303
PRONAMP 360 mil a 1,6 milhões	16	4.442	35.560	75.523	27.131	142.672
10 A 20 SM/MÊS	16	4.442	35.560	75.523	27.131	142.672
OUTRO	49	758	2.073	2.567	21.694	27.141
MAIS DE 20 SM/MÊS	49	758	2.073	2.567	21.694	27.141
Total Geral	399.354	2.973.568	1.423.241	311.890	63.793	5.171.846

Fonte: produção do autor. (MF = módulo fiscal e SM = salário mínimo)

Uma ampla variedade de políticas públicas pode ser adotada para que segmentos da agricultura familiar que atualmente se situam na base da pirâmide possam melhorar sua condição, obtendo o sustento pleno da sua família a partir da atividade agrícola. Essas políticas devem considerar a necessidade de reduzir os custos de transação, ampliar a base dos

que acessam o crédito e dispõem de ATER, estão articulados com o mercado e contam com instrumentos capazes de impulsionar suas organizações.

Neste contexto se insere a produção de alimentos mais saudáveis e com sustentabilidade, desde que para isso sejam aprimorados os instrumentos de política para se tornem efetivos na transição agroecológica e potencializem as experiências de produção de sementes, energia renovável e de gestão de recursos hídricos pela agricultura familiar. Também é fundamental estreitar a relação entre o campo e a cidade, organizando a produção de alimentos saudáveis com diversos instrumentos de abastecimento, inclusive nas metrópoles e com as compras institucionais.

As iniciativas devem possibilitar que o país perca o posto que ocupa há mais de cinco anos, como “campeão” no uso de agrotóxicos. Quando se discute a implantação de um programa nacional de redução do uso de agrotóxicos, pode ser oportuna a discussão sobre a concessão de incentivos para a mudança da base produtiva para sistemas sustentáveis e a imposição de sanções econômicas para o uso intensivo de agrotóxicos.

Neste processo torna-se fundamental estabelecer uma estratégia de promoção do conhecimento e de tecnologias para a agricultura familiar, envolvendo centros de pesquisa e redes de tecnologias sociais. Fortalecer a organização econômica da agricultura familiar também é importante para a integração com cadeias produtivas e a ampliação dos mercados. Esta proposta procura avançar nesta direção, mediante a articulação de políticas, programas e instrumentos, nos termos apresentados a seguir.

2 OBJETIVO

Esta seção trata do objetivo geral e dos objetivos específicos do Programa, cuja proposta é fomentar modelos descentralizados de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade acoplados com sistemas de abastecimento de populações urbanas, utilizando linhas de crédito, instrumentos de articulação e integração de políticas.

2.1 - Objetivo geral

Promover a estruturação produtiva dos segmentos em desenvolvimento da agricultura familiar, com base em sistemas agroecológicos sustentáveis e seguros, articulada com

sistemas de abastecimento alimentar da população, assegurando inclusão produtiva, cooperação, mercado e ampliação do acesso ao consumo de alimentos saudáveis.

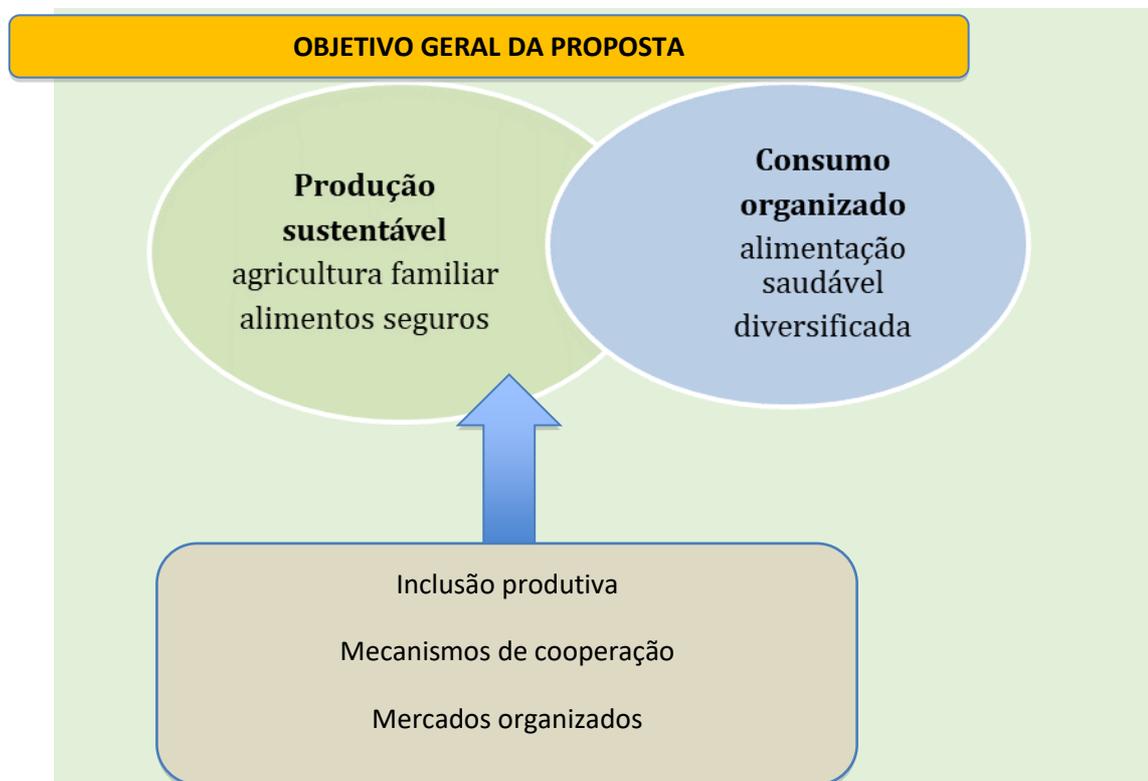


Figura 1. Representação esquemática do objetivo geral da proposta

2.2 – Objetivos específicos

Os objetivos específicos compreendem:

- Incluir os agricultores familiares em processos produtivos sustentáveis promovendo a geração de renda no meio rural;
- Estimular a produção de alimentos saudáveis, acelerando a transição da produção industrial para a de base agroecológica;
- Incentivar a adoção de processos produtivos que sejam ambientalmente sustentáveis e capazes de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares;
- Criar oportunidades de manutenção da juventude no campo, ampliando sua renda e elevando sua consciência social;
- Reconhecer a importância do trabalho das mulheres, gerando novas relações de gênero no meio rural;
- Fortalecer os laços de cooperação e as organizações econômicas da agricultura familiar;

- g) Avançar na formação de cadeias de comercialização direta nas cidades, envolvendo mulheres e homens dos meios rural e urbano;
- h) Implantar novos mecanismos de distribuição de alimentos saudáveis, centrado no valor de uso dos bens;
- i) Estimular a criação de vínculos entre trabalhadores do campo e da cidade, mediante a celebração de acordos que aproximem produtores e consumidores;
- j) Ampliar a inserção dos agricultores familiares nos programas de compras públicas da af;
- k) Criar novas possibilidades de acesso da população à alimentos diversificados, saudáveis e seguros.

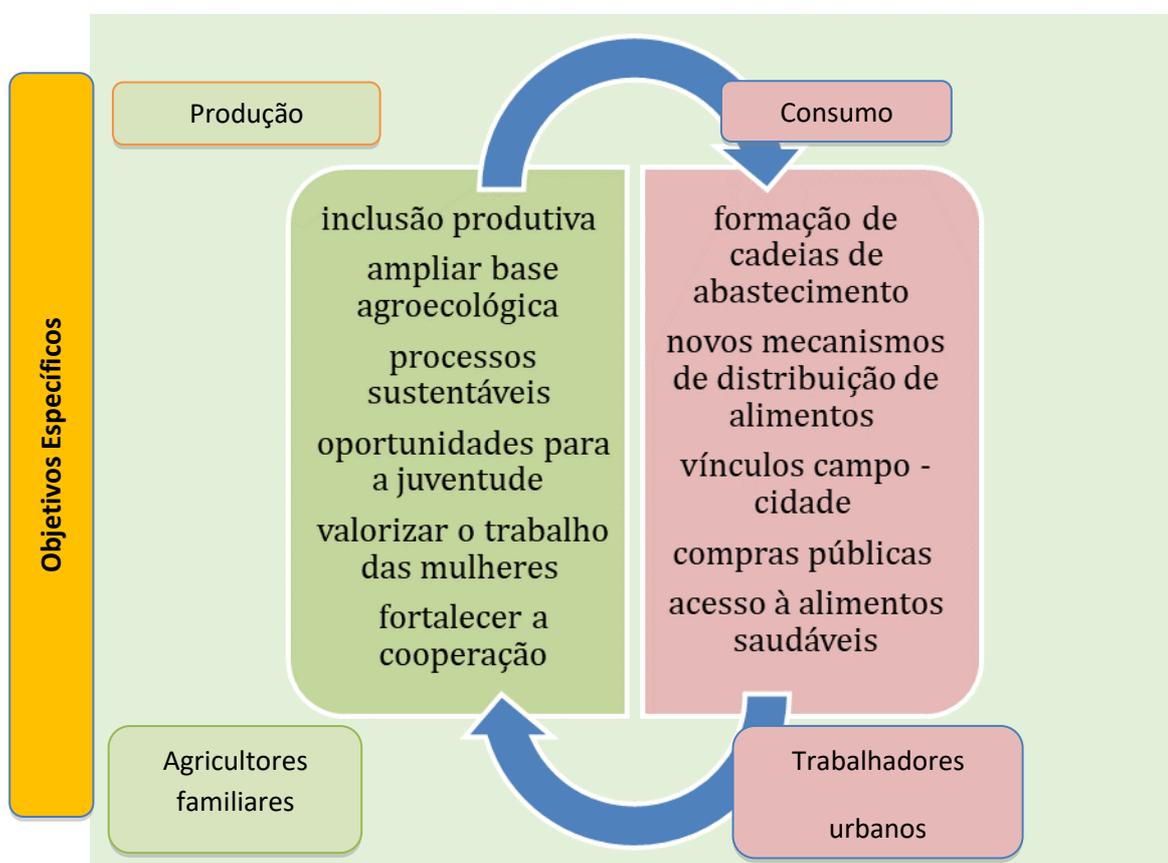


Figura 2. Diagrama dos objetivos específicos do Programa destacando as interações entre produção e consumo

3 JUSTIFICATIVA

Importantes segmentos da agricultura familiar se interessam pela adoção de sistemas de produção baseados em práticas agroecológicas. Além disso, possuem terra, capacidade produtiva e estão próximos de alguma cooperativa, para apoiar sua organização econômica e construir relações de mercado para o escoamento da sua produção. No entanto, não dispõem

de capital de giro para realizar os investimentos necessários para estruturar a sua produção em bases sustentáveis e se vincular aos canais de distribuição, consolidando processos de produção e comercialização sustentáveis.

Atuar na construção de processos de produção, distribuição e consumo de alimentos sustentáveis, saudáveis, diversificados e seguros de forma integrada representa um passo importante para a melhoria das condições de vida da população, tanto em termos ambientais, num momento em que a crise hídrica desperta para a importância do uso adequado do solo e dos modos de produção, como em termos de alimentação e saúde, quando se constata o crescimento da incidência das doenças crônicas não transmissíveis e das despesas com seu tratamento.

As linhas de crédito para a agricultura familiar existentes atualmente não são capazes de abordar ao mesmo tempo, produção e comercialização. Deve-se reconhecer que tratar essa questão de modo integral é algo complexo, pois envolve múltiplas dimensões, nem sempre simples de tratar, referentes a estruturação de um processo articulado de produção, organização e abastecimento da população. No entanto, ao criar políticas públicas capazes de enfrentar essas questões de maneira integrada, ao invés de tratar aspectos pontuais do problema, pode-se dar passos largos no sentido de renovar as políticas nacionais do campo, potencializando a capacidade de mobilização e de organização de segmentos do campo e da cidade, melhorando as tecnologias de produção, otimizando processos e sistemas de abastecimento alimentar para as populações urbanas.

A proposta é justamente inovar, superando problemas que se constatam nas políticas que estão em curso atualmente. Neste contexto, o que se busca é fazer com que os recursos obtidos pelos agricultores familiares com o crédito, não sejam direcionados majoritariamente para a aquisição de agrotóxicos, adubos químicos, sementes transgênicas, máquinas e implementos superdimensionados e inadequados às suas condições econômicas e produtivas da agricultura familiar. A finalidade é que os recursos de crédito sejam direcionados para a estruturação de um modelo de agricultura sustentável, em termos de produção e comercialização.

O programa foi concebido para que as linhas de financiamento viabilizem o investimento necessário nas transformações dos sistemas de produção, superando a forte restrição de capital que caracteriza o público-meta, bem como apoiar os processos de organização e estruturação do abastecimento junto ao público consumidor. O crédito cria um compromisso financeiro que só pode ser resgatado por meio de investimento na produção visando ao mercado, estimulando a promoção da produção mercantil. No entanto, não se pode

ter uma visão simplista, de supor que a simples concessão de crédito em condições adequadas é capaz de resolver os problemas. É preciso mais que isso, sobretudo, integrar e articular as políticas de modo a favorecer a realização da produção e a montagem de arranjos que possibilitem a articulação com mercados.

4 ABRANGÊNCIA

4.1 Elementos de concepção

O Programa Camponês tem como primeiro elemento de concepção o fortalecimento das estratégias de cooperação, para além dos clássicos eixos social e econômico, operando também em escala ecológica, reconhecendo que os sistemas econômicos e sociais evoluem com a natureza, contemplando, comunidades rurais, urbanas e territórios. O segundo eixo de concepção é a articulação entre produção e consumo, de modo a estimular a criação de sistemas integrados que estabeleçam mercados e ampliem o acesso da população à alimentos saudáveis.

Destina-se a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização, comercialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, nos centros urbanos à serem abastecidos, de acordo com projetos integrados, específicos.

Os investimentos em infraestrutura ao nível da unidade de produção devem ser capazes de promover tecnologias e sistemas de produção sustentáveis, que contribuam para a recomposição ambiental dos biomas. Com relação ao beneficiamento e processamento as propostas apresentadas devem contribuir para a agregação de valor e qualidade aos produtos. Em termos de logística e transportes a aposta é na eficiência e na racionalização, equilibrando circuitos curtos de abastecimento, pródigos na redução de custos e emissão de gases, com cadeias longas para determinados produtos, de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado para a agricultura familiar. Os financiamentos para as ações de comercialização devem ser capazes de dar suporte para a criação de vínculos entre produção e consumo, estimulando estruturas, equipamentos e iniciativas sustentáveis e duradouras para o escoamento dos alimentos, ampliando o acesso das populações urbanas aos alimentos saudáveis.

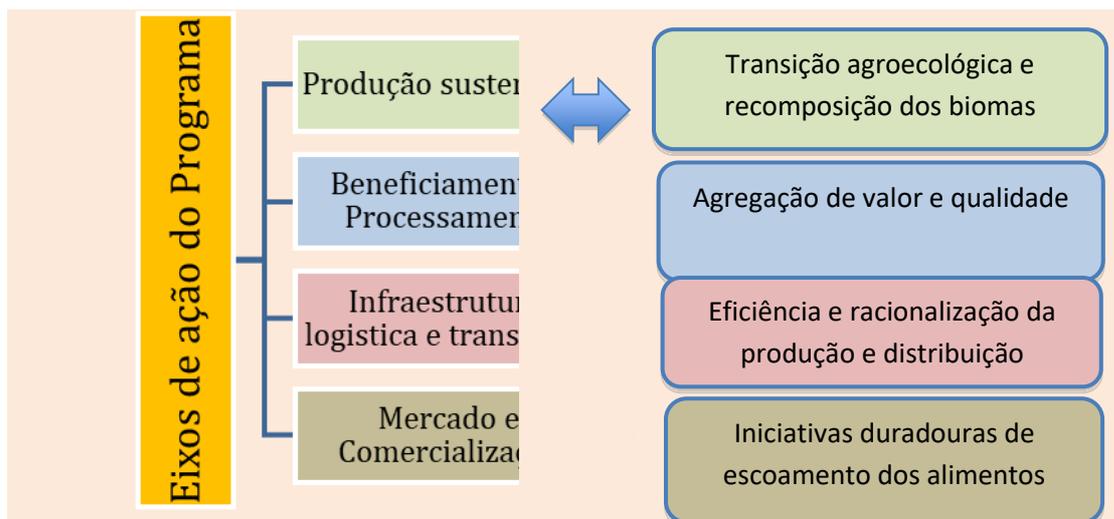


Figura 3. Diagrama dos eixos de atuação e direcionamento dos financiamentos

4.2 Eixos e linhas de atuação

Para evidenciar o sentido da intervenção pretendida em diferentes eixos são apresentadas a seguir as principais linhas de atuação propostas de modo a conformar sistemas inovadores, direcionados para os objetivos de melhoria das condições ambientais e de alimentação da população.

4.2.1 Produção sustentável

Este eixo compreende ações voltadas ao fomento da reestruturação produtiva, iniciando ou fortalecendo a transição para a agroecologia, mediante a instalação de biofábricas de insumos orgânicos, agentes biocontroladores de pragas e doenças e sementes, recuperação da fertilidade natural e biomineralização dos solos (mediante uso de pó de rochas, adubos orgânicos, adubos verdes e biofertilizantes e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva). Também serão apoiadas iniciativas que ampliem a segurança alimentar e nutricional das famílias com a realização de investimentos em instalação de hortas, pomares de frutas, criação de animais de pequeno porte e produção de sementes, além da diversificação da produção para abastecimento popular. Em termos de pecuária serão financiadas tecnologias como a introdução do Pastoreio Racional *Voisin* (PRV) e outras, que viabilizem a manutenção de áreas de pastagem permanente, ampliando a produção leiteira e de carnes. Poderão ser apoiadas atividades de silvicultura, com a

implantação e manutenção de povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros.

Integra ainda o escopo desse eixo o apoio para a produção de mudas, mediante a instalação de unidades de produção, viveiros e a irrigação, com a aquisição de equipamentos que racionalizem a utilização e promovam tecnologias de armazenamento, distribuição, instalação, ligação, utilização e conservação da água como as barragens, barragens submersas, açudes, cisternas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e etc.

Os créditos também apoiarão projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, e destinados a implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários. No mínimo, 50% do valor do crédito deve ser destinado à implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura hídrica e o valor restante pode ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, em conformidade com o cronograma de liberação, parte integrante do projeto técnico.

4.2.2 Beneficiamento e processamento

Este eixo compreende a aplicação de recursos em infraestrutura de beneficiamento, armazenagem e processamento, incluindo não só as agroindústrias clássicas da agricultura, como as unidades que fomentem a cooperação e o trabalho das mulheres: produção de sucos, conservas, mel, processamento de carnes e pescado, queijarias, embutidos, laticínios, padarias comunitárias, entre outras. Poderão ser apoiadas a implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede, unidades centrais de apoio gerencial (nos casos de projetos de agroindústrias em rede), para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção.

Os projetos podem incluir a ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais da agricultura familiar, já instaladas e em funcionamento, inclusive de armazenagem. Compreendem ainda a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico, bem como o capital de giro associado, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do financiamento para investimento.

4.2.3 Infraestrutura, logística e transporte

Este eixo deve financiar a estrutura para promover a modernização e a retirada da produção da propriedade e facilitar a sua distribuição, compreendendo máquinas e equipamentos que proporcionem a mecanização das atividades, ampliem a produtividade do trabalho nas unidades de produção, reduzam a sua penosidade e facilitem a produção de alimentos saudáveis. Também serão financiados veículos adequados para transporte e distribuição dos alimentos.

Em termos de infraestrutura poderão ser apoiadas tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, mini usinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas, tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem, além de pequenos aproveitamentos hidro energéticos.

4.2.4 Mercado e Comercialização

Este eixo irá apoiar a instalação de equipamentos voltados ao abastecimento popular (como feiras de produção agroecológica, centros logísticos de recolhimento e distribuição de alimentos em regiões estratégicas e centros urbanos), construção de pequenas estruturas urbanas de distribuição que facilitem a chegada desses alimentos para a mesa dos consumidores, refeitórios e cozinhas comunitárias que se abasteçam dessa produção e espaços para a venda dos produtos nas empresas e cooperativas de consumo. Os financiamentos podem contemplar investimentos que visem a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural.

5 – PÚBLICO BENEFICIÁRIO E PARTICIPANTES

Este Programa deve ser focalizado nos agricultores familiares e assentados que queiram adotar sistemas de produção sustentáveis, que estejam organizados em cooperativas e que tenham capacidade de articulação e de operacionalização de equipamentos de abastecimento. Estando enquadrados como agricultores familiares, devem ser excluídos apenas os segmentos de mais alta renda, de modo que esta linha de apoio evite a concentração

de recursos nos segmentos mais estruturados, altamente produtivos, já estruturados e consolidados.

Os participantes do Programa, diretamente envolvidos no seu processo operacional, são:

- Entidade organizadora: instituição sem fins lucrativos que apoia a execução do programa, realizando a sua divulgação, avaliando a participação das cooperativas e suas propostas e atuando na articulação da produção com os mercados de consumo;
- Cooperativa beneficiária: entidade de organização econômica dos agricultores familiares, responsável pela apresentação e execução da proposta;
- Agente financeiro: instituição responsável pela operacionalização dos recursos, realizando a gestão da conta bancária do Fundo, formalizando o contrato com as cooperativas beneficiárias, efetuando o pagamento das notas fiscais diretamente aos fornecedores e consolidando a prestação de contas financeira do Programa.

Para este serviço o agente financeiro deverá ser remunerado com 1% sobre o saldo devedor de cada contrato. A Caixa Econômica Federal pode ser o agente financeiro em face da sua cultura em trabalhar com políticas públicas, capilaridade da rede e capacidade de lidar com setores empobrecidos da população, inclusive das áreas rurais. Além destes, ainda participarão do Programa:

- Fornecedores e prestadores de serviço: são contratados pelas cooperativas beneficiárias para o fornecimento dos itens e serviços previstos no contrato de financiamento. Estes irão receber o pagamento diretamente do agente financeiro, mediante a apresentação de orçamentos que comprovem os valores de mercado e a nota fiscal correspondente.

6 GESTÃO

Este programa direcionado para a agricultura familiar deverá estar sob a gestão do MDA, mais precisamente da SAF. Para esse processo o instrumento fundamental é a disponibilidade de um fundo, para a sua operação como modalidade de crédito, realizando a gestão dos recursos.

A constituição de Fundo³³ para o funcionamento do Programa deverá observar alguns aspectos, como: i) o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou

³³ A Constituição Federal, em seu art. 167, inciso IX, estabelece que a instituição de fundos de qualquer natureza, conte com prévia autorização legislativa. A conceituação dos fundos está prevista

sintética³⁴ - neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); ii) a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) devido ao fato de ser unidade gestora de orçamento; e, iii) a designação do ordenador de despesas, dentre outros pontos a serem observados.

O Fundo será constituído com o objetivo de execução do Programa Camponês, realizando a gestão dos recursos financeiros (destinados exclusivamente a financiamentos de interesse e enquadrados nas diretrizes do Programa), e o recebimento das parcelas, promovendo a rotatividade para reinvestimento dos resultados financeiros. Com o estabelecimento da vinculação de determinadas receitas ao fundo, haverá o controle da arrecadação e com o planejamento da concessão dos financiamentos, o dos gastos e seu retorno. Desta forma, o processo de gestão do Fundo deverá assegurar regularidade dos fluxos de recursos, estabilidade da execução do programa, eficiência econômica do gasto público e, descentralização do processo decisório.

A regularidade dos fluxos de recursos financeiros direcionados ao programa é importante, na medida em que seus financiamentos e resultados dependem das decisões políticas de curto prazo e da sustentação financeira no longo prazo. Além disso, contribui para a obtenção de maior eficiência no gasto público ao proteger investimentos em curso, de perdas decorrentes da interrupção de fluxos financeiros necessários à conclusão dos projetos e geração de resultados. O Fundo se apresenta como um instrumento pró-cíclico, disponibilizando recursos para setores específicos da sociedade, que num momento de menor nível de atividade produtiva, precisam ser estimulados.

A contabilidade do Fundo deverá ser feita por meio de contas específicas e com prestação de contas em separado, com relação ao órgão ao qual está vinculado. Os instrumentos de gestão como programação financeira, fluxo de caixa e demonstrativos contábeis também devem ser instituídos, a fim de subsidiar a boa aplicação dos recursos e efetivar o controle da execução orçamentária e financeira.

O Fundo deve ser gerido pelo órgão nacional responsável pela política e atuar sob orientação e fiscalização de um Conselho Gestor (composto por representantes do governo e dos beneficiários), o qual exercerá o papel de órgão de coordenação do Programa. A

na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Título VII, artigos 71 a 74 e regulamentada pelo disposto no art. 172 do Decreto – lei nº 200, de 1967.

³⁴ Ainda que a opção do governo seja por utilizar o Fundo Garantia-Safra instituído pela Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 será necessária a expedição de lei específica para introduzir na sua regulamentação as novas atribuições que se pretende delegar. Neste caso deverão ser adotadas as cautelas necessárias quanto a segregação de funções entre os diferentes programas geridos pelo Fundo, o que pode se constituir em elemento de complexidade.

participação da sociedade na fixação dos rumos, prioridades e metas permitirá identificar e suprir, com maior precisão e eficácia, as necessidades existentes. Sua atuação contará com o respaldo de um órgão técnico (câmara técnica) responsável pela análise e enquadramento dos projetos encaminhados pelas cooperativas. Essa estrutura de suporte deverá se reproduzir nos estados de modo a dar suporte ao processo de análise dos projetos no âmbito local, fornecendo subsídios para o processo decisório de âmbito nacional.

Toda a tramitação dos processos de concessão do financiamento deverá ser realizada em plataforma eletrônica especialmente desenvolvida para a operação do programa.



Figura 4. Diagrama das principais instâncias de gestão do Programa

6.1 - Fontes de recursos

Preliminarmente é relevante destacar que quando ocorre a destinação de recursos orçamentários para concessão de crédito agrícola, estes são alocados primeiro ao Orçamento das Operações de Crédito (OOC), administrado pela Secretaria do Tesouro, o qual compõe o OGU, e só depois são repassados aos operadores. Quando operados pelos agentes financeiros o repasse se dá sob a forma de empréstimos, com subsídios previstos e também incluídos (na rubrica “equalização de juros”) no OOC. Os agentes financeiros assumem o risco das operações, ou seja, eles é que são os responsáveis pelos recursos perante o Tesouro, que pode remunerar como subvenção o ‘rebate’ da taxa de juros e o desencontro entre desembolso e amortização. No caso da operação por um Fundo, os recursos são repassados diretamente pelo Tesouro ao Gestor, sendo essas transferências classificadas como gastos a fundo perdido, assumindo a União o risco do financiamento das operações.

O Fundo deverá contar com receitas que podem ser originárias de diversas fontes, como se apresentam:

- Recursos orçamentários da União;

- Recursos do fundo social do BNDES;
 - Recursos de fundos sociais, de projetos socioambientais e de responsabilidade social de grandes empresas estatais;
 - Recursos de fontes reembolsáveis, os quais deverão ser remunerados;
 - Outras fontes financiadoras.
- Além disso, poderão ser alocados recursos de contrapartidas dos governos estaduais que queiram aderir à proposta.

6.2 – Suporte para gestão

Alguns elementos são essenciais para a operacionalização do programa, sendo os principais:

- Sistema de cadastro de participantes: deverá haver um sistema informatizado que possibilite realizar o cadastro dos participantes, tanto as pessoas jurídicas, quanto as pessoas físicas;
- Plataforma eletrônica de apoio a operacionalização: sistema informatizado contendo os modelos de “Proposta de Solicitação de Apoio Financeiro”, de “Projeto Técnico” e de “Estudo de Viabilidade” (econômica e/ou ambiental), bem como contemplando a possibilidade de anexar documentos e a emissão de pareceres (parecer inicial de enquadramento, de consistência das informações, de viabilidade e de aprovação), de acordo com as fases de tramitação do processo. Esta plataforma deverá possibilitar a rápida tramitação das propostas, o monitoramento de todas as etapas e a transparência;
- Manual de operações: contendo os critérios e normas estabelecidos para o acesso aos recursos do programa, os documentos a serem apresentados e todas as demais orientações para a adequada operacionalização do programa.

6.3 – Instâncias de gestão

Como os recursos serão concentrados em um Fundo Nacional, este deverá contar com um Conselho Gestor também de âmbito nacional. Este conselho composto por representantes do governo e dos beneficiários pode se reproduzir no âmbito estadual. O papel do Conselho Gestor, tanto nacional quanto nos estados, é estabelecer as diretrizes de aplicação dos recursos. No âmbito estadual, terá a vantagem de estabelecer sintonia com a realidade e as diretrizes de desenvolvimento da agropecuária local.

Este Conselho Gestor deve contar com a assessoria de uma Câmara Técnica, composta por técnicos com formações diversas (ciências agrárias, economia, área ambiental, etc.) de modo a reunir capacidades em diferentes áreas de conhecimento, proporcionando o suporte requerido para o enquadramento e a avaliação das propostas quanto ao seu mérito e viabilidade.

6.4 – Articulação com outras políticas

O Programa Camponês não deve se restringir a uma linha de crédito, devendo ser mais amplo que isto. Claro que a disponibilidade de uma linha de crédito é fundamental, mas o Programa deverá se valer de outras estratégias e instrumentos de implementação. Para criar sinergias e aumentar as possibilidades de êxito das intervenções o programa deverá ser articulado com políticas públicas de interesse como a de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, a de fomento ao desenvolvimento dos Territórios de Identidade – Proinf, de acesso ao mercado institucional, como o PAA, PNAE e as compras institucionais e a de fomento à agricultura familiar do Brasil sem Miséria – BSM, o Terra Sol e o Terra Forte, ambos do Incra, dentre outros.

6.4.1 – Assistência técnica e extensão rural - ATER

É muito importante que haja ATER e que não seja restrita a elaboração do projeto, mas sim vinculada e sua execução, o que significa acompanhamento econômico, de campo e de gestão. Desta forma, todos os projetos deverão detalhar o componente ATER e sua forma de execução.

Não devem ser reproduzidos modelos de ATER que já estão esgotados por fornecerem uma assistência pontual, insuficiente para fazer avançar o negócio, da mesma forma que é preciso estar atento a sua capacidade de suporte para arcar com os encargos da ATER. Processos intensivos na utilização de pessoal são normalmente custosos, requerendo dos projetos escala, para custear essas despesas ou destinação de recursos específicos, ao menos por determinado período de tempo.

6.4.2 - Mercado

Um dos pressupostos do Programa é a sua articulação com forças sociais urbanas de modo a desenvolver iniciativas, criar mecanismos, implantar equipamentos e estruturas para o escoamento da produção, que promovam a comercialização e o abastecimento das populações urbanas. Também poderão ser realizadas iniciativas voltadas para a doação de alimentos, como ocorre com o PAA.

Desta forma, devem ser estimuladas as articulações com redes estaduais de abastecimento que possibilitem a criação de feiras de produtos agroecológicos, pontos de comercialização em locais de grande afluxo de pessoas, facilitando o escoamento de produtos em pico de safra, bancos populares de alimento e outros equipamentos de comercialização, com a participação e o engajamento de entidades urbanas, criando condições para o seu enraizamento nos modos de vida urbanos.

O mercado institucional assume cada vez mais importância, não só com o PNAE, mas com outras entidades que realizam as aquisições, o que deve ser fomentado pelo Programa. Há ainda a possibilidade de articular a estratégia de produção com o suprimento de refeitórios de empresas, cozinhas de fábricas e outros mecanismos de abastecimento da demanda dos trabalhadores urbanos, atendendo reivindicação crescente por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Esta tarefa de estímulo a criação de canais horizontais de compras, ultrapassando diferentes interesses e ampliando o mercado de alimentos diversificados produzidos pelos camponeses/as deve ser compartilhada pelos segmentos diretamente interessados e pelo governo, fortalecendo os mecanismos de superação dos problemas, sem deixar esta tarefa exclusivamente à cargo das organizações de agricultores, mas utilizando seu potencial e capacidade de articulação das organizações do campo e da cidade.

6.4.3 – Enfoque territorial

A implantação do programa deve considerar a priorização de regiões que reúnam especificidades para serem consideradas polos, nas quais determinadas cadeias produtivas estejam adequadamente estruturadas e a participação da agricultura familiar possa ser potencializada.

Os territórios de identidade podem ser adotados como unidade de planejamento e base da integração das políticas públicas que promovam ações de reestruturação produtiva, assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural, saúde, saneamento, educação, cultura, lazer e políticas no âmbito da garantia e ampliação dos direitos sociais das mulheres,

juventude e idosos/as, qualificando as relações de produção e a sociabilidade nas áreas rurais em parceria com as organizações sociais do campo.

A criação de sinergias pode ser de grande importância para tornar exitosas as ações previstas no programa, de articulação campo e cidade e a integração de políticas públicas, tendo a questão da alimentação saudável como principal elemento integrador.



Figura 5. Diagrama com os principais elementos e a articulação de políticas necessárias para execução do Programa Camponês

6.5 – Outros cenários possíveis

Práticas de agricultura sustentável podem ser financiadas com recursos originários de mecanismos financeiros, muito disseminados quando se trata de fundos ambientais (como as taxas pelo sequestro de carbono e outros). Não se pode ignorar que a adoção dessa sistemática carrega algum ingrediente de polêmica, por poderem ser interpretados como uma saída jurídica para que os devastadores ambientais possam obter "créditos", dando continuidade as suas práticas prejudiciais ao ambiente e a saúde dos consumidores. No entanto, o pior cenário é aquele em que esses agentes tem liberdade de atuação, sendo os custos ambientais e de saúde decorrentes de práticas indesejáveis, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, compartilhados por toda a sociedade.

Num cenário de restrições orçamentárias um fundo com essa concepção poderia arrecadar recursos de várias fontes como as locais de financiamento, resultantes de taxas

ambientais, royalties, multas, etc. (algumas possibilidades são exploradas no item 8.3 deste relatório).

A estrutura proposta anteriormente é interessante pela sua simplicidade, com um Conselho Gestor com a participação dos vários atores e as representações dos beneficiários, em nível técnico e de tomada de decisão. O processo decisório está concentrado no Conselho que deverá tomar as decisões após amplas discussões em que todos os membros contribuem na medida de sua capacidade profissional. Essa abordagem fomenta a tomada de decisão compartilhada entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, respaldada pela apreciação técnica de uma Câmara instituída com esta finalidade. Estimula, assim, a gestão participativa e desenvolve capital humano mediante o engajamento das organizações não-governamentais nos processos de gestão financeira. As desvantagens dessa proposta estão associadas a sujeição de pessoal, programas e políticas a mudanças políticas, a excessiva verticalização do processo decisório, normalmente pouco sensível às necessidades locais. Ademais pode ser burocrático e limitado pela lógica da gestão pública e de governo.



Figura 6. Descrição dos princípios mais relevantes para a gestão do fundo

Estes fundos podem atuar em parceria com fundos estaduais, concebidos com base nos mesmos objetivos e concepções. Desta forma poderiam ser estabelecidos sistemáticas de repasse fundo-a-fundo, descentralizando os processos de decisão dos projetos a serem apoiados e de gestão dos recursos.

6.5.1 – Outros modelos de gestão

Diante das dificuldades crescentes para que a gestão pública se realize com a agilidade requerida, outra possibilidade se refere a constituição de um Fundo com administração exclusiva dos movimentos sociais e das organizações econômicas da agricultura familiar. Este modelo apresentaria como principais vantagens a maior sensibilidade para atender as necessidades locais, reforçando a participação local e integrando o desenvolvimento social e econômico de base aos projetos financiados. Este modelo pode apoiar de modo mais decisivo o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, mediante o apoio aos projetos locais. Neste modelo seria superado o inconveniente das descontinuidades verificadas com as mudanças de governo, podendo o fundo absorver as doações oriundas do setor privado (pessoas físicas, jurídicas e fundações), garantindo a continuidade institucional.

As principais desvantagens desse modelo podem residir na excessiva fragmentação, com projetos diversificados, que dificultem alcançar a desejada coordenação de políticas e ações, perdendo a capacidade de influenciar estratégias nacionais, bem como à reforma de políticas agrícolas e de alimentação. Ademais, esses fundos poderiam ser dirigidos de modo pouco sensível à algumas necessidades imprescindíveis da política, fora da alçada de atuação dos movimentos.

7 – OPERACIONALIZAÇÃO

A formalização do contrato de financiamento deve ser feita com as cooperativas, pois estas organizações apresentam melhores condições de instalar, operar e otimizar recursos que devem ser compartilhados para serem otimizados. Neste contexto se enquadra a utilização de máquinas e implementos para a mecanização das atividades agrícolas, a produção de insumos orgânicos como fertilizantes, biofertilizantes, biofábricas de insumos, de unidades agroindustriais cooperadas, estruturas para o armazenamento, a operacionalização da logística e da distribuição, a realização da abertura de mercados e as ações de comercialização. A destinação de determinados recursos não pode ser individual para o agricultor familiar, por não apresentar viabilidade econômica, o que aponta para a oportunidade de estruturar as cooperativas para a prestação de serviços aos agricultores familiares associados, reduzindo custos de transação.

Em projetos que contenham à aquisição de itens de uso ou consumo individual (estufas, cisternas, irrigação, insumos, etc.) a cooperativa beneficiária deverá firmar uma Nota de Crédito Rural com cada agricultor beneficiado. Tal nota será endossada ao Fundo como forma de complementar a garantia oferecida no projeto. A liberação do recurso em projetos desta natureza ocorrerá sempre em parcelas.

7.1 – Etapas da Operacionalização

7.1.1 – Indicação da cooperativa e apresentação do pleito

O processo tem início com a entidade organizadora indicando determinada cooperativa como potencial beneficiária de determinada linha de atuação para o conselho gestor estadual do Programa, acompanhada de documentação da cooperativa beneficiária que comprove a sua aptidão para o pleito (encaminhamento da Proposta de Solicitação de Apoio Financeiro).

A comprovação da condição de aptidão da cooperativa beneficiária é feita pela apresentação de uma Proposta de Apoio Financeiro (deverá ser desenvolvido um modelo), acompanhada da comprovação da sua situação cadastral junto ao Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ), constituição (Contrato ou Estatuto Social e alterações) e a legitimidade da diretoria para exercer a sua representação (Ata de Eleição, Posse ou Nomeação da atual diretoria);

7.1.2 – Enquadramento da proposta

O conselho gestor estadual do programa realiza a análise da documentação inicial e do pleito encaminhado, formalizando a solicitação. É emitido um parecer inicial sobre o enquadramento da Solicitação de Apoio Financeiro, com base nos critérios e normas estabelecidos pelo programa.

O resultado será informado pelo conselho gestor estadual do programa à entidade organizadora autorizando ou não a elaboração do projeto técnico e de viabilidade econômica.

7.1.3 – Elaboração do Projeto Técnico

O enquadramento da solicitação implica na abertura do sistema de cadastro para que a cooperativa autorizada pelo conselho gestor estadual do programa possa se cadastrar e elaborar o Projeto Técnico, inserindo-o no sistema operacional, bem como a documentação exigida.

O projeto técnico deverá ser analisado previamente pela entidade organizadora, verificando a conformidade do projeto e da documentação. Estes e mais o parecer da entidade organizadora irão compor o processo.

7.1.4 – Análise preliminar do Projeto Técnico

A câmara técnica estadual do programa analisará todo o processo instruído de acordo com as normas, expedindo parecer quanto a consistência dos valores apresentados no projeto em relação ao mercado, validade e adequação da documentação (fundiária, ambiental, sanitária, de acordo com a situação). Como resultado dessa análise será elaborado parecer para apreciação pelo conselho gestor estadual do Programa.

7.1.5 – Análise de projetos do programa

O conselho gestor estadual deverá analisar os projetos apresentados recomendando sua aprovação ou não mediante parecer inserido no Sistema de Gestão do programa. Os projetos aprovados pelo conselho gestor estadual serão submetidos a apreciação do conselho gestor nacional.

7.1.6 – Aprovação dos projetos pelo Conselho Gestor Nacional

O conselho gestor nacional irá deliberar sobre o prosseguimento dos processos administrativos ao agente financeiro para contratação e liberação do recurso. Para esta manifestação contará com a análise previa de cada processo pela câmara técnica nacional que o subsidiará mediante a elaboração de parecer fundamentado.

7.1.7 – Contratação e liberação de recursos

O valor dos projetos aprovados pelo Conselho Gestor Nacional será empenhado ao agente financeiro e o processo administrativo será instruído com a autorização para a contratação.

O agente financeiro receberá a documentação e disponibilizará a emissão do contrato pelo sistema, que será emitido e assinado pela Cooperativa.

Em todos os projetos, a liberação de recursos será realizada pelo agente financeiro por ordem de pagamento ao fornecedor do bem/serviço, mediante a apresentação da documentação pela Cooperativa, conforme estabelecido na norma.

7.1.8 – Prestação de Contas

A prestação de contas é obrigatória e deverá obedecer aos critérios estabelecidos nas normas. No processo de monitoramento e avaliação e avaliação dos resultados, além de utilizar os instrumentos disponibilizados pelos sistemas informacionais utilizados, os gestores poderão realizar vistorias para avaliar o funcionamento do programa.



gura 7. Diagrama síntese das etapas de operacionalização do Programa

7.2 – Condições de concessão do crédito

7.2.1 - Elegibilidade

Os agricultores familiares para serem beneficiários do Programa Camponês deverão comprovar enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP - ativa. Para enquadramento a renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não poderá ser superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Além disso, deverão atender aos seguintes requisitos:

a) explorar a unidade de produção na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, Crédito Fundiário - PNCF ou permissionário de áreas públicas;

b) residir no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;

c) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;

d) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar.

7.2.2 – Utilização do financiamento

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos.

7.2.3 - Limites

O limite de crédito por beneficiário será de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), concedido na forma de crédito coletivo, com limite de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), desde que observado o limite individual por beneficiário participante.

7.2.4 - Encargos

Os encargos financeiros corresponderão a uma taxa efetiva de juros de 2,0% a.a. (dois inteiros por cento ao ano), com prazo de carência ajustada a natureza da atividade e cobrança de 50% da correção monetária. Pode ser proposto algum rebate para os pagamentos realizados até o vencimento.

7.2.5 – Metas de atendimento

Com base na experiência adquirida com a operação no RS é apresentada a seguir uma sugestão de metas de implantação do Programa, para que seja possível ter um planejamento quanto ao volume de recursos necessários anualmente.

Tabela 2. Projeções de atendimento e valores a serem destinados ao Programa Camponês nos 3 anos iniciais de implantação

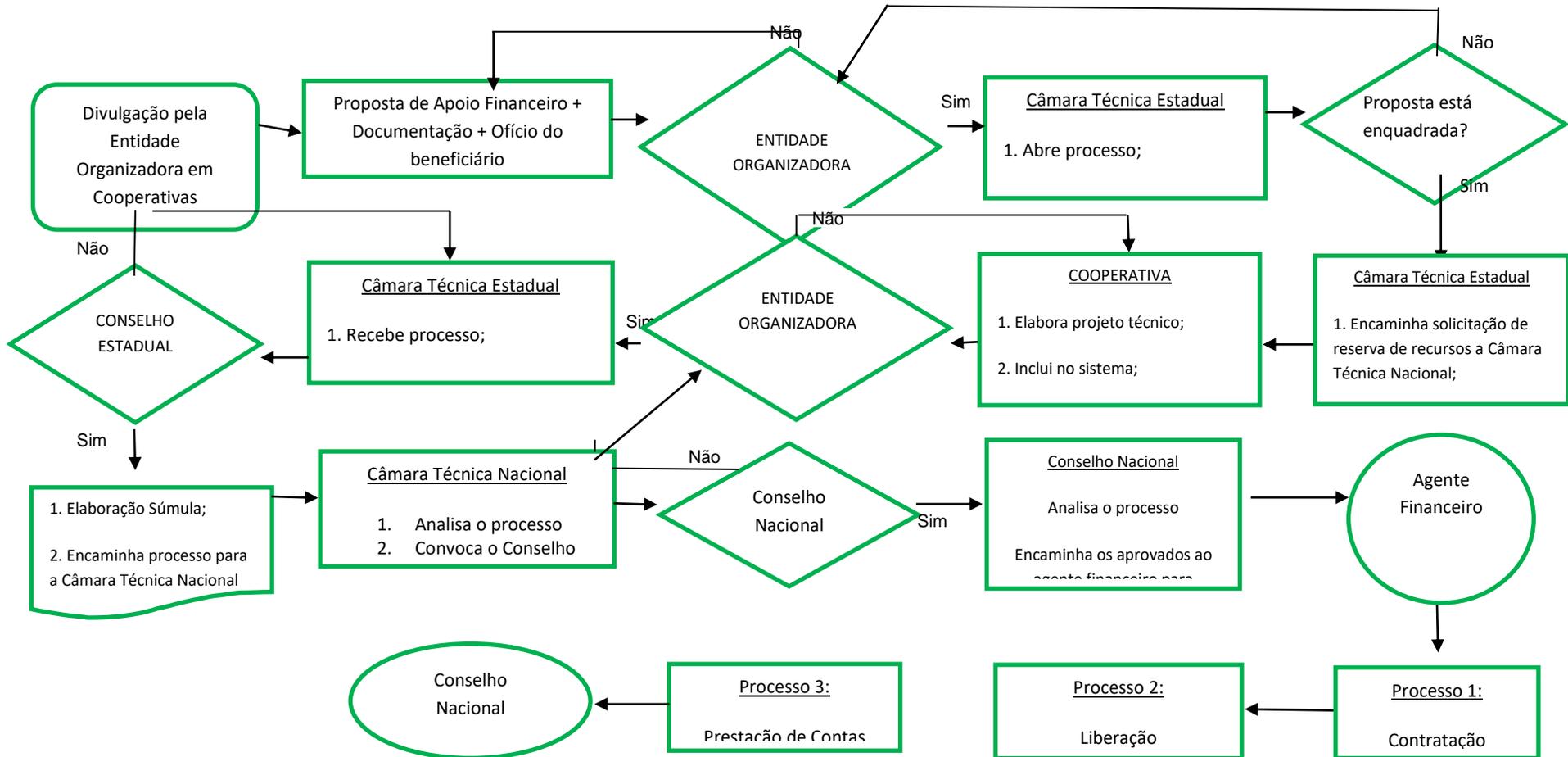
	Projetos (nº estimado)	Público beneficiário (famílias)	Valor por projeto (R\$)	Valor total a ser alocado (R\$)
Ano 1	100	20.000	800.000	80.000.000
Ano 2	250	50.000	1.000.000	250.000.000
Ano 3	500	100.000	1.000.000	500.000.000

A partir do 4º ano, decorrido o prazo de carência dos financiamentos, já será possível pensar em algum grau de retorno de recursos para o Fundo, os quais serão provenientes do pagamento de parcelas vincendas.

7.3 - Fluxo

A lógica de análise dos projetos visando a obtenção de financiamento deve ser simplificada. As questões básicas de instrução do processo, verificação de conformidade e análise do projeto técnico devem se concentrar no âmbito estadual, facilitando a interação e a troca de informações. Portanto, na esfera estadual o processo se inicia com a indicação da postulante (mediante documentação de aptidão, situação, legitimidade da diretoria e pleito), ocorre a formalização da solicitação, a emissão de parecer inicial de enquadramento do pleito e a informação do resultado da análise para a entidade organizadora. Uma vez autorizada a cooperativa elabora o projeto técnico que é analisado pela câmara técnica estadual e submetido ao conselho gestor estadual. Uma vez aprovado este passa para a esfera nacional, sendo apreciado pela câmara técnica nacional e posteriormente submetido ao conselho técnico nacional. O fluxograma desse processo é apresentado a seguir.

FLUXOGRAMA OPERACIONAL



8 - QUESTÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA

8.1 – O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT

O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991 para complementação alimentar dos trabalhadores, priorizando o atendimento daqueles com renda de até cinco salários mínimos mensais. Trabalhadores com renda superior poderão ser incluídos no programa, desde que todos os trabalhadores de baixa renda sejam atendidos pelo programa.

A participação de empresas de qualquer porte no programa é opcional e uma vez cadastrada no PAT, a empresa beneficiária poderá descontar até 20% do custo direto com a alimentação de cada trabalhador. Os outros 80% dos recursos necessários à execução do programa são divididos entre empresa e governo, mediante concessão de incentivos fiscais às empresas cadastradas. O controle social é exercido pela Comissão Tripartite do PAT, formada por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. As premissas e orientações são revisadas de acordo com a evolução e modificações no perfil nutricional do trabalhador brasileiro.

O aumento acelerado das doenças crônicas não transmissíveis, que afetam principalmente a população adulta, colocam as empresas que fornecem alimentação coletiva e os locais de trabalho como importantes protagonistas na promoção de alimentação saudável. Num cenário no qual cresce o consumo de refeições ricas em gorduras, energéticos, industrializados, embutidos, frituras por imersão e pobre conteúdo nutricional, preparações muito utilizadas pela praticidade, baixo custo e alta aceitação pelos clientes, o Programa Camponês pode disponibilizar frutas e hortaliças nos cardápios, alimentos diversificados e saudáveis, adequando as refeições oferecidas e promovendo a melhoria da alimentação dos trabalhadores.

Neste contexto, algumas modificações no PAT podem ser propostas, como estipular um percentual da alimentação a ser suprida pela AF, ou o estímulo mediante a concessão de incentivos ou de um “selo de reconhecimento” para as empresas que realizarem aquisições de alimentos da AF. Essas iniciativas poderão estimular as empresas a participarem desse processo de articulação entre produção sustentável e consumo de alimentos saudáveis.

8.2 – A organização dos agricultores familiares

As cooperativas reúnem as condições para mediar as relações com os agricultores familiares, no entanto, sabe-se que ainda são em número limitado aqueles que estão inseridos nessas organizações. A maioria faz parte de associações, organizações sociais sem capacidade de atuar no domínio econômico, como são as cooperativas.

Uma proposta a ser considerada é de que o Programa Camponês possa fomentar o surgimento de uma forma de organização intermediária entre associações e cooperativas, como existem em outros países, as chamadas “*empresas mutualis*” ou “*empresas comunitárias*”, assentadas nos princípios da reciprocidade e da ajuda mútua. Essas poderiam ser regidas pelos “*atos mutuales*” como existe na Argentina, uma legislação mais simplificada em relação ao ato cooperativo, que em alguma medida pode se assemelhar as simplificações adotadas na criação do Microempreendedor Individual – MEI.

Como será necessário editar uma lei tratando do Fundo, a mesma poderia incorporar essa inovação, relevante para o processo de organização dos agricultores familiares, principalmente nas regiões norte e nordeste.

8.3 – Diferentes possibilidades de financiamento e instrumentos de políticas

As políticas públicas para a produção agropecuária e o consumo de alimentos precisam avançar para conquistar o suporte da opinião pública, notadamente aquelas que visam a transformação de práticas tradicionais, pois implicam em confronto com poderosos interesses econômicos, concentrados principalmente em setores vinculados à produção de agrotóxicos, sementes transgênicas e outros insumos que impactam o ambiente e a saúde do consumidor.

Neste contexto é possível formular e implementar políticas que façam uso de instrumentos de mercados (impostos, taxas, financiamentos, títulos negociáveis) para estimular e incentivar as práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis de produção e de consumo da sociedade, produzindo recursos que venham a se constituir em fontes de receitas para um fundo capaz de financiar as melhores práticas ambientais.

A aplicação dos instrumentos tradicionais de regulamentações e sanções por comando e controle requerem do Poder Público, nos três níveis de governo, elevado grau de envolvimento, performance e uma máquina de fiscalização eficiente e com recursos abrangentes, para que sejam estabelecidos padrões de qualidade, verificado o cumprimento das regulamentações, as normas monitoradas e fiscalizadas, as sanções e penalidades impostas (multas, proibições, etc.) pelo não cumprimento dos padrões estabelecidos. Podem

ser estabelecidos padrões de práticas ou processos sustentáveis, com limites no nível de insumo ou especificando um sistema de produção em particular a ser adotado (agroecológico) ao qual podem ser destinados incentivos fiscais e subsídios aos custos de produção com base em sistemas favoráveis a sustentabilidade ambiental e a saúde do cidadão.

Uma possibilidade é a aplicação de taxas pelo Poder Público para o uso excessivo de agrotóxicos, sementes transgênicas e outros insumos danosos aos recursos ambientais. As taxas devem ser suficientemente elevadas para reduzir o consumo desses produtos e produzir impactos favoráveis ao ecossistema. Neste caso, trata-se de um mecanismo misto que combina comando e controle (fixação de padrões) e mecanismos de mercado. A adoção dessa prática deve considerar os impactos sobre os custos de produção dos alimentos, que podem afetar as políticas econômicas. A implantação de taxas pode ter seus níveis relacionados com a intensidade da externalidade (exemplo: multas por descarga tóxica no ambiente, pelo uso excessivo de agrotóxicos). Implementações alternativas podem envolver taxas sobre insumos relacionados a uma externalidade (taxa para registro de produtos tóxicos ou pela produção de organismos geneticamente modificados).

Também podem ser adotadas permissões ou certificados negociáveis pelo Poder Público mediante um sistema de permissões negociáveis pela adoção de práticas sustentáveis, para serem adquiridas por aqueles que adotam práticas intensivas na utilização dos recursos ambientais (na outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, por exemplo). Estes instrumentos podem contemplar o direito daqueles que adotam práticas sustentáveis de vender títulos por leilão ou distribuição, os quais devem ser adquiridos por usuários intensivos dos recursos ambientais. Os preços podem ser negociados em mercado não regulados. Essas permissões negociáveis podem envolver o estabelecimento de direitos com relação ao nível de insumo, sistema de produção ou padrões de performance (exemplo: agentes são beneficiados por nível tolerável de emissões de acordo com o número de permissões para emitir). A partir desse limite, os agentes têm permissão para exceder o padrão, se adquirirem permissões adicionais de outro que estiver abaixo das emissões permitidas e têm, portanto, permissões excedentes.

O Poder Público também pode apoiar processos de classificação de desempenho, mediante programas de certificação ou de classificação de produtos ou sistemas de produção, que sejam ambientalmente sustentáveis. Esses processos podem ser incentivados por mecanismos que eliminem barreiras de mercado, para práticas de melhoria de resultados ambientais e de práticas alimentares saudáveis, com o aumento da consciência do consumidor sobre os atributos de produtos, ou removendo barreiras às atividades do mercado. Os

esquemas de rotulação de produtos é um instrumento econômico desta abordagem, com o fornecimento de informação sobre os resultados ambientais da produção, de tal forma que aqueles que valorizam a incorporação de benefícios ambientais e de consumo saudável possam expressar suas preferências no mercado. Com práticas de educação, podem ser influenciados comportamentos no sentido de melhorar resultados ambientais e práticas de consumo.

A legislação sobre passivos ambientais pode se constituir em fontes de recursos, na medida em que o poluidor ou usuário do recurso ambiental deve, por lei, pagar todos os danos aos prejudicados. As partes prejudicadas fazem acordos por meio de litígios e cortes de justiça. As compensações ambientais, ações realizadas para alcançar um padrão (redução de impactos ambientais) em um local distante de onde a ação causadora de externalidade ambiental ocorre. O próprio agente causador da externalidade pode realizar a ação ou pagar para que outros o façam.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento foi construído para fornecer um roteiro de discussão voltado para a implantação do Programa Camponês. Neste sentido, os elementos apresentados representam uma contribuição baseada nas discussões que foram travadas entre os movimentos e setores do governo federal, bem como coletados em documentos disponibilizados³⁵. Dado seu caráter de contribuição para a discussão necessária em torno da implantação do Programa, todo o seu conteúdo pode e deve ser revisto, modificado ou excluído.

Para a implantação do Programa o primeiro passo a ser dado se refere a expedição de uma lei tratando da criação do Fundo especial de natureza contábil, determinando suas normas de operação, de controle, prestação e tomada de contas, dentre outros aspectos, a cujo crédito se levarão todos os recursos vinculados às atividades do programa.

A legislação deverá tratar das receitas que financiarão o fundo, das despesas vinculadas aos objetivos do programa, das condições e exigências para a aplicação dos recursos que o integram e outros aspectos fundamentais da política pública que deverá ser

³⁵ Foram consultados os seguintes documentos: Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa de Apoio à Agricultura Familiar Campesina - FEAPER – Orçamento 2014 - Manual Operativo. Porto Alegre, setembro de 2014; A Experiência do Programa Camponês no Rio Grande do Sul. Documento elaborado pela Via Campesina - Rio Grande do Sul; Síntese dos investimentos da primeira etapa do Programa Camponês.

executada de forma descentralizada, com a participação da sociedade civil na sua administração, integrando o conselho que delibera sobre os projetos apoiados.

Outros instrumentos (decretos e normas operacionais) deverão ser formatados posteriormente a lei, tratando dos mecanismos dos quais se deverá utilizar para a aplicação eficientemente dos recursos, e com isso, efetivar a sua participação no desenvolvimento e no crescimento socioeconômico.

No entanto, há espaço para pensar a intervenção governamental de forma a considerar o uso de diferentes instrumentos e mecanismos, inclusive de mercado e o uso de regulamentações. Há vantagens e desvantagens em cada instrumento de intervenção, em termos de eficiência, de eficácia e de equidade. A melhor alternativa provavelmente será alguma capaz de criar sinergias entre as vantagens cumulativas dos diferentes instrumentos. A experiência indica que, em quase todas as situações, é possível encontrar uma combinação eficiente, eficaz e equânime dos instrumentos que estimulem a adoção de sistemas de produção sustentáveis e limitem o uso de agrotóxicos, dando-lhes um caráter de complementaridade e não de exclusão.

O presente documento discutido, revisto e reformulado servirá como subsidio para a elaboração dos documentos que se fizerem necessários.

Setembro de 2015.

Fonte: Programa camponês: Articulando produção sustentável com mercados de alimentos saudáveis. MDA, 2015.

ANEXO B - CRONOLOGIA DAS LUTAS DO SURGIMENTO DO MPA – DE 1996 A 1998

Os primeiros passos e as lições da luta:

Janeiro de 1996

- A luta da seca – Grandes Acampamentos da Seca
- 30 mil pequenos agricultores pressionam o governo

Ano de 1996

- Trabalho de base
- Elaboração e discussão da cartilha nº 1 do Crédito Subsidiado.
- Organização dos grupos de base;
- Discussão das propostas de luta: Crédito Subsidiado, Seguro Agrícola, contra a política neoliberal do governo;
- Formação de lideranças;

Janeiro de 1997

- Acampamento da Agricultura familiar – Chapecó SC;
- CUT assume luta por crédito subsidiado;

Março de 1997

- Caminhada de Montenegro a Porto Alegre;
- Lançamento do Grito de Terra;
- Governo do Estado lança o Pró-Rural 2000;

Mai de 1997

- Comboio da agricultura familiar;
- Ocupação da Secretaria de Agricultura em Porto Alegre;
- Ocupação do Ministério do Planejamento, em Brasília;
- Governo baixa os juros do Pronaf – 6,5% ao ano;
- Governo lança o BB-Rápido

Julho de 1997

- Ocupação do terreno GM, em Gravataí;
- Ocupação da Assembléia legislativa, em Porto Alegre;
- Caminhada e atos públicos, dia 25 de julho, em Porto Alegre;
- Audiência pesada com o Ministro da Agricultura;
- Apresentação da proposta do Crédito subsidiado para grupos organizados de pequenos agricultores;
- Ministro da Agricultura promete estudar e responder até Expointer de Esteio, no mês de setembro;

Setembro de 1997 - Ferramentação

- Manifestação de Palmeira das Missões a Porto Alegre;
- Ocupação da fábrica desativada da Brahma, em Passo Fundo;
- Manifestação em frente à Expointer, em Esteio;
- Negociação massiva e tensa com o ministério da Agricultura durante a Expointer, em Esteio;
- Grito dos excluídos – 7 de setembro, em Porto Alegre;
- Ato Público em frente ao Ministério da Fazenda e da Agricultura, em Porto Alegre;
- Ida de um ônibus à Brasília – Negociação com o Ministério da Agricultura e Fazenda, em Brasília;
- Marcação de audiência com o Ministério da Fazenda para responder sobre a proposta de crédito apresentada pelos Pequenos Agricultores;
- Audiência com toda a banda federal gaúcha, em Porto Alegre;
- Início da greve de fome no Ministério da Agricultura, em Porto Alegre (16 de setembro);
- Aceleraram-se as negociações em Brasília e em Porto Alegre;
- Audiência com Pedro Parente (Ministério da Fazenda), Milton Seligman, presidente do Incra, José Gregori, Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, e Benedito Rosa, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura;
- Caminhada e Ato Público com 1500 pequenos agricultores em Porto Alegre;

02 de Outubro de 1997

- Agricultores em greve de fome decidem ir até o Papa no Rio de Janeiro, caso o governo não atenda a reivindicação;

- Apresentação da Proposta de Crédito Subsidiado para o Custeio por parte do governo;
- Fim da greve de fome depois de dezessete dias;
- Prazo de quinze dias para o governo regulamentar o crédito;

10 de Outubro de 1997

- Audiência onde o governo anuncia oficialmente a proposta de Crédito subsidiado para custeio;

15 de Outubro de 1997

- Conselho Monetário Nacional aprova o Crédito Subsidiado para custeio de R\$500,00 a R\$1.500,00 com subsídio de R\$200,00 por família (resolução em anexo);
- Governo promete regulamentar o Crédito para Investimento a partir de 1998;
- Organização na base para liberação do crédito;

06 de Novembro de 1997

- Governo edita a Medida Provisória para que o Banco do Brasil possa trabalhar com o crédito;
- Banco do Brasil diz que não é suficiente e que o governo precisa mudar a lei para o poder dar o rebate;

25 de Novembro de 1997

- Pequenos Agricultores participam da Marcha dos Sem caminhando de Montenegro a Porto Alegre;
- Negociação em Brasília para agilizar a liberação do crédito;
- Vigília em frente ao Banco Central em Porto Alegre e no Ministério da Agricultura para liberação do crédito;
- Mobilização de deputados e senadores para liberação imediata do crédito. Várias audiências em Brasília;

03 de Dezembro

- Governo anuncia mudanças na Medida Provisória permitindo ao Banco do Brasil repassar imediatamente o Pronaf-Especial para os pequenos agricultores;

- Governo publica no Diário Oficial a Portaria Internacional Interministerial que regula a transferência do recurso para pagar o rebate de R\$200,00 nas operações com o Banco do Brasil;
- O deputado Adão Pretto e assessoria participaram de todas as negociações e mobilizações, destacando ainda, o apoio da senadora Emília Fernandes e dos senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy, bem como da Bancada Federal Gaúcha;

Dezembro de 1997

- Dias 12 e 13 de dezembro, reunião em Brasília que decide criar o MPA como um movimento nacional;
- Dias 19 e 20 de dezembro de 1997, assembleia dos Grupos de Base em Palmeira das Missões, decidem criar oficialmente o MPA no Rio Grande do Sul e planejam a Marcha da Coragem e da Esperança de Venâncio Aires a Porto Alegre;

Janeiro de 1998

- Luta nos municípios para liberação do Pronaf Especial Custeio;
- Pequenos Agricultores fazem manifestação junto ao Banco do Brasil em Rondônia para terem acesso ao Pronaf Especial Custeio naquele estado. Nasce o MPA em Rondônia;

Fevereiro de 1998

- Inicia o MPA no Espírito Santo, no município de São Gabriel da Palha. Outros municípios mostram interesse nesta nova forma de organização;

Março de 1998

- Marcha da Coragem e da Esperança no Rio Grande do Sul mobiliza 2000 pequenos agricultores de 11 a 18 de março. Governo Federal retoma as negociações e promete instituir linha de crédito subsidiado para investimento;
- Mais de 1500 pequenos agricultores do MPA de Rondônia bloqueiam rodovia em Ji-Paraná. Acertam com o governador do Estado a renegociação das dívidas e garantem a liberação do Pronafinho Custeio;
- Acontecem mobilizações do MPA no Espírito Santo;

Abril de 1998

- Cai o Ministro da Agricultura Arlindo Porto, assume a pasta o Ministério Francisco Turra;
- Mobilização do MPA com o MST nos dias 16 e 17 por ocasião da Marcha Nacional;
- Audiência de Francisco Turra com o MPA em Porto Alegre dia 20 de abril. Promessa que até fim de maio o Crédito Subsidiado para Investimento estará aprovado;

Maio de 1998

- Dia 11, Assembleia dos Grupos de Base do MPA no Rio Grande do Sul dão prazo ao governo até o fim de maio para criar a nova linha de crédito. Caso o crédito não seja criado, MPA decide bloquear a produção nas rodovias do Estado;
- Dia 12 de maio, MPA é recebido pelo ministro Turra e pelo secretário de Desenvolvimento Rural Murilo Flores, em Brasília. Garantem que até o fim de maio o Crédito de Investimento será criado;
- Dia 25, Murilo Flores vai ao Rio Grande do Sul, reúne-se em audiência pública com 700 lideranças do MPA no Estado, em Cruzeiro do Sul e anuncia a criação do Crédito Subsidiado e o Programa de Pequenas Agroindústrias até dia 05 de junho;

Junho de 1998

- Dia 05 de junho. Murilo Flores anuncia ao MPA a instituição do Pronaf Especial Investimento por parte do governo que vai a aprovação no Conselho Monetário Nacional, em 17 de junho. Anuncia também o Programa de Financiamento de Pequenas Agroindústrias;
- Assembleias dos Grupos de Base consideram que houve avanço na reivindicação e decidem aguardar a oficialização do crédito para buscá-lo nas agências bancárias;
- MPA apresenta ao governo proposta de crédito para recuperar as moradias dos pequenos agricultores;
- Dias 11 e 12 de junho, reunião nacional do MPA decide popularizar as informações sobre o crédito, tornar o MPA um movimento nacional e assumir a luta dos endividados dos fundos constitucionais;
- Dia 17, Conselho Monetário Nacional aprova a nova linha de crédito e Ministro da Agricultura lança o Plano de Safra;

Fonte: GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a Luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 29-35.

ANEXO C - SISTEMATIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS CONQUISTAS DO MPA NOS PRIMEIROS ANOS

Pronaf Especial – Custeio

Após muitas lutas, especialmente as mobilizações, a pressão e as negociações do Movimento dos Pequenos Agricultores, em outubro de 1997 foi criado e em dezembro foi regulamentado, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf Especial Custeio, também conhecido popularmente como Pronafinho Custeio. Trata-se de um financiamento, de uma linha de crédito, com subsídio, dirigida aos pequenos agricultores que vêm sendo excluídos do crédito, do mercado e até obrigados a abandonar a roça por falta de condições para produzir e viver.

Como é o crédito Pronaf Especial Custeio?

O pequeno agricultor terá direito a um financiamento para o custeio de sua atividade rural de um valor mínimo de R\$500,00 e um valor máximo de R\$1.500,00 por ano, por família.

O juro é de 6,5 % ao ano.

O prazo de pagamento é no máximo em um ano, dentro do chamado ano agrícola. Cada região do país tem uma época certa para pagar a dívida no banco conforme o produto financiado.

Quem pagar dentro do prazo terá um rebate, isto é, um desconto na sua dívida de R\$ 200,00 por família.

O Crédito de Custeio é para as despesas gerais do plantio ou manutenção dos animais e que são consumidos no ano (sementes, adubação, preparo do solo, alimentação animal, etc).

Quem pode solicitar este crédito?

Este financiamento pode ser solicitado em todo o Brasil por pequenos agricultores que atendam às seguintes exigências:

- Possuam áreas menores do que quatro módulos rurais;
- Tenham renda bruta anual menor do que R\$8.000.00;

- A sua renda venha exclusivamente da agropecuária, isto quer dizer, que não tenham outro ganho fora do meio rural;
- Não tenham empregado permanente;
- Morem no meio rural ou em vilas próximas do local onde produzem;
- Não peguem outro Crédito de Custeio (Pronaf Normal, Procera, BB-Rápido, etc);
- Não tenham problemas com qualquer banco (dívidas não negociadas, cheque sem fundo não resolvido, inadimplência, etc);
- Quem não tem terra própria também pode pegar, mas terá que apresentar contrato de arrendamento, carta de anuência ou outro documento exigido pelo banco.

Outros trabalhadores rurais beneficiários

Este crédito também pode ser exigido por pescadores e trabalhadores rurais extrativistas (quebradeiras de soco, seringueiros e outros). Como estas atividades têm uma forma diferente de financiar seu custeio daquela que consta nas normas gerais, é necessário fazer as negociações com os bancos na própria região para acertar o jeito de fazer e se comunicar com a CPT e com o MPA caso estejam surgindo problemas para que possam ser solucionados junto ao Governo.

Organização de grupos

A melhor maneira de ter acesso ao Pronaf Especial Custeio é estar organizado em um grupo, que pode ser entre vizinhos, para pegar o crédito em conjunto e fazer o aval solidário. O tamanho mínimo e máximo do grupo pode ser decidido no município e até negociado com a agência bancária que vai liberar o crédito.

A organização em grupo facilita várias coisas. O crédito sai mais rápido, diminui o trabalho burocrático para elaboração dos contratos, diminuem-se as viagens até o banco, reduzem-se as despesas, facilitam-se as negociações, etc. A proposta do financiamento é feita pelo próprio grupo e encaminhada em conjunto ao banco e o contrato no banco é feito em grupo. A aplicação do dinheiro, porém, é familiar.

É muito importante a discussão séria no grupo sobre as responsabilidades de todos, por causa do aval solidário. Nesta forma todos são avalistas de todos. Caso um não pague, os outros terão que pagar por ele ou todos ficarão encenados no banco, sem poder pegar novos

financiamentos.

Não há nenhuma exigência legal sobre o tamanho dos grupos, mas aconselham-se grupos de no mínimo cinco famílias.

Como encaminhar o pedido do crédito

Este financiamento será concedido através do Banco do Brasil, que pode fazer diretamente ou em convênio com cooperativas de comercialização ou de crédito, através de um jeito chamado repasse. Na Região Nordeste este crédito talvez seja feito também pelo Banco do Nordeste e na Região Norte pelo Banco Amazônia.

O pedido do crédito pode ser feito através de um cadastro simplificado e um orçamento simples, não sendo necessário apresentação de projeto e sua liberação deve ser desburocratizada. Para facilitar as coisas é bom que uma Coordenação Municipal negocie antecipadamente com o banco o formulário a ser preenchido pelos Pequenos Agricultores nos Grupos para apresentar o pedido ao banco.

Pegar o necessário, usar bem e pagar

Para usar bem este crédito precisamos planejar bem sua aplicação, não pegar mais do que realmente precisar, aplicar de forma correta e devolver ao banco para ter direito ao desconto e continuar financiando nas próximas safras.

Queremos um crédito permanente com subsídio e para isto é fundamental que os pequenos agricultores, de forma organizada, façam sua parte.

Valorizar a conquista da luta

Este crédito é resultado de uma longa luta e de muitos sacrifícios, inclusive uma greve de fome de 17 dias do Movimento dos Pequenos Agricultores no Rio Grande do Sul. Precisamos valorizá-lo, preservá-lo, fazer com que atenda um número cada vez maior de pequenos agricultores organizados em grupos e melhorá-lo nos próximos anos através da luta e de novas negociações.

Pronaf Especial Investimento

A continuidade das mobilizações, pressão e negociações resultou na aprovação do Crédito Subsidiado para Investimento também dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no dia 05 de junho de 1998. É o Pronafinho Investimento.

Como será o Pronaf Especial Investimento

- Os recursos deste financiamento poderão ser aplicados em investimentos no conjunto da pequena propriedade familiar – recuperação de solo, máquinas e equipamentos, reformas, construções de galpões, açudes, cercas, energia elétrica e abastecimento de água, irrigação, animais, etc.
- O pequeno agricultor terá acesso a um crédito de no mínimo R\$1.500,00 e no máximo R\$3.000,00 por família por ano;
- O prazo de pagamento será de cinco a sete anos com dois anos de carência;
- O juro a ser pago é de 6%, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dividido por 2. Isto quer dizer que será somado 6% mais o valor da TJLP, que é variável e é controlada pelo Banco Central e o agricultor pagará de juro a metade desta soma. Em junho de 98 a TJLP era de 10,63%. Então, a conta que se faz para saber o juro é assim;
 - $6\% + 10,63\% = 16,63 : 2 = 8,3\%$
- Portanto, se a TJPL continuar como hoje, o juro será de 8,3%. Se baixar, o juto baixa, se subir, o juto sobe. O grande problema é que se trata de uma taxa de juros flutuante.
- Cada pequeno agricultor que pagar dentro do prazo terá um rebate fixo, um desconto de R\$700,00. Se o pagamento for em quatro parcelas, terá um desconto de R\$175,00 em cada prestação.
- Durante o período de carência o juro deverá ser pago para não anular ao capital.

Quem poderá solicitar o Crédito

As condições para ter acesso a este crédito são as mesmas do Pronaf Especial Custeio (veja nas páginas anteriores), mas as seguintes:

- O financiamento só será feito para grupo de pequenos agricultores de no mínimo 10 (dez) famílias. Para este crédito isto passa a ser uma exigência legal, de acordo com o governo, para diminuir as despesas com os bancos;

- Para quem não é proprietário da terra terá algumas dificuldades a mais que terão que ser negociadas com os bancos. Por exemplo, é provável que se exija que os contratos de arrendamento ou cartas de anuência tenham prazo igual ao tempo que vai durar o pagamento do financiamento;
- A comprovação da capacidade de pagamento. O pequeno agricultor deverá comprovar que sua produção será suficiente para todos os anos pagar as prestações do financiamento.
- Apresentação de um projeto técnico demonstrando onde vai fazer o investimento e a viabilidade do financiamento. Este projeto deverá ser assinado pela Emater.

Outros trabalhadores rurais beneficiários

Da mesma forma que o custeio, os pescadores e os trabalhadores extrativistas poderão exigir direito a este crédito, negociando com as agências bancárias a forma de fazê-lo.

A organização dos grupos

Como já foi dito, aqui há uma exigência legal de que sejam grupos de no mínimo dez famílias. Isto exige ainda maior cuidado da nossa parte na formação dos grupos, para não completar grupos só pensando no dinheiro e ter muitos problemas mais tarde. Pode-se pensar, por exemplo, na combinação de dois grupos se unirem para fazer o projeto em conjunto para o Crédito de Investimento.

Da mesma forma que o custeio, a aplicação é familiar.

Estamos exigindo junto ao governo para que tenha um Teto 2 para aplicação coletiva através de associações legalizadas ou pequenas cooperativas.

Como encaminhar o pedido

Os bancos são os mesmos do Pronafinho Custeio e também pode haver convênio com cooperativas.

Mas o encaminhamento do pedido é um pouco diferente. Para o Pronaf Especial Investimento será necessário ter um projeto técnico.

Para que isto possa ser bem encaminhado, o primeiro passo é debater e conversar no grupo e na família em que investir. Para isto são importantes também discussões no município para analisar o tipo de agricultura que se quer fazer e o que tem mercado na região.

O passo seguinte é planejar os investimentos e quais objetivos que se quer alcançar com eles.

Só então fazer o projeto técnico e encaminhar de forma conjunta, unindo-se os vários grupos junto a Emater e ao banco para fazer o pedido do dinheiro.

Para encaminhar as compras previstas nos investimentos é fundamental também fazer pesquisa de preços e de qualidade do que se vai comprar. Pode-se organizar compras coletivas para ter mais poder de barganha e baratear o preço. Precisamos ter todo o cuidado para gastar bem o dinheiro conquistado e tirar dos investimentos renda para pagá-los.

É costume dos bancos exigir comprovação mediante nota fiscal ou nota do produtor, dos bens adquiridos com o financiamento. Por isto é bom ter também este cuidado.

Cuidar com o endividamento

Ter todo o cuidado para não se endividar e depois não conseguir pagar. Para quem pegar entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00 o rebate de R\$700,00 pesa bastante. Mas para quem pegar R\$3.000,00 o juro vai comer o rebate. Temos que dar o passo de acordo com o tamanho das pernas e ir devagar com o andor porque o santo é de barro.

Precisamos melhorar este crédito

Foi um passo importante conseguir um crédito subsidiado para investimento. Mas este ainda tem muitos problemas, principalmente o juro variável. Precisamos continuar lutando pelo juro fixo de 6%, exigir o Teto 2 para investimentos comunitários (associações e cooperativas), maior valor nos financiamentos e aumento no valor do rebate.

Pronaf Agroindústria

O Governo está criando o Pronaf Agroindústria “O Agregar” - Agregação de Valor à Atividade Rural. Para implantar agroindústrias viáveis, precisamos estudar e debater para termos firmeza nos projetos que vamos desenvolver.

Pequenas agroindústrias

Num momento em que a renda da agricultura brasileira atinge níveis baixíssimos, em função da queda do preço dos produtos agrícolas e da alta dos custos de produção, inicia-se

uma discussão forte em termos de alternativas para melhorar esta renda.

Não é de hoje, porém que se discute que uma das maneiras mais reconhecidas de valorização da produção agrícola é a chamada agregação de valor, através da elaboração, beneficiamento, transformação ou industrialização dos seus produtos diretamente pelos produtores, ou mais próximo da unidade de produção, principalmente de forma associativa ou cooperativa.

Hoje é quase consensual a proposta de que é viável técnica e economicamente que pequenas agroindústrias transformem os produtos, que são somente produzidos pelos agricultores familiares e entregues para que grandes indústrias monopolistas o façam, e fiquem com a maior fatia da renda.

Para agricultores familiares a industrialização de produtos agropecuários não é nenhuma novidade. Faz parte de sua própria história e sua cultura, transformar frutas e hortaliças em sucos, doces, bebidas e conservas. Carnes em embutidos, defumados e outros. Leite em queijos, doces, etc. Tudo isso consumido pela própria família ou comercializado em mercado local e regional.

Porém, essas iniciativas familiares ou coloniais, por exigência do próprio mercado e por falta de uma legislação específica foram fechadas pela fiscalização e hoje são impedidos de comercializar seus produtos, a não ser na clandestinidade.

Portanto o potencial que os agricultores familiares dispõem para realizar um programa de pequenas agroindústrias é muito grande.

Um bom exemplo de um programa nesse sentido vem do Distrito Federal, o “Prove”, que podemos colocar como uma iniciativa que deu certo e possui características que podem servir como exemplo para que possamos adotar em larga escala em nossos grupos organizados.

Comparativo Entre o Prove e um Possível Programa Semelhante a Ser Discutido nos Grupos (Potencialidades X Limites)³⁶

Prove	Possível Programa
<p>O que é – programa vertical de pequena produção - engloba uma série de ações de S.A.A. suas vinculadas ao governo do DF. Objetivo: Elevar a renda; agregar valor ao produto; gerar emprego e melhorar a qualidade de vida das famílias no meio rural.</p> <p>Quem participa? Pequenos produtores, que vivem exclusivamente na atividade agrícola, com renda mensal <i>per capita</i> menor que R\$ 50,00.</p> <p>Como é implementado? É feito pelos técnicos da SAA, Emater, FZB, e Ceasa, com apoio de 60 bolsistas do CNP (técnicos especializados). O que esses técnicos fazem?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provocam a demanda entre os agricultores; • Desburocratizam a tomada dos empréstimos bancários; • Fazem o Projeto; • Constroem a agroindústria; • Dão cursos de padronização dos produtos; • Criam marca fantasia e individual; • Fazem o acompanhamento da qualidade higiênica e econômica; <p>A FZB compra todas as embalagens e insumos necessários à produção no atacado e vende aos produtores no varejo.</p> <p>Uma vez os produtos prontos e embalados, com todas as exigências legais, são levados à comercialização nos supermercados da rede pública e privada.</p> <p>Dados financeiros: cada agroindústria, em média de 32m², custa em média R\$ 5.000,00.</p> <p>Empréstimos do BRB – R\$ 5.000,00 individual e R\$ 16.000,00 coletivo.</p> <p>Juros a 6 % a.a.</p> <p>Com 1,5 anos de carência e 4,0 anos pagar.</p>	<p>Um programa para nossos municípios nas regionais que também verticalize a produção de muitos produtos.</p> <p>Objetivo: igual</p> <p>Quem participará? Pequenos agricultores, preferencialmente de forma grupal, comunitário, associativo, aproveitando a organização já existente dos movimentos sociais.</p> <p>Como implementar? A partir das experiências já existentes, nas associações e/ou cooperativas, que possuem agroindústria em funcionamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar nessas experiências suporte tecnológico de produção, industrialização e comercialização; • Buscar apoio técnico: na Emater, nem que seja na base da pressão, nas Ong's; • Nas regionais: consórcio com as prefeituras para liberação ou contratação de técnicos, que possam se especializar; • Fazer convênios com Universidades Regionais; • Fazer convênios com o Cnpq, através do programa de apoio a tecnologia apropriada, disponibilizar técnicos, estudantes bolsistas para acompanhar. <p>Limites: não contamos com o suporte do Estado para facilitar nossas ações, como o GDF, porém contamos com as experiências e a organização dos movimentos sociais.</p> <p>Recursos financeiros:</p> <p>Procera para os assentamentos;</p> <p>Pronaf Especial e Pronaf Indústria para os pequenos agricultores;</p> <p>São recursos que poderão estar a disposição dos agricultores, bastando bons projetos e mobilização para contratá-los.</p>

Esse quadro comparativo entre o Prove de Brasília, mostra que é possível estabelecer um programa semelhante em nível de grupos. Claro que lá, o Estado está colocando sua estrutura de logística a serviço do programa.

Atualmente, o maior entrave tem se localizado nas normas de inspeção industrial e sanitárias de produtos de origem agrícola, principalmente naquelas referentes a exigências quanto às construções, instalações e equipamentos. Pode-se afirmar que estas exigências impedem o estabelecimento de pequenas agroindústrias, pois são compatíveis apenas para

³⁶ Este ítem teve a contribuição de Ênio Gutierrez.

estabelecimentos de maior porte. Elas pressupõem uma associação direta entre o atendimento de preceitos higiênicos e sanitários a estabelecimentos de médio e grande porte. Na realidade, o estrangulamento histórico que este setor de pequenas agroindústrias sofreu no país, principalmente no período de grande expansão agroindustrial – final da década de 60 e durante a década de 70. Coincidentemente com o período da ditadura militar, foi provocado também pela imposição de exigências técnicas atribuídas à necessidade de garantir qualidade ao produto final.

E hoje, com a repercussão na imprensa da problemática do comércio de carnes baseado no abate clandestino de animais, assistimos ao crescimento potencial deste setor de pequenas agroindústrias sendo sufocado por sua associação com este abate clandestino. São colocados em um mesmo patamar tanto o abate em escala significativa de animais de procedência duvidosa, em empresas não regulamentadas ou sonegadas de impostos, como aquela produção artesanal de queijo ou salame colonial por uma família de pequenos agricultores, que buscam comercializar sua produção excedente. É claro que essa produção de produtos artesanais em pequena escala necessita ter sua elaboração em condições sanitárias e higiênicas adequadas, mas destinar-lhe o mesmo tratamento dado a empreendimentos escusos é apostar na produção de alimentos agroindustrializados em poucas grandes agroindústrias, é apostar no monopólio. Se queremos fortalecer a agricultura familiar, devemos reconhecer esta produção em pequena escala ou artesanal, e destinar-lhe um tratamento diferenciado, através de um processo de apoio e da ação educativa no sentido de melhor incorporar preceitos sanitários que garantam um produto final de boa qualidade para o consumidor.

Hoje o desaparecimento crescente do Estado, para atender um projeto dessa dimensão seja em termos de laboratórios e equipamentos, seja em termos de pessoal, é um limitante para essa questão.

A legislação em vigor, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal, não permite em função das dimensões dos empreendimentos que uma pequena agroindústria seja instalada para a produção artesanal de produtos alimentares de origem animal, mesmo que obedecidos princípios higiênico-sanitários básicos.

Fonte: GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a Luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

ANEXO D - PROJETO BÁSICO DE INVESTIMENTO

Diagnóstico do Grupo

1- Número de Famílias

2- Número de Pessoas

3- O que produzem – Produtos e quantidades produzidas pelo conjunto do grupo no último ano (aproximadamente)

Produto	Quantidade
a).....
b).....
c).....
d).....

4- Quantia de hectares utilizados no conjunto das famílias

5- Principais problemas enfrentados na produção em relação a:

- a) Produção
- b) Crédito/financiamento
- c) Comercialização
- d) Transporte
- e) Armazenagem

Fonte: GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a Luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.